

Stefania Montes Henriques

O caso mais grosseiro da semiologia

O que Saussure pode nos dizer
sobre os nomes próprios?

EDITORA DA **ABRALIN**

Stefania Montes Henriques

O caso mais grosseiro da semiologia

O que Saussure pode nos dizer
sobre os nomes próprios?

EDITORA DA **ABRALIN**

Campinas, SP

2021

Em memória de Alexandre Jairo Campos e
Cairo Antônio Henriques, nomes que não perderam o sentido.

Aos meus pais, irmãs e sobrinhos.

Ao Shiguelo.

À Vó Neca, meu amor pra vida inteira.

Agradecimentos

Agradeço à Prof^a. Dra. Eliane Silveira, que orientou a pesquisa da qual este livro é, em parte, o resultado desse processo e porque acompanhou minha jornada como pesquisadora desde o início. Às Profa. Dra. Maria Fausta Cahyba Pereira de Castro e à Profa. Dra. Fernanda Mussalim, pelas orientações e contribuições. Ao Grupo de Pesquisa Ferdinand de Saussure, pelo apoio e espaço de diálogo e formação e pela troca de conhecimentos. Ao Prof. Dr. Samuel Ponsoni pela revisão textual, comentários e leitura atenta. À Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) pela oportunidade de publicação desta obra e pelo amparo que presta aos seus pesquisadores. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro que fomentou o desenvolvimento da pesquisa que resulta este livro. Por fim, mas não menos importante, agradeço ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à ex-presidenta Dilma Rousseff e ao ex-ministro da educação, Fernando Haddad, pela implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento científico que proporcionaram a mim e a milhares de outros cientistas e estudantes o incentivo, a valorização social e moral e o auxílio material-financeiro para se fazer pesquisa no Brasil.

Palavra dos editores

Esta publicação, digital e gratuita, compõe o catálogo de livros digitais da Editora da ABRALIN, uma editora *open access*, criada em 2020, que busca oferecer mecanismos efetivos de publicação e circulação de obras de Linguística no país. A ideia que norteia seu funcionamento encontra melhor expressão nas palavras de seu idealizador, Prof. Dr. Miguel Oliveira Jr., presidente da ABRALIN: “acreditamos que dar acesso livre à produção intelectual de excelência, que é fruto – na maioria das vezes – de investimento público, é o caminho mais democrático no contexto socioeconômico em que vivemos”. Sem dúvida, essas palavras foram definitivas para o nosso engajamento na criação da Editora da ABRALIN. Queremos contribuir para fazer da Editora da ABRALIN um canal permanente de apoio à divulgação da sólida pesquisa feita nas muitas áreas da Linguística no Brasil.

Como todos sabemos, a ABRALIN desempenha papel fundamental na consolidação dos estudos linguísticos no Brasil, contribuindo de maneira crucial para a criação e a preservação de espaços de acolhimento da diversidade de ideias linguísticas, algo que tem urgência ética e é – no nosso entendimento – atitude necessária para manter o indispensável diálogo entre a sociedade e a comunidade científica. A Editora da ABRALIN nasce dentro desse contexto e com esse desígnio maior.

A excelência do trabalho da Editora e das obras por ela publicadas será garantida – disso temos certeza – pela esperada contribuição dos associados da ABRALIN. Tal contribuição constantemente

vem em atendimento aos editais e aos critérios tornados públicos periodicamente, na forma de propostas de publicação, na colaboração junto ao Conselho Editorial e com as demais atividades envolvidas no funcionamento da Editora.

Nossa expectativa é que a Editora da ABRALIN possa fornecer obras de qualidade, acessíveis gratuitamente ao público-leitor interessado, fomentando, assim, a pesquisa em Linguística, contribuindo com o diálogo constante entre pesquisadores e sociedade.

Valdir do Nascimento Flores
Gabriel de Ávila Othero

EDITORES

Prefácio

Algumas obras são consideradas clássicas, segundo Umberto Eco, porque, de maneira geral, oferecem um espectro de interpretação amplo e renovável ao longo dos tempos. Esse é certamente o caso do *Curso de Linguística Geral*, obra póstuma de Ferdinand de Saussure e que experimenta, ao fim do século XX e início do XXI, uma retomada de sua interpretação à luz dos manuscritos do pensador genebrino. O livro que aqui prefacio o apresentando se inclui nesse movimento renovado de abordagem da produção saussuriana, que tem alcance internacional e encontra solo fértil entre os pesquisadores brasileiros.

É sabido que alguns fatos de linguagem têm alto potencial questionador para as teorias e por isso mesmo prestam enorme serviço à linguística. Categorias da onímica, que abrangem toda espécie de nomes próprios, têm, historicamente, esse potencial. Neste sentido, a genialidade do trabalho de Stefania Montes Henriques foi articular essa questão, de maneira absolutamente inovadora, com a fundação da Linguística Moderna pelo clássico *Curso de Linguística Geral*, que foi lido através de uma sagaz incursão pelos manuscritos autógrafos de Ferdinand de Saussure.

Iniciando sabiamente pela filosofia, cuja *expertise* em colocar-se bem diante de questões sobre a linguagem pode levar um linguista muito longe, a autora levanta os problemas que a onímica traz para quem insiste nas questões espinhosas da linguagem ao longo dos tempos. Assim, Henriques reabre a caixa de pandora do nome próprio, que, há algum tempo, estava adormecida e, mais do

que isso, avança com os dilemas teóricos aqui encontrados para o campo da Linguística Moderna, interrogando a sua fundação. Obviamente, a pesquisadora já estava mobilizada por uma questão teórica: a arbitrariedade do signo. Discussão que antecede à Linguística Moderna, o arbitrário do signo tem uma reflexão produtiva na filosofia e encontra, na onímica, sua pedra de toque. Com todos esses elementos, evidentemente, se pode alcançar uma boa discussão, mas o que este livro nos traz é mais do que uma boa discussão.

O livro que hoje temos em mãos nos apresenta uma análise que contempla uma diversidade incomum da produção saussuriana, a saber: (i) as publicações de Saussure, que circulam pouco entre os seus pesquisadores e suas comunicações proferidas à *Société d'Histoire et Archéologie de Genève*; (ii) o manuscrito já publicado e traduzido para o português, *Notes Item*; e, finalmente, (iii) um manuscrito de Saussure totalmente desconhecido do público brasileiro, *Niebelungen*, escrito pelo genebrino nos primeiros anos do século XX. Toda a análise feita nesta obra é consistentemente articulada com o clássico livro *Curso de Linguística Geral* de maneira totalmente inédita entre os pesquisadores da área, trazendo não só mais uma via de reflexão sobre a linguagem, mas também desvendando um processo de elaboração de Ferdinand de Saussure na fundação da Linguística moderna.

Adentrando o conteúdo em si, o livro é pleno de aforismos, com alcances que, nem sempre, se esclarecem por completo, não obstante as várias leituras feitas, refeitas e possíveis; mas talvez por isso mesmo se justifique a importância da renovação das interpretações que, nesse momento, prioriza a relação com os manuscritos do genebrino. Assim sendo, esta pesquisa, que agora lhes é apresentada em forma de livro, cumpre exemplarmente a função de investigar um dos maiores aforismos saussurianos: “O princípio da arbitrariedade não é contestado por ninguém; às vezes, porém, é

mais fácil descobrir uma verdade do que lhe assinalar o lugar que lhe cabe.”(Saussure 1916[1973]:82). Os primeiros leitores do livro póstumo de Saussure já se debruçaram sobre essa questão com afinco, dividindo-se em suas interpretações e, neste trabalho, temos um olhar renovado para a questão da arbitrariedade do signo, a pedra angular da elaboração saussuriana.

A autora põe a categoria da onímica a serviço de um cuidadoso exame da elaboração teórica de Saussure, com foco na arbitrariedade do signo, mas sem ignorar outros fatos da linguagem que passam pelo crivo teórico do linguista genebrino. É assim que o nome próprio implicará a fala como incontornável para a compreensão do seu funcionamento e a teoria do valor é colocada em xeque por essa categoria.

Contudo, no próprio *Curso de Linguística Geral*, se lê que as consequências da arbitrariedade do signo são inúmeras, mas ele acrescenta “É verdade que nem tôdas aparecem, à primeira vista, com igual evidência; somente ao cabo de várias voltas é que as descobrimos e, com elas, a importância primordial do princípio.”(Saussure, 1916[1973]: 82) A autora, então, não se furta às “várias voltas” e encontra no manuscrito sobre as Lendas Germânicas um indício da reflexão de Saussure sobre o nome próprio como uma categoria relacional, o que lhe permite, no futuro, sustentar a tese da arbitrariedade do signo.

Se, por um lado, no manuscrito *Notes Item* o genebrino irá afirmar que a simples onímica é o “que há de mais grosseiro na semiologia”, justamente porque o terceiro elemento é incontestável e escaparia à lei geral do signo, no manuscrito *Nibelungen*, por outro lado, ele irá afirmar que todo símbolo “uma vez lançado em circulação” está submetido às mesmas vicissitudes e às mesmas leis que quaisquer “símbolos que são as palavras da língua”. Assim, de um lado, se é possível concluir que no *Curso de Linguística Geral* a

categoria da onímica não está contemplada explicitamente em uma discussão sobre o nome próprio, de outro, a partir do exame de alguns manuscritos, se pode concluir que a discussão sobre essa categoria operou decisivamente na elaboração de Saussure sobre a arbitrariedade do signo. É o que o trabalho de Stefania Montes Henriques nos permite concluir, de maneira inédita, no conjunto das pesquisas sobre a fundação da Linguística moderna.

Portanto, é um trabalho que explora com delicadeza o *corpus* saussuriano e com destreza a bibliografia clássica e a recente que envolve esse complexo tema e, por isso, renova a nossa experiência com a Linguística, confirmando a vocação clássica do *Curso de Linguística Geral* e a potência provocativa da palavra de Saussure, sobretudo através da leitura que a autora faz neste livro.

ELIANE SILVEIRA

Sumário

7 AGRADECIMENTOS

9 PALAVRA DOS EDITORES

19 NOTA INTRODUTÓRIA

23 **CAPÍTULO 1**
NOME PRÓPRIO: UMA CATEGORIA MARGINAL?

25 1.1. O lugar teórico do Nome Próprio: a Linguística e a Filosofia da Linguagem

53 1.2. A heterogeneidade: um obstáculo na delimitação dos Nomes Próprios

55 1.3. Uma distinção controversa: Nomes Próprios *versus* Nomes Comuns

64 1.4. Uma possibilidade de delimitação: o arbitrário e a fala como aspectos distintivos dos Nomes Próprios

71	CAPÍTULO 2 O <i>CLG</i> : A NEGAÇÃO DA NOMENCLATURA E O “ISOLAMENTO” DO NOME PRÓPRIO
73	2.1. A Primeira crítica: a nomenclatura e o sistema linguístico
79	2.2. A segunda crítica: a nomenclatura, o signo e o arbitrário
84	2.3. A terceira crítica: significação, valor linguístico e <i>parole</i>
90	2.4. O “isolamento” do Nome Próprio
97	CAPÍTULO 3 NOMES PRÓPRIOS NOS MANUSCRITOS SAUSSURIANOS: DA LINGUÍSTICA ÀS LENDAS GERMÂNICAS
98	3.1. As comunicações proferidas à Société d’Histoire et Archéologie de Genève
103	3.2. <i>Notes Item. Sôme et Sème</i> : uma definição de Signo e de Nomes Próprios e Geográficos
124	3.3. Os manuscritos sobre as Lendas Germânicas e o valor do Nome Próprio
139	CONSIDERAÇÕES FINAIS
143	REFERÊNCIAS
149	SOBRE A AUTORA

Nota introdutória

Este livro possui como principal interesse os nomes próprios, categoria linguística que foi alvo de debates calorosos desde a Antiguidade Clássica. Esses debates se deram de forma intensa, porque estão envolvidos em sua constituição aspectos problemáticos dos estudos da linguagem: o arbitrário e a referência. Além disso, se considerarmos as pesquisas desenvolvidas sobre essa categoria, perceberemos que ela oferece obstáculos em sua delimitação: parece não haver regras de seu funcionamento que sejam aplicáveis a todas as línguas naturais. Em decorrência desses aspectos, os nomes próprios constituem-se como uma categoria linguística heterogênea, que vem suscitando muitas discussões até a contemporaneidade.

Podemos afirmar que uma das características mais marcantes dos nomes próprios é o fato de que, quando proferidos, eles estabelecem uma relação com os objetos de maneira singularmente forte e densa. Contudo, os modos de estabelecimento dessa relação, do ponto de vista teórico, não é um consenso nas Ciências da Linguagem e, especificamente, na Linguística. Todavia, é com base na obviedade da relação entre referência e nome próprio na linguagem cotidiana e do desacordo do estatuto teórico dessa categoria linguística que uma questão nos perturbou por muito tempo: de que maneira Ferdinand de Saussure, fundador da Linguística moderna, considerou os nomes próprios em sua teoria? Essa questão, embora

pareça óbvia, nos enseja grande pertinência em ser indagada, devido a vários aspectos, entre os quais asseveramos o estabelecimento de uma ordem própria da língua, independente de quaisquer ordens que lhe sejam exteriores. Assim, tomando como ponto de partida que os nomes próprios são a categoria linguística responsável por designar objetos no mundo, de que maneira ela seria considerada em uma teoria que se abstém de tratar da relação de referência?

Neste sentido e com o objetivo de tentar responder essa questão, este livro foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo é intitulado “Nome próprio: uma categoria marginal?” e consiste em uma explicitação dos aspectos que tornam essa categoria linguística um dos problemas mais insistentes dos estudos da linguagem. Entre tais aspectos, podemos ressaltar o lugar teórico controverso que ela ocupa na Linguística e na Filosofia da Linguagem, pelo fato de que há problemas em se estabelecer critérios de reconhecimento de nomes próprios, que sejam aplicáveis às línguas naturais, e a relação entre o princípio da arbitrariedade e a fala na constituição dessa categoria.

Considerando os obstáculos na delimitação dessa categoria linguística e o fato de que ela se relaciona com o arbitrário e com a fala, é pertinente nos determos na teoria de Ferdinand de Saussure acerca do tema. Dessa forma, no segundo capítulo, intitulado “O CLG: a negação da nomenclatura e o ‘isolamento’ do nome próprio”, investigamos especificamente a obra responsável por atribuir a Saussure o estatuto de fundador da Linguística moderna: o *Curso de Linguística Geral*, obra póstuma de 1916. Com o intuito de apreender de que maneira o nome próprio é considerado nessa obra, priorizamos dois pontos principais: a negação da nomenclatura e a única menção ao nome próprio feita no CLG.

Por isso mesmo, partimos do pressuposto de que, apesar de não ser evidente, tanto a negação da nomenclatura, quanto os no-

mes próprios, relacionam-se com aspectos importantes da teoria saussuriana, tais como: arbitrariedade do signo, valor e *parole*(*fala*), que são deslocamentos teóricos necessários para a fundação da Linguística moderna.

A constatação de que, positiva ou negativamente, o nome próprio possui uma função constitutiva na teoria saussuriana nos levou a questionar se, em outras produções do linguista, incluindo seus documentos manuscritos, conseguiríamos encontrar elaborações sobre o nome próprio. Dessa forma, no terceiro capítulo “O Nome Próprio nos manuscritos saussurianos: da linguística às lendas germânicas”, evidenciamos o interesse de Saussure no estudo dessa categoria, no início do século XX, em alguns documentos que, a princípio, poderiam ser considerados como não pertinentes a uma pesquisa linguística. Para tanto, nos detivemos nas comunicações proferidas à Société d’Histoire et Archéologie de Genève, entre 1901 e 1904, no manuscrito *Notes Item. Sôme et sème* e nos manuscritos sobre as Lendas Germânicas.

Realizamos, então, uma “perseguição” pelo nome próprio e encontramos, ao que este livro indica, mais do que esperávamos: a onímica, qualificada por Saussure como o *caso mais grosseiro da semiologia*. Se há autores, como Gary-Prieur (1991) e Seiler (2007), que defendem que o linguista suíço teria marginalizado o nome próprio e o excluído de sua teorização, pensamos que o que se deu foi justamente o contrário: essa categoria lhe ofereceu dificuldades, mas foram essas dificuldades que lhe permitiram os deslocamentos teóricos necessários para uma teoria digna da fundação de uma ciência.

Portanto, é na esteira dessas pesquisas acerca da categoria (não) marginalizada por Saussure que se constitui o principal objeto e objetivo de investigação deste livro, ora apresentado ao público. Boa leitura!

CAPÍTULO 1

Nome Próprio: uma categoria marginal?

O título deste capítulo impõe-nos, de antemão, uma questão: por que o nome próprio insinua-se uma categoria marginal? Ser considerado como marginal implica, ao mesmo tempo, um pertencimento e uma distância a algo já estabelecido, delimitado, estabelecido. Pessoas marginalizadas são, muitas vezes, aquelas que se diferenciam de uma ordem já imposta, seja por meio da classe econômica, seja pela identificação de gênero, seja por professar certa fé e/ou religião, entre outras formas.

Com isso, atribuir ao nome próprio um estatuto de marginal segue também essa mesma lógica: ele é uma categoria linguística, mas possui certas especificidades que lhe atribuíram um lugar dúbio na história das ciências humanas. Na Linguística, por exemplo, ele já foi considerado como “um parente pobre [...]” (cf. Molino 1982: 5), ao passo que, nos domínios da Lógica e da Filosofia da Linguagem, é colocado como uma das principais categorias a serem estudadas.

Como os nomes próprios são o cerne de nossa análise, faz-se necessário explicitar algumas de suas características inerentes e constitutivas como objetos de estudos, bem como as formas como

foram concebidos, tanto na Linguística, quanto na Filosofia da Linguagem. Para isso, faremos um breve percurso teórico pelas teorias de W. D. Whitney, M. Bréal e J.S. Mill e G. Frege. Não pretendemos aqui esmiuçar a teoria desses autores, principalmente porque essas análises não se constituem enquanto objetivo da pesquisa deste livro. Entretanto, achamos pertinente abordar alguns aspectos dessas teorias, tendo em vista que elas participam de um debate sólido e caloroso sobre a constituição dos nomes próprios no século XIX, ponto central a nosso trabalho, uma vez que é justamente nesse século que Ferdinand de Saussure teve toda a sua formação acadêmica, o que nos incita a questionar qual é o lugar teórico que ele atribui a essa categoria linguística.

Após esse percurso teórico, que não se pretende exaustivo, explicitaremos algumas características do nome próprio e as dificuldades envolvidas em sua delimitação. Perceberemos que, frequentemente, ele escapa a uma generalização, ou seja, parece não haver a possibilidade de depreender uma regra geral de seu funcionamento. Além disso, trataremos da controversa distinção entre nomes próprios e nomes comuns e de como tal questão não é de forma alguma estática, mas, ao contrário, bastante dinâmica, já que nomes comuns podem se tornar nomes próprios e vice-versa.

Por fim, explicitaremos a relação estabelecida entre os nomes próprios, a arbitrariedade e a fala enquanto categorias teóricas e analíticas na linguística saussuriana. Com efeito, acreditamos que tanto o arbitrário quanto a fala estão intrinsecamente relacionados à constituição do nome próprio. Nesse sentido, partimos de um ponto de vista ontológico do nome próprio, visando apreender a sua natureza, para, depois pensarmos seu funcionamento linguístico. É esse percurso teórico que nos abre as portas para as elaborações saussurianas, e isso em virtude de dois motivos principais: i-) o princípio da arbitrariedade possui um papel essencial no CLG; e

ii-) a fala é considerada por muitos autores¹ como um dos aspectos excluídos por Ferdinand de Saussure, ao determinar o funcionamento da língua como objeto teórico. Nesse sentido, é justificável perguntarmos sobre o tratamento destinado por Saussure aos nomes próprios, tendo em vista que eles colocam em relação dois aspectos importantes da teoria saussuriana.

1.1. O LUGAR TEÓRICO DO NOME PRÓPRIO: A LINGUÍSTICA E A FILOSOFIA DA LINGUAGEM

A Onomástica, ou Toponímia, insere-se em uma perspectiva diacrônica dos estudos linguísticos e possui, como principal objetivo, a investigação etimológica dos nomes próprios. De acordo com Molino (1982: 5), já em seu surgimento, que coincide com o advento da linguística histórica e comparativa, essa ciência possuía um ‘estatuto limítrofe e marginal’, dedicando-se a investigar a origem dos nomes próprios, nomes de pessoas e nomes de lugares.

1 A título de um pequeno exemplo, em “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso”, de Claudine Haroche, Michel Pêcheux e Paul Henry, aborda-se tal questão, argumentando que Saussure, ao fazer seu deslocamento epistemológico, isto é, de considerar a língua como o objeto possível para criação de uma epistemologia autônoma e própria, em relação aos estudos da linguagem verbal humana, cria, justamente, um “ponto cego” para a compreensão histórica e ideológica dos efeitos de sentidos na língua. Como aponta Ponsoni (2021, informação verbal), a Análise do Discurso francesa, de base pecheutiana, neste sentido, buscava se firmar como um novo terreno epistemológico para o estudo dos sentidos, apontando, portanto, a exclusão de Saussure ao sujeito, o qual seria imprescindível, como argumentam em favor do entendimento de discurso, aos sentidos que circulam e atravessam linguagem, língua e fala. (Cf. HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano. In: BARONAS, R.L. Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de Formação Discursiva. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2011.

Auguste Longnon (1844-1911) é considerado o precursor dessa disciplina, tendo se destacado por desenvolver vários trabalhos relativos à origem e ao sentido dos nomes próprios, dentre os quais se pode considerar como mais representativo o *Les noms de lieu de la France*. Além disso, foi justamente Longnon que, enquanto diretor da *École Pratiques des Hautes Études*, no final do século XIX, reconheceu a Onomástica como disciplina científica.

Mas, em que sentido a Onomástica investiga o nome próprio? Para Leroy e Muni Toke (2007), essa disciplina tematiza o nome próprio de maneira banalizada, o que implicaria em desprezar toda a complexidade de sua natureza e a problemática que essa categoria envolve. Isso porque, segundo as autoras, a partir do momento em que os estudos onomásticos priorizaram uma investigação histórica dos nomes próprios, as suas especificidades não foram questionadas. Assim, há um maior interesse, nessa disciplina, pela origem dos nomes próprios e não pela sua definição ou pela maneira com que os falantes apreendem essa categoria linguística.

No que diz respeito ao tratamento destinado a essa categoria nas outras áreas da Linguística, especificamente na linguística francesa do século XIX, Leroy e Muni Toke afirmam que

A história do lugar do nome próprio na linguística francesa é, portanto, particularmente interessante, pois ela testemunha a presença persistente desse elemento e ao mesmo tempo de seu relativo desinteresse também persistente, do qual é vítima. (Leroy; Muni Toke 2007: 116).²

2 Em tradução nossa do original “L’histoire de la place du nom propre en linguistique française est donc particulièrement intéressante, car elle témoigne de la présence persistante de cet élément et en même temps du relatif désintérêt, tout aussi persistant, dont il est victime.”

Essa constante presença/ausência do nome próprio na linguística francesa pode ser estendida para todo o campo dos estudos sobre a Linguagem. E isso porque, como dissemos, o nome próprio possui especificidades constitutivas que dificultam a investigação do seu funcionamento nas línguas naturais. Entre os linguistas que fizeram considerações sobre essa categoria, especificamente no século XIX, podemos citar W. D. Whitney e M. Bréal que, além de contemporâneos a Ferdinand de Saussure, também tiveram como objetivo pensar uma generalização dos estudos linguísticos.

Em 1875, por exemplo, Whitney publica *The Life and Growth of Language*, na qual defende que a língua é uma instituição social, considerando-a como um instrumento de comunicação, tanto como uso quanto como história. (cf. Hombert 1978: 114). Nesse sentido, há uma oposição declarada à concepção naturalista de língua defendida por A. Schleicher, segundo a qual “as línguas são organismos naturais que, exteriores à vontade humana e seguindo leis determinadas, nascem, crescem, desenvolvem-se e morrem” (Schleicher apud Paveau;Sarfati 2006: 22).

M. Bréal, por sua vez, publica, em 1897, a obra *Éssai de Séman-tique*, na qual denuncia as armadilhas das concepções organicistas, entre elas as teorias de A. Schleicher e J. Darmesteter, além de criticar também a Gramática Comparada. (cf. Capt-Artaud 2000: 38). Nessa obra, Bréal (1897[1992]) afirma a necessidade de considerar a palavra não somente como um som, mas também como um “conceito do espírito”. Isso implica em negar tanto o organicismo quanto o comparatismo já que, por ser um conceito do espírito, a palavra está no homem e não em seu exterior. Nesse sentido, o estudo da linguagem não pode se restringir somente às mudanças fonéticas, devendo se deter também ao sentido das palavras. A importância dada ao sentido nessa obra foi a responsável pela fundação da Semântica, apesar

de o projeto de Bréal ser considerado por alguns estudiosos como um programa de linguística geral. (cf. Aarsleff 1981: 118).

Além da importância desses dois pesquisadores para as ciências da linguagem, eles possuem mais um ponto em comum que concerne à tentativa de generalizar os resultados obtidos pela Gramática Comparada. A questão da generalização implica, de certo modo, em se pensar também a natureza da linguagem, o que nos faz questionar de que maneira os nomes próprios foram concebidos em suas teorias e em que sentido esse tratamento se diferenciaria das elaborações saussurianas.

W.D. Whitney inicia a obra *The Life and Growth of Language*, explicitando o que seria a concepção de linguagem que nortearia o desenvolvimento de sua obra: ela seria considerada enquanto expressão do pensamento humano. Assim, a linguagem é “um conjunto de signos pelos quais o homem exprime consciente e intencionalmente seu pensamento a seus semelhantes: é uma expressão destinada à transmissão do pensamento”. (Whitney 2010: 17).

Se a linguagem é um instrumento do pensamento, este é, então, anterior à linguagem, o que seria posteriormente negado por Saussure, como veremos no decorrer deste livro. Isso se torna mais evidente a partir do momento em que vemos o linguista americano afirmar, dentre outros aspectos, que, além de considerá-la como um instrumento do pensamento, é possível, por meio do estudo da linguagem, determinar sua influência no desenvolvimento da humanidade e da história das raças. (cf. Whitney 2010: 20). Percebe-se que, para esse autor, a linguagem não parece se constituir como um fim em si mesmo, mas sim como um auxiliar ao estudo do pensamento e da História.

Nesse contexto teórico descrito e proposto por Whitney, como se daria o funcionamento dos nomes próprios? Para nós, responder a essa pergunta implica pensar de que maneira Whit-

ney considerava o processo de aquisição da linguagem. Para ele, a aquisição está estritamente relacionada ao fato de que a criança reconhece os objetos e as pessoas que lhe rodeiam, sendo que isso ocorre antes do desenvolvimento da fala: primeiro, há o conhecimento das coisas e dos objetos, depois aprendemos a pronunciar seus nomes (cf. Whitney 2010: 25). É essa etapa de reconhecimento que faz com que a criança apreenda, mais tarde, a diferença entre os nomes gerais e individuais:

Mais tarde a criança aprende a pronunciar, por exemplo, o nome *Jorge*, mas ela descobre que não deve chamar de Jorge seres muito parecidos, ao qual esse nome pertence e que existe para isso outra palavra: garoto. Ela conhece outros *Jorge* e encontrar o laço que os liga é um problema que está além de seu alcance. (Whitney, 1875[2010]: 39).

Como podemos observar na citação, é somente após a experiência com determinado objeto/ser que a criança conheceria uma palavra e conseguiria pronunciar-la. É também por meio da experiência que a diferença entre nomes gerais e próprios, como “garoto” e “Jorge”, será apreendida pela criança. Testenoire (2008:1002) afirma que, na perspectiva de Whitney, os nomes com referentes individuais – nomes próprios – apareceriam como os primeiros na consciência dos sujeitos falantes. Os nomes comuns, por sua vez, seriam secundários no aprendizado da linguagem.

Para nós, isso indica que, de certa forma, os nomes próprios possuem um lugar de destaque nas elaborações de Whitney, visto que seriam a primeira classificação aprendida pela criança no processo de aquisição de linguagem e estariam estritamente relacionados ao seu conhecimento/experiência com o mundo. Em virtude de sua complexidade, a distinção entre nomes gerais e nomes particulares seria, para o linguista americano, um processo complexo,

que proporciona alguma confusão até mesmo nos homens adultos, mesmo que em menor grau. (cf. Whitney 2010: 41).

No que diz respeito à constituição do nome próprio, Whitney (1875[2010]) afirma que ele possui uma significação mínima. Isso fica perceptível quando o princípio de extensão do sentido é explicitado:

Sr. Miller deve seu nome à profissão que exerce, que é a de moineiro, de *Mill* (moinho). Ele se torna um ancestral comum de toda uma posteridade de Millers, que herdaram seu nome. Um deles se torna o fundador de uma seita que se chamará os milleritas, e esse nome se tornará tão importante na nomenclatura teleológica quanto o nome de Arius ou Nestorius. (Whitney 2010: 91).

Percebe-se que, ao explicitar o princípio de extensão do sentido, Whitney também deixa subentendido o princípio de restrição do sentido. Nesse caso, Sr. Miller só possui esse nome devido ao fato de que trabalha em um moinho (*mill*), o que implica que o substantivo “*mill*” sofreu uma restrição de sentido ao se tornar um nome próprio como “*Miller*”, isso porque, se antes “*mill*” designava uma classe de objetos, a partir do momento em que se torna um nome próprio, ele designa também um objeto individual. Além disso, a partir do momento em que alguém é nomeado como “*Sr. Miller*”, todos os seus descendentes carregarão consigo o nome “*Miller*”, mesmo que não trabalhem mais em um moinho. Supondo que o Sr. Miller teve dez filhos e que um deles fundou uma seita religiosa denominada os “*milleritas*”, houve uma extensão do sentido, tendo em vista que “*milleritas*” designa uma classe composta por indivíduos diferentes. A diferença entre os nomes próprios e os nomes comuns parece ser, portanto, relacionada à restrição e/ou extensão de sentidos.

Ainda nesta perspectiva, para Testenoire (2008), nas elaborações de Whitney é possível perceber dois polos opostos de carga

semântica: o “nome próprio é concebido então como elemento linguístico com significação mínima, ou em um ponto de vista dinâmico, como o momento em que a restrição de sentido é máxima”. (Testenoire 2008:1003).³

Ao longo deste capítulo retomaremos a questão do sentido dos nomes próprios. Por ora, é conveniente explicitar algo que nos salta aos olhos: o linguista americano parece considerar a relação de referência como fundamental no processo de aquisição da linguagem e, conseqüentemente, os nomes próprios possuiriam uma importância ímpar em sua teoria. No capítulo intitulado “Como são criadas as palavras”, por exemplo, o autor explicita os seus objetivos, dentre os quais o principal é investigar a constituição dessa categoria linguística:

Iremos antes examinar certos princípios gerais relativos aos fatos existentes concernentes à formação original dos nomes, isto é, à aquisição primeira de signos para as ideias. Os outros aspectos do desenvolvimento linguístico são, como vimos, de uma importância menor e de explicação fácil. Mas compreender como somos capazes de exprimir todas as coisas é compreender a natureza essencial do desenvolvimento linguístico e da própria linguagem. (Whitney 2010: 135).

Chamamos a atenção, na esteira do citado, para a relação de equivalência estabelecida entre a formação original dos nomes e “aquisição primeira de signos para as ideias” (Id.Ibid.:135). Portanto, essa passagem corrobora nossa afirmação anterior de que os nomes próprios – e a referência, como veremos mais à frente – exercem papel fundamental na teorização de Whitney, principalmente

3 Em tradução nossa do original: “[...] nom propre se conçoit alors comme l’élément linguistique à la signification minimale, ou dans un point de vue dynamique, comme le moment de la restriction de sens maximale.”

no que concerne à aquisição de linguagem. Ademais, afirmar que a natureza essencial da linguagem pode ser melhor compreendida a partir do momento em que se entenda de que maneira “somos capazes de exprimir todas as coisas que nos rodeiam” (Id.Ibid.:135) nos indica uma concepção de linguagem bastante próxima da nomenclatura, isto é, o âmago da linguagem é composto por nomes e sua principal função é nomear objetos que, por sua vez, se constituem de e nos referentes.

Devemos lembrar, entretanto, que há algo entre o objeto e nome, visto que, como vimos anteriormente, Whitney defende que as ideias são preexistentes às palavras. Assim,

Em primeiro lugar, há sempre e em toda parte uma ideia que precede a palavra. Em toda a frase comum, pensamos inicialmente e formulamos, em seguida, nosso pensamento. Isso é tão evidente que ninguém pode sequer pensar em negá-lo. Tentar fazê-lo seria pretender que um objeto novo não pudesse ser reconhecido antes de receber um nome, ou que o nascimento de uma criança só poderia acontecer depois de seu batismo. *Não reconhecer que a ideia precede a palavra é tão impossível quanto não reconhecer que a criança existe antes de ter um nome, ainda que a evidência seja menos palpável.* (Whitney 1875[2010]:136 grifo nosso).

Acrescentando à concepção de que as ideias são preexistentes às palavras, Whitney afirma, como podemos compreender pelas palavras do autor, que o ato de atribuição dos nomes às coisas é convencional, porque a relação estabelecida entre signos e objetos não é dada naturalmente. Vemos, então, aparecer a noção de arbitrariedade. Entretanto, “arbitrário” não pode ser entendido aqui como na teoria saussuriana – a qual mais adiante falaremos –, tendo em vista que o linguista americano considera o arbitrário

como sinônimo de “convencional”, enquanto Saussure considera-o na acepção de “imotivado”⁴.

De acordo com Testenoire (2008: 1003), a noção de arbitrário do linguista americano evidencia que a concepção de linguagem em seu arcabouço teórico corresponde àquela adotada por Hermógenes, no diálogo *Crátilo*, de Platão. Isso quer dizer que Whitney substituiria o “nomoteta” – primeiro homem a dar nomes aos objetos – pelos homens “nomencladores”, que atribuiriam os nomes às coisas, de acordo com as normas sociais às quais estariam submetidos.

Destarte, percebemos, mais uma vez, uma concepção de linguagem enquanto nomenclatura. Os nomes seriam, portanto, simples etiquetas para objetos. Com efeito, o fato de que na obra *The Life and Growth of Language* Whitney possui um projeto de generalização da Linguística, mas que a concebe por meio de uma compreensão de linguagem enquanto uma nomenclatura, leva-nos a pensar que, de acordo com o tratamento destinado ao nome próprio, tem-se uma concepção de linguagem diferente. Nesse ponto, é plausível afirmar que um dos aspectos que distingue a teoria saussuriana da teoria de seus contemporâneos, permitindo-lhe a fundação da Linguística, é justamente a negação da nomenclatura enquanto generalização do funcionamento linguístico e o deslocamento do princípio da arbitrariedade.

Assim como Whitney, M. Bréal também possui um projeto de generalização da Linguística. (cf. Aarsleff 1981:118), tendo ocupado lugar de destaque nos estudos desenvolvidos no século XIX. Co-fundador da *École pratiques des Hautes Études*, o linguista francês

4 Havia, como sabemos, uma discussão ferrenha na década de 1930 a respeito da concepção de arbitrariedade nas elaborações saussurianas, a qual toca, essencialmente, na distinção entre convencional e imotivado. Ela será abordada em mais detalhes no Capítulo 2.

foi professor de gramática comparada e teve entre seus alunos Ferdinand de Saussure⁵.

Assim como Saussure, Bréal teve sua formação acadêmica focada nos estudos comparatistas, além de se interessar por estudos mitológicos: sua tese de doutorado, por exemplo, era intitulada como *Hérculos et Cacus. Étude de Mithologie Comparée e des Noms Perses dans les Ecrivains Grecs* (1863)⁶. Porém, é em 1897, com a publicação de *Éssai de Sémantique*, que Bréal desenvolve uma teoria em que o escopo principal é o sentido das palavras e não seus aspectos fonéticos. Pode-se dizer, dessa maneira, que as ideias contidas nessa obra foram responsáveis pela fundação da Semântica, termo utilizado pelo linguista francês pela primeira vez em 1883, no artigo intitulado *Les lois intellectuelles du langage*. (Guimarães 1992: 9).

Durante seu percurso acadêmico, Bréal faz várias críticas aos estudos sobre a linguagem que estavam na crista da onda, tanto ao naturalismo, quanto aos histórico-comparativistas. De acordo com esse autor, afirmar que a Linguística é uma ciência natural é um erro, tendo em vista que “o objeto que ela trata não existe na natureza. A linguagem é um ato do homem: não há realidade fora da inteligência humana. (Bréal apud Aarsleff 1981: 115).⁷

Nesse sentido, as teorias naturalistas, entre as quais se destacam as elaborações de A. Schleicher e A. Darmesteter, estariam

5 Alguns estudiosos afirmam, inclusive, que Bréal teria sido um dos linguistas que contribuíram para que os deslocamentos teóricos efetuados pelo suíço fossem possíveis.

6 Deve-se ressaltar que o estudo de mitos e lendas no século XIX ocupa um lugar de destaque em relação à Gramática Comparada, principalmente se considerarmos que o estudo comparativo das línguas partia de uma análise filológica de textos antigos, dentre os quais se encontram as narrativas mitológicas. (cf. Henriques 2019).

7 Em tradução nossa do original “une condition capitale: c'est l'objet dont elle trait n'existe pas dans le nature. Le langage est un acte de l'homme : il n'a pas de réalité en dehors de l'intelligence humaine.”

equivocadas, pois consideravam a língua como um organismo vivo e, conseqüentemente, como algo exterior ao homem, presente na natureza, como mais um elemento orgânico ou reino biológico qualquer. Para além disso, a partir do momento em que se considera que a linguagem pertence às ciências naturais, o estudo das formas linguísticas se restringe à simples descrição dessas formas, sem considerar a própria natureza da linguagem, isto é, seu funcionamento. (Cf. Aarsleff 1981: 115).

No que diz respeito à Gramática Comparada, Bréal afirma, no início da obra *Éssai de Sémantique*, que:

Limitar o estudo da linguagem às mudanças de vogais e consoantes é reduzi-lo às dimensões de um ramo secundário da fisiologia; contentar-se em enumerar as perdas sofridas pelo mecanismo gramatical é cair na ilusão de que a linguagem é como um edifício em ruínas; restringir a linguagem às teorias abstratas sobre a sua origem é correr o risco de acrescentar, sem grande proveito, um capítulo à história já demasiado longa dos sistemas. (Bréal 1897 [1992]:17).

Neste sentido descrito acima, a negação do naturalismo e do comparatismo é fundamentada na necessidade de se considerar o sentido das palavras e não somente os sons. De fato, a importância dada ao sentido na teoria bréaliana implica em uma mudança de postura em relação à linguagem. A linguagem não é um organismo vivo e seus elementos não devem ser considerados como exteriores aos homens, tendo em vista que ela “é um ato do homem: ela não tem realidade fora da atividade humana”. (Bréal 1992: 195). Para Silva (2008: 15), é justamente a oposição de Bréal a essas correntes teóricas que lhe proporciona a possibilidade de pensar a natureza da linguagem e as mudanças linguísticas como passíveis à vontade humana. Em outra passagem, Bréal afirma que a linguagem:

tem sua morada e sua sede em nossa inteligência; não seria possível concebê-la em outro lugar. Se ela nos precede, e sobrevive a nós, é que ela existe na inteligência de nossos concidadãos como na nossa, é que ela existiu antes de nós em nossos pais, e de nossa parte nós a transmitimos a nossos filhos. (Bréal 1897[1992]:197).

As semelhanças com Saussure ficam evidentes se relembra-mos que, para o genebrino, “a língua aparece sempre como uma herança da época precedente” (Saussure 1973: 85) e, ainda, que ela é tesouro que existe “virtualmente no cérebro de todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade” (Saussure 1973: 21).

Para Aarsleff (1981: 121), Bréal considera – tal como Saussure – que a língua não pode ser uma nomenclatura, pois uma linguagem que exprime com precisão o que está no espírito ou no mundo é uma impossibilidade. Entretanto, mesmo negando essa concepção de língua, Bréal (1992 [1897]) se dedica, nesta obra, ao estudo dos nomes próprios nos capítulos “A restrição do sentido” e “Como os nomes são dados às coisas”. Isso já nos demonstra algo que será tratado adiante, especialmente no que concerne a Saussure e que se trata justamente do fato de que negar a língua como nomenclatura não implica uma exclusão sumária dos nomes próprios. Nesse sentido, o primeiro apontamento encontrado no capítulo “A restrição do sentido” diz respeito à impossibilidade de a língua ser uma nomenclatura. E isso porque:

(...) nossas línguas, por uma necessidade cujas razões se verão, são condenadas a uma perpétua falta de proporção entre a palavra e a coisa. A expressão é tanto demasiado longa quanto demasiado restrita. Não nos apercebemos dessa falta de ajuste, por que a expressão, para aquele que fala, corresponde em si mesma à coisa, graças ao conjunto de circunstâncias, graças ao lugar, ao momento, à intenção visível do discurso, e por que no ouvinte, que é sempre metade em toda a linguagem [...]. (Bréal 1992: 81).

A causa dessa falta de proporção que nos fala Bréal, qual seja, entre a palavra e a coisa, consiste no fato de que, para Bréal (1897[1992]), o verbo constitui a parte essencial da linguagem. Assim, o verbo possui uma significação mais ampla e é a partir dele que substantivos e adjetivos são formados em um processo de restrição do sentido, o qual se dá pelo uso dos falantes de uma comunidade linguística. Como exemplo, Bréal (1992: 81) explicita o caso do verbo latino *tegere*: em latim, usava-se a palavra *tegmen* para designar o telhado, sendo formada pelo verbo *tegere* e pelo sufixo *men*, que marca o instrumento. No entanto, *tegmen* também era utilizado com o significado de abrigo, muitas vezes formado por uma árvore ou por outra espécie de cobertura. Somente no francês, com a palavra *toit*, é que vemos uma restrição no sentido, tendo em vista que *toit* refere-se especificamente à cobertura de uma casa.

Esse exemplo nos evidencia uma primeira diferença entre Whitney e Bréal: enquanto o primeiro destina aos nomes um papel importante em suas elaborações sobre a linguagem, o segundo dá grande importância aos verbos, colocando-os como essenciais na linguagem e como origem de substantivos e adjetivos. Isso nos leva a questionar de que maneira a categoria dos nomes próprios é considerada na teorização do linguista francês, já que há uma crítica explícita à concepção de linguagem como nomenclatura.

Os nomes próprios são tratados mais detalhadamente no capítulo intitulado “Como os nomes são dados às coisas”. Nesse capítulo, Bréal retoma a questão de falta de proporção entre as palavras e as coisas, explicitando que:

a linguagem designa as coisas de modo incompleto e inexato. Incompleto, por que não se esgotou tudo o que se pode dizer do sol quando se disse que ele é brilhante, ou do cavalo quando se disse que ele corre. Inexato por que não se pode dizer do sol que ele brilha quando se escondeu, ou do cavalo que ele corre

quando está em repouso, ou quando está ferido ou morto. (Bréal 1992: 123).

O primeiro aspecto a ser depreendido dessa citação diz respeito à afirmação de Bréal, segundo a qual a relação de referência acontece de maneira inexata e incompleta, o que não impede que ela seja estabelecida entre os nomes e as coisas. Além disso, se retornarmos a questão da restrição do sentido, temos que o essencialmente importante é que, para os falantes, essa falta de proporção não é evidente, já que as circunstâncias de discurso possibilitam que eles efetuem a referência a um determinado objeto, mesmo que haja essa falta de proporção.

Nesse sentido, os substantivos ocupam papel central na questão da designação, tendo em vista que, de acordo com Bréal, eles são “signos ligados às coisas: eles encerram exatamente a parte da verdade que um nome pode encerrar, parte necessariamente tão menor quanto mais tem de realidade o objeto.” (Bréal 1992: 123). Desse ponto de vista, por um lado, os substantivos que são mais adequados aos objetos são os substantivos abstratos, tais como felicidade, liberdade, bondade etc., pois fazem referência a uma operação do espírito, e toda a ideia de e sobre “liberdade” estaria contida na palavra “liberdade”, por exemplo.

Se, por outro lado, o falante considera que um nome designa uma entidade real, por exemplo, um cão, a linguagem encontra-se na incapacidade de fazer com que todas as características dessa entidade estejam contidas no signo. Então, ela será forçada a escolher apenas uma, dentre as várias noções possíveis para designar um objeto e, dessa forma, “cria um nome que não tarda a se tornar um signo”. (Bréal 1992: 123). Isso implica em um tipo de motivação na relação estabelecida entre a palavra e o nome. De acordo com Bréal,

Para que esse nome se faça aceitar, é preciso, sem dúvida, que na origem haja alguma coisa de surpreendente e de justo; é preciso que, de algum modo, satisfaça o espírito daqueles a quem é então proposto. Mas essa condição impõe-se apenas no início. Uma vez aceito, esvazia-se rapidamente de sua significação etimológica. (Bréal 1992: 123).

Esse “esvaziar-se” da sua significação etimológica nada mais é do que se tornar signo, ou seja, ser usado por uma determinada comunidade linguística e ter seu sentido restrito ou ampliado. Os nomes próprios não parecem ser uma exceção nesse ponto. De fato, Bréal (1897) afirma que, mesmo os nomes dados pelos letrados e eruditos, estão submetidos às mesmas mudanças que os nomes comuns, e isso acontece em decorrência do fato de que a língua é uma “obra de improvisação” a serviço do pensamento. (Bréal 1992: 124). Dito de outro modo, o seu ponto de vista sobre os nomes próprios torna-se evidente quando ele critica toda uma tradição teórica anterior, que considerava que essa categoria linguística não fazia parte da língua, tais como Max Müller e Gottfried Leibniz. Assim,

Sustentou-se que os nomes próprios, como Alexandre, César, Turenne, Bonaparte, formavam uma espécie à parte e estavam situados fora da língua. Há certamente algumas razões em favor dessa opinião: vemos primeiro que, para essa categoria, o sentido etimológico não tem nenhum valor; além do mais, eles passam de uma língua à outra sem serem traduzidos; enfim, geralmente seguem as transformações fonéticas de um modo mais lento. Entretanto, pode-se dizer que há só uma diferença de grau entre os nomes próprios e os nomes comuns. (Bréal 1992:125).

Para Bréal (1897[1992]), essas diferenças, como se observa na citação, não implicam em uma distinção muito delimitada entre os nomes próprios e os nomes comuns. De fato, o sentido etimológico não tem nenhum valor quando consideramos os nomes próprios,

mas isso também acontece com nomes comuns, já que a partir do momento em que são colocados em circulação, a motivação inicial de sua atribuição se perde. Quanto à resistência dos nomes próprios ao processo de tradução de uma língua para a outra, Bréal (1897[1992]) afirma que esse movimento de “perda” de valor inicial também acontece com os nomes de invenções e costumes. No que diz respeito ao último argumento, que consiste em afirmar que os nomes próprios sofrem as transformações fonéticas em uma marcha mais lenta, o linguista francês refuta-o ao afirmar que isso se deve ao cuidado especial com que as pessoas os pronunciam.

A diferença existente entre os nomes próprios e os nomes comuns, portanto, é uma diferença intelectual. Isso quer dizer que os nomes próprios são mais significativos do que os nomes comuns porque designam apenas um objeto e não uma classe de objetos.

O que é interessante ressaltar nessa concepção de nome próprio de Bréal (1897[1992]) é justamente o fato de que essa categoria não se encontra fora da linguagem, haja vista que possui sentido e está sujeita a transformações, ou seja, pode sofrer os processos de restrição e de ampliação. (cf. Bréal 1992:126)⁸.

Assim, por um lado, ao considerarmos o papel desempenhado pelos nomes próprios nas teorias de W. D. Whitney e M. Bréal e, ainda, o lugar marginal ocupado pela Onomástica na Linguística, é possível constatar a maneira com que essa categoria fez-se presente nas teorias linguísticas, mesmo que de forma oblíqua e obtusa.

Por outro lado, essa oscilação de tratamento não é tão perceptível na Filosofia da Linguagem. Isso porque no século XIX a linguagem ocupa posição fundamental na prática filosófica. Isso acontece

8 A afirmação de que os nomes próprios pertencem à língua pode parecer algo óbvio e quase banal. Entretanto, não era um consenso nas ciências da linguagem e veremos adiante que o pertencimento ou não dessa categoria linguística também deve ser colocado em questão nas elaborações saussurianas.

devido à constatação de que vários problemas filosóficos eram, na verdade, problemas de linguagem. A Filosofia Analítica surge nessa época e se propõe, dentre outros objetivos, a analisar a linguagem com o intuito de eliminar as ambiguidades no discurso científico e, conseqüentemente, solucionar os problemas filosóficos. No âmbito dessa corrente teórica encontra-se a conceituação do nome próprio e a discussão sobre o estabelecimento da referência. Mas o que seria um nome próprio na filosofia da linguagem? De modo genérico e correndo o risco de reducionismo, podemos dizer que, na filosofia da linguagem, um nome próprio é considerado um sinal que tem como função principal designar objetos no mundo. Há, portanto, uma estreita relação entre essa categoria linguística e a questão da referência.

É plausível explicitar que a Filosofia Analítica da Linguagem possuía, de meados do século XIX ao começo do século XX, duas vertentes distintas que discutiam a relação dos nomes com os objetos: a teoria da referência direta e a teoria da referência indireta. A primeira defendia que o significado de um nome próprio era o seu referente, tendo em vista que não haveria nenhuma representação mental envolvida na relação entre nome e objeto. Assim, o significado de “Charles Chaplin” é o próprio Charles Chaplin. Isso implica afirmar que a relação entre nome e referente acontece de maneira direta, sem intervenção de uma significação ou de um conjunto de características que suscitem a atribuição do nome “Charles Chaplin” à entidade Charles Chaplin. O primeiro representante dessa perspectiva foi J. S. Mill, retomado por Hilary Putnam, Saul Kripke e Keith Donnellan. (cf. Branquinho et al 2006: 559).

Em contrapartida, a teoria da referência indireta postulava que existia, entre o referente e o nome, um significado/sentido. Esse significado poderia ser o modo de apresentação de um determinado objeto, tal como defendia Gottlob Frege, ou uma – ou conjunto –

descrição definida e/ou descrições definidas, como defendeu Bertrand Russell. A questão é que não existiria uma ligação direta entre o nome e o objeto, mas sim uma ligação intermediada pelo significado/sentido. Dessa forma, o significado do nome “Vênus” seria o seu modo de apresentação, isto é, um sentido que é partilhado por toda uma comunidade linguística. O referente de “Vênus”, por sua vez, é a entidade que atende às características expressas nesse modo de apresentação e que está relacionada ao nome Vênus⁹. Frege e Russell são considerados como os principais representantes dessa perspectiva no século XIX e foram retomados, já para metade do século XX em diante, por Peter F. Strawson e John Searle.

Todavia, a despeito de haver diversos teóricos que se encaixam nessas linhas filosóficas, neste livro optamos pela explicitação das teorias de J. S. Mill e Gottlob Frege, uma vez que, por intermédio delas, podemos conceber um panorama geral acerca do nome próprio no século XIX e de sua conceituação na Filosofia da Linguagem. Além do mais, Joseph (2012) afirma que J. S. Mill (1843[1979]) exerceu grande influência na concepção de nome próprio defendida por W.D. Whitney (cf. Joseph 2012: 412) e que já foi citada anteriormente. Quanto a Gottlob Frege, além de sua importância na Filosofia Analítica e na Lógica, sua afirmação de que a linguagem ordinária é uma ferramenta imperfeita e que, para a constituição do discurso científico, dever-se-ia utilizar uma linguagem artificial nos é bastante cara, já que, ao que nos parece, a imperfeição apontada por Frege é justamente o que permite a Saussure estabelecer a teoria do valor linguístico e, conseqüentemente, considerar a língua enquanto um sistema e não uma nomenclatura.

9 Por um lado, ao falar de modo de apresentação, partimos de um ponto de vista fregeano. Se, por outro lado, quisermos considerar a perspectiva russeliana, o modo de apresentação seria substituído por uma descrição definida, além de outras modificações nos pressupostos teóricos.

Tendo em vista os aspectos levantados, iniciaremos a exposição da teoria da referência direta, ou teoria “ingênua” da referência de J.S. Mill, filósofo que se dedicou a diversas áreas da filosofia. Entre as suas contribuições mais significativas encontra-se a obra *Sistema de lógica dedutiva e indutiva* (1843) que, de acordo com Ryan (1998), foi uma tentativa de apresentar uma explicação não somente da lógica, como também dos métodos da ciência e da sua aplicabilidade aos fenômenos sociais e naturais.

No primeiro capítulo, intitulado “Da necessidade de começar por uma análise da linguagem”, Mill (1843[1979]) afirma que a linguagem é um dos principais instrumentos auxiliares do pensamento e:

qualquer imperfeição no instrumento ou modo de empregá-lo está, evidentemente, sujeita, mais ainda do que em qualquer outra arte, a confundir e enterrar a operação e destruir qualquer confiança em seus resultados. (Mill 1843[1979]: 91).

Se a linguagem é um dos principais instrumentos do pensamento e a Lógica tem como objeto de estudo a inferência¹⁰, logo o estudo da linguagem faz-se necessário ao lógico, já que o pensamento utiliza-se dela para fazer as inferências. Mill (1843[1979]) justifica a importância do estudo da linguagem na perspectiva de que é somente pela consideração do valor das palavras que os lógicos podem chegar ao valor das proposições. (cf. Mill 1843[1979]: 91)

Nessa perspectiva, o nome próprio adquire destaque, pois as proposições, para Mill (1843[1979]), são formadas por nomes:

10 Inferência é o processo pelo qual se passa da aceitação de uma proposição para a aceitação de outra(s). Como aponta Blackburn (1997: 203), o objetivo “da lógica e da epistemologia clássica é codificar tipos de inferências e fornecer princípios para separar as boas das más inferências.”

Toda proposição tem três partes: sujeito, predicado e cópula. O predicado é o nome que denota o que é afirmado ou negado. O sujeito é o nome que denota a pessoa ou coisa de que algo é afirmado ou negado. A cópula é o sinal que denota que há uma afirmação ou uma negação, e dessa forma possibilita ao ouvinte ou leitor distinguir uma proposição de qualquer outra espécie de discurso. (Mill 1843[1979]: 92).

Há, nessa afirmação, uma distinção evidente entre os dois nomes que constituem uma proposição: um deles é o sujeito e designa um objeto que está fora dessa proposição; o outro, por sua vez, é o predicado e denota se algo é verdadeiro ou falso acerca do sujeito. Essa distinção será desenvolvida por Mill (1843[1979]) no capítulo 2, dessa mesma obra, intitulado “Dos nomes”.

É pertinente ressaltar que Mill (1843[1979]) parte de uma posição extremamente empirista no que diz respeito à aquisição do conhecimento e sua relação com o pensamento. Se isso é aplicado à concepção de nome milliana, pode-se dizer que há uma postura contrária àquela defendida, por exemplo, por T. Hobbes, que afirmava que os nomes são nomes de ideias ou conceitos¹¹. Assim, para Mill (1843[1979]), os nomes não são nomes de ideias, mas de coisas, porque, quando proferimos um determinado nome, evocamos um objeto e não a nossa ideia desse objeto:

Quando digo “O sol é a causa do dia”, não quero dizer que a minha ideia do sol causa ou provoca em mim a ideia do dia, ou, em outras palavras, que pensar no sol me faz pensar no dia. O que quero dizer é que certo acontecimento físico, denominado a presença do sol (que, em última análise, se reduz a sensações e não ideias), provoca outro fenômeno físico, denominado o dia. *Parece apropriado considerar uma palavra como o nome daquilo que pretendemos seja entendido através dela quando a usamos; daquilo que deve*

11 HOBBS, T. **De Corpore**. Elementorum philosophiae sectio prima, édition critique, notes, appendices et index par K. Schuhmann, Paris:Vrim, 1999.

ser entendido de algum fato que afirmamos; (...) (Mill, 1843[1979]: 94-95 grifos nossos)

Tendo em vista que o objetivo de Mill (1843[1979]) é refutar o idealismo e corroborar o empirismo e, ainda, na esteira do fato de que os nomes são aqueles que possuem a propriedade básica de “denotar”, houve a necessidade de classificar a categoria linguística dos nomes por meio de sua atuação semântica (cf. Campos 2004: 14). Assim, Mill (1843[1979]) efetua três grandes distinções na categoria dos nomes: i) gerais/individuais; ii) concretos/abstratos; e iii) conotativos/não-conotativos.

A primeira distinção efetuada por Mill (1843[1979]) entre nomes gerais e individuais é iniciada com a explicitação de uma das particularidades do nome próprio:

Todos os nomes são nomes de alguma coisa, real ou imaginária, mas nem todas as coisas tem nomes próprios e individuais. Para alguns objetos individuais necessitamos e, conseqüentemente, separamos nomes distintivos; há um nome para cada pessoa e para qualquer lugar notável. (Mill 1843[1979]: 96).

Assim, todos os nomes são nomes de coisas, mas isso não quer dizer que o mecanismo de funcionamento deles seja o mesmo. Os nomes gerais¹², por exemplo, constituem-se enquanto expressões que denotam um grande número de seres que possuem determinadas características. Eles seriam, portanto, equivalentes à designação de nomes de espécies, utilizada atualmente pelos Filósofos da Linguagem. (cf. Brito 2003: 27).

12 Mill (1843[1979]) explicita que há a necessidade de se distinguir os nomes gerais dos nomes coletivos. Para ele, um nome coletivo é aquele que “não pode ser predicado de cada indivíduo separadamente, mas apenas quando tomados em conjunto.”

Exemplos desse tipo de nomes são “cão”, “mesa”, “casa” etc. Os nomes individuais, por sua vez, são aqueles que possuem a capacidade de denotar objetos e de afirmar ou negar algo sobre eles. Assim, o nome “Bóris” é um nome individual, já que se refere a um determinado gato. Se, em vez de proferir “Bóris”, eu utilizar a descrição “o gato da Dona Maria” essa descrição será também considerada como um nome individual, levando-se em consideração que se refere a um determinado objeto.

A segunda distinção efetuada por Mill (1843[1979]) é entre nomes concretos e nomes abstratos:

Nome concreto é o que representa uma coisa; nome abstrato é o que representa o atributo de uma coisa. Assim, João, o mar, esta mesa, são nomes de coisas. Branco também é o nome de uma coisa, ou melhor de coisas. Brancura, por outro lado é o nome de uma qualidade ou atributo dessas coisas. (Mill 1843[1979]: 98).

Então, como observamos, os nomes concretos seriam aqueles que representam coisas, ao passo que os nomes abstratos seriam aqueles que representam atributos de coisas.¹³ Assim, o nome “homem” seria um nome concreto e “bom” um nome abstrato. Da mesma forma, o nome “velho” seria um nome concreto, pois representa uma coisa. Já o nome “velhice”, por sua vez, é um nome abstrato, porque representa o atributo de “velho”¹⁴.

Por fim, a terceira grande distinção explicitada por Mill (1843[1979]) é entre nomes conotativos e não-conotativos. De acor-

13 Nesse ponto, é interessante ressaltar que Mill (1843[1979]) utiliza-se dessas denominações na acepção da filosofia escolástica e não na acepção utilizada por J. Locke, segundo a qual os nomes abstratos são o resultado de uma abstração.

14 De um ponto de vista linguístico, não podemos deixar de notar que, a depender do uso, “velho” deixa de ser um atributo de coisas para se tornar um nome concreto, como em “Aquele velho é um insuportável”.

do com o filósofo, essa é uma das distinções mais importantes, por nos permitir penetrar mais fundo na natureza da linguagem. Assim,

Termo não-conotativo é aquele que denota um objeto somente, ou um atributo apenas. Conotativo é o termo que denota um sujeito e implica um atributo. Por sujeito é preciso entender qualquer coisa que possua atributos. (Mill 1843[1979]: 100).

Com o intuito de exemplificar essa distinção, retomemos novamente o exemplo do gato chamado Bóris. O nome “Bóris” é, na acepção de Mill (1843[1979]), um nome não-conotativo, porque designa um objeto específico presente naquela situação de discurso e não um atributo de um objeto específico. Se, entretanto, utilizarmos o nome “branco”, para falar de Bóris, denotaremos uma determinada entidade – o gato – e, além disso, afirmaremos que ele é branco, isto é, atribuiremos uma qualidade. Assim, branco é um nome conotativo.

Essas três distinções relacionam-se ao considerarmos o nome próprio na perspectiva milliana. Um nome próprio como “Ângela”, por exemplo, é um nome individual, concreto e não-conotativo. Isso porque ele determina um, e somente um, objeto quando proferido em uma determinada situação de discurso e não um atributo de um objeto tampouco uma entidade abstrata. Mais ainda, nessa perspectiva o nome próprio estabelece uma relação direta com o objeto ao qual se refere, ou seja, não há a mediação de um sentido na ligação entre nome e objeto.

É justamente no que diz respeito à relação entre o nome e o objeto que G. Frege discorda veementemente de J.S. Mill¹⁵. Quase

15 É claro que há, ainda, outros pontos em que Frege discorda de J.S. Mill. De acordo com Blackburn (1997), Frege considera, por exemplo, que a concepção de aritmética defendida por Mill é vulgar e de extremo mau gosto. (cf. Blackburn 1997: 250). Entretanto, isso não incide na problemática tratada neste livro, o que nos permite

cinquenta anos após a publicação de *A System of Logic, Ratiocinative and Inductive* (1843), por J. S. Mill, Gottlob Frege publica o artigo *Über Sinn und Bedeutung* (1892), no qual há uma explicitação da relação dita alhures, negligenciada por Mill (1843[1979]), qual seja, entre sentido e referência. Com efeito, a principal distinção que poderíamos estabelecer entre as teorias desses dois autores é justamente a atribuição ou não de sentidos aos nomes próprios.

Já em 1882, no artigo *Sobre a justificação científica de uma conceitografia*, Frege afirma o caráter instrumental da linguagem ao compará-la com a mão humana:

Sob este aspecto, a linguagem pode comparar-se à mão, que, apesar de sua capacidade de se acomodar às mais diferentes tarefas, não nos basta. Criamo-nos mãos artificiais, instrumentos para fins particulares que operam de maneira mais precisa do que a mão seria capaz. E o que torna possível esta precisão? Justamente a rigidez, a imutabilidade das partes, cuja falta torna a mão tão diversamente hábil. Assim, também a linguagem verbal não basta. (Frege 1882[1969]: 193).

Ao que nos parece, a consideração da linguagem enquanto instrumento era consenso geral entre os filósofos do século XIX. A imperfeição desse instrumento acarretaria problemas filosóficos que não existiriam se se utilizasse uma linguagem artificial, ou seja, uma linguagem idealmente rígida, imutável e que não possibilitasse ambiguidades. A partir do momento em que se construísse um discurso científico, por exemplo, todos os termos deveriam ser conceituados de antemão e todos os argumentos submetidos às leis da Lógica.

A questão é que, para a construção de uma linguagem artificial, dever-se-ia pensar, primeiro, na relação estabelecida entre sentido e

desconsiderá-la em nossa argumentação.

referência. E é isso que Frege (1892[1978]) faz no artigo *Sobre o sentido e a referência*, cujo problema inicial consiste em definir a noção de identidade: seria a relação estabelecida entre dois objetos? Ou seria a relação estabelecida entre duas expressões linguísticas?

Para Frege, ambas as respostas são incorretas, pois não conseguem explicar a diferença de valor cognoscível entre as expressões. Tomemos os seguintes exemplos: (i) O sol é o sol e (ii) O sol é uma estrela. A sentença (i) pode ser transcrita para a fórmula $a = a$ e, enquanto tal, não acrescenta nenhum conhecimento, é conhecida *a priori*; a sentença (ii), em contrapartida, será transcrita como $a = b$ e acrescenta valor cognitivo ao falante, visto que é necessário que o falante saiba que houve uma descoberta astronômica da natureza do sol.

Compreendendo que nenhuma das duas definições de identidade consegue explicar a diferença de conteúdo cognitivo, Frege estabelece que existe um terceiro elemento na relação entre o nome e o objeto. Esse terceiro elemento é o modo de apresentação do objeto:

É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letra), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência, ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto. (Frege 1892[1978]: 62).

É justamente nesse ponto, como vimos, que Frege (1892[1978]) se distancia de Mill (1843[1979]), apesar de possuir uma concepção de linguagem bastante semelhante. Para Frege (1892[1978]), entretanto, há um modo de apresentação entre o objeto e o seu nome. Esse modo de apresentação é apreendido coletivamente, visto que todos os indivíduos de uma determinada comunidade linguística possuem o mesmo – ou quase o mesmo – modo de apresentação de um objeto.

Mas e o nome próprio? Frege (1892[1978]) considera que ele é um termo singular, ou seja, quando utilizado, refere-se a um, e somente, um objeto. Aqui, não devemos considerar que o nome próprio se restrinja a substantivos próprios. O nome próprio pode ser uma expressão do tipo “sol” ou “cão”. O que importa é que essa expressão designe um, e somente um, objeto no mundo, o que nem sempre acontece na linguagem ordinária. É por tal motivo que se fazia necessária a criação de uma linguagem artificial, tendo em vista que a linguagem ordinária é maleável, mutável e, muitas vezes, as expressões não possuem referência ou se referem a objetos distintos ao serem utilizadas.

Além do nome próprio, do referente e do sinal, Frege (1892[1978]) também define a representação, que consiste em uma imagem interna e subjetiva de um determinado objeto, adquirida por intermédio da experiência. Apesar de cada indivíduo possuir uma representação diferente acerca de um mesmo objeto, essas representações possuiriam semelhanças, caso contrário a arte não seria possível. (cf. Frege 1892[1978]: 64–65).

Então, seria desejável que todos os nomes próprios possuíssem sentido/modo de apresentação e referência bem delimitados, principalmente na constituição do discurso científico. Entretanto, como dissemos, Frege (1892[1978]) considera que o fato de a linguagem ordinária ser maleável é, antes, um defeito do que uma qualidade. De fato, a linguagem ordinária proporciona expressões que, apesar de pertencerem a uma determinada língua e possuírem sentido, não possuem referência. De acordo com ele,

Certamente deveria corresponder, a cada expressão, que pertença a uma totalidade perfeita de sinais, um sentido determinado; mas, frequentemente, as linguagens naturais não satisfazem a esta exigência e deve-se ficar satisfeito se a mesma palavra tiver sempre o mesmo sentido em um mesmo contexto. Talvez possa

ser assegurado que uma expressão gramaticalmente bem construída, e que desempenhe um papel de um nome próprio, tenha um sentido. Mas com isso não se quer dizer que ao sentido corresponde uma referência.(Frege 1892[1978]: 63).

Para resolver esse “problema”, Frege opta pela seguinte solução: antes de inserir um determinado termo no discurso científico, caso ele não tenha referência, deve-se atribuir-lhe uma referência artificial. Assim, no exemplo “O atual rei da França é careca”, levando-se em consideração que a França não possui um rei e, conseqüentemente, não podemos lhe atribuir a qualidade de ser ou não careca, Frege atribui à sentença “o atual rei da França” a referência de “conjunto vazio”. Ora, a partir do momento em que se considera que as sentenças possuem sentido, mas não referência, e que se opta por atribuir uma referência artificial do tipo “conjunto vazio”, o princípio do terceiro excluído é transgredido.¹⁶

Mas o que é relevante para este trabalho é pensar como a concepção de nome próprio influencia na concepção de linguagem adotada por esses filósofos. Tanto Mill (1843[1979]) quanto Frege (1892[1978]) consideram a linguagem como um instrumento do pensamento e, dessa forma, o pensamento seria anterior à linguagem. As ideias seriam preestabelecidas e as expressões linguísticas teriam como função principal constituírem-se enquanto um meio de expressão dessas ideias. Além disso, aspectos que são comumente considerados relevantes, do ponto de vista linguístico para o funcionamento da linguagem – a mutabilidade do signo, por exemplo –, são considerados pelos filósofos como indícios de uma imperfeição desse instrumento.

16 O princípio do terceiro excluído consiste no fato de que uma expressão ou sua negação pode ser verdadeira ou falsa. É justamente nesse ponto que Russell (1905) inicia sua crítica à teoria fregeana.

Acrescenta-se a isso que, na teoria desses dois filósofos, pouco interessa se os signos estabelecem relações entre si no interior do sistema do qual fazem parte. Nem mesmo a noção da língua enquanto sistema é considerada. O que lhes interessa é que uma determinada categoria linguística, como os nomes próprios, estabelecem uma relação com o mundo e isso implica na necessidade de atribuir um valor de verdade às expressões linguísticas, isto é, determinar se essas expressões são verdadeiras ou falsas, principalmente ao considerarmos o discurso científico.

As considerações acima mostram-nos que o nome próprio é um objeto de análise controverso, tendo em vista o lugar teórico que ocupa nas Ciências Humanas. De mais a mais, para Leroy e Muni Toke (2007), as diversas maneiras pelas quais os nomes próprios podem ser analisados são justificadas pela natureza complexa dessa categoria linguística. De acordo com as autoras, o nome próprio:

é um objeto empolgante, rico e complexo e que excede largamente os limites da linguística: ele não constitui um objeto próprio, como poderia ser, por exemplo, as preposições ou os afixos, mas se enquadra nas ciências humanas, no sentido amplo: o interesse que lhe é destinado pela antropologia, história e a psicologia, é bem conhecido.¹⁷ (Leroy; Muni Toke 2007:115).

Isso quer dizer que essa categoria pode ser abordada de várias maneiras e com objetivos diferentes. Nos estudos da Lógica, por exemplo, a investigação do nome próprio visa depreender considerações sobre a relação entre os nomes e os objetos, enquanto que, na

17 Em tradução nossa do original “*est un objet passionnant, riche et complexe et qui dépasse largement les limites de la seule linguistique; il n'en constitue pas un objet propre, comme pourraient l'être, par exemple, les prépositions ou les affixes, mais relève des sciences humaines, au sens large: l'intérêt que lui portent l'anthropologie, l'histoire, la psychologie, est bien connu.*”

Antropologia, o nome próprio é investigado sob um prisma cultural, ou seja, que envolve a cultura de uma determinada comunidade.

Assim, a constituição dessa categoria linguística é heterogênea e isso faz com que nos indaguemos sobre os motivos dessa heterogeneidade. Por isso mesmo, também é pertinente nos perguntarmos porque essa categoria ocupa, ao mesmo tempo, um lugar marginal e um lugar de destaque nas Ciências Humanas. Com o intuito de tentar responder a essas questões, debruçaremos-nos em algumas características dos nomes próprios e, ainda, na distinção entre nomes próprios e nomes comuns.

1.2. A HETEROGENEIDADE: UM OBSTÁCULO NA DELIMITAÇÃO DOS NOMES PRÓPRIOS

Neste tópico, tentaremos abordar alguns aspectos da natureza dos nomes próprios. Para isso, utilizaremos como fundamentação teórica as considerações de Molino (1982) e Lecuit (2011). Essa escolha justifica-se na medida em que Molino (1982), em seu artigo *Le nom propre dans la langue*, efetua uma análise das características dos nomes próprios e da distinção dessa categoria com os nomes comuns. Lecuit (2011), por sua vez, trata da intraduzibilidade dos nomes próprios, considerada por muitos estudiosos no século XIX e XX como uma das características inerentes a essa categoria linguística. Além desses dois estudiosos, citaremos também Alan Gardiner, egiptólogo inglês que desenvolveu uma teoria dos nomes próprios na obra *The theory of proper names: a controversial essay* (1954) e trata da distinção entre nomes próprios e nomes comuns.

Dessa forma, podemos afirmar que um dos obstáculos na delimitação do nome próprio é a sua heterogeneidade, justificada pelo fato de que existem vários candidatos ao posto de “nome próprio”.

De acordo com Molino (1982), podem ser distinguidos nove tipos de nomes próprios: (i) nomes de pessoas ou antropônimos; (ii) nomes de animais; (iii) apelativos e títulos; (iv) nomes de lugares; (v) nomes de tempo; (vi) nomes de instituições; (vii) nomes de produtos da atividade humana; (viii) nomes de símbolos matemáticos e científicos; (ix) outros tipos de nomes próprios. (cf. Molino 1982: 6).

Um dos motivos para a existência dessa diversidade é justamente o fato de que tudo aquilo que é conhecido pode ser nomeado: objetos, pessoas, animais, descobertas científicas etc. Pode-se, por exemplo, nomear um carro ou um animal com um antropônimo. A versatilidade dos nomes próprios parece evidenciar que essas subdivisões relacionam-se umas às outras e partilham de características comuns. A questão é: quais seriam essas características? O que faz com que tanto antropônimos quanto nomes de símbolos matemáticos estejam agrupados em uma mesma categoria?

Essa questão foi levantada por diversos estudiosos nos séculos XIX e XX. Levando-se em consideração as dificuldades de delimitação colocadas pela heterogeneidade dos nomes próprios, Molino (1982) afirma que essa categoria deve ser considerada como uma categoria “semiteórica” e, como tal, a sua análise deve ser realizada, considerando-a como um protótipo, ou seja, “a cada palavra ou conceito é associado um conjunto de atributos que constituem o protótipo do conceito e ao qual se compara todo objeto para julgar se ele é abarcado ou não por esse conceito”. (Molino 1982: 7).¹⁸

Considerar o nome próprio como um protótipo implica em não definir que uma palavra pertence a essa categoria *a priori*. É necessário que uma análise seja realizada com cada palavra, comparando as suas características com o protótipo. Entretanto, afir-

18 Em tradução nossa do original “à chaque mot ou concept est associé un ensemble d’attributs qui constitue le prototype du concept et auquel on compare tout objet pour juger s’il range ou non sous ce concept.”

mar a existência de um protótipo não resolve o problema do nome próprio, posto que ainda resta determinar quais são as características desse protótipo.

Podemos afirmar que esse problema possa ser resolvido mediante a comparação entre nomes próprios e nomes comuns, tendo em vista a diferença de funcionamento entre essas duas categorias. Assim, no próximo tópico, argumentaremos em que especificamente essas duas categorias se distinguem, com o intuito de reconhecer as características do protótipo.

1.3. UMA DISTINÇÃO CONTROVERSA: NOMES PRÓPRIOS *VERSUS* NOMES COMUNS

A distinção entre nomes próprios e nomes comuns é cercada de debates e incertezas. Para Molino (1982), essa empreitada é praticamente impossível:

Se tentamos estabelecer critérios definidos que permitem delimitar sem ambiguidade o campo dos nomes próprios, percebemos rapidamente que essa empreitada é impossível e isso por duas razões: 1) nenhum critério sozinho permite separar sem ambiguidade os nomes próprios dos nomes comuns [...]. 2) Os critérios não são convergentes, ou seja, dois critérios quaisquer não isolam o mesmo domínio de N.P. (Molino 1982:7).¹⁹

19 Em tradução nossa do original “Si l’on essaye de poser des critères définis qui permettent de délimiter sans ambiguïté le champ des noms propres, on s’aperçoit rapidement que la entreprise est impossible et cela pour deux raisons: 1) Aucun critère ne permet à lui seul de séparer sans ambiguïté les noms propres des noms communs [...].2) Les critères ne sont pas convergents, c’est-à-dire que deux critères quelconques n’isolent pas le même domaine de N.P.”

As duas razões citadas acima são justificadas no sentido de que se tomarmos como critério de reconhecimento de nomes próprios a utilização de letras maiúsculas, por exemplo, perceberemos que alguns nomes comuns também são utilizados com letra maiúscula. Além disso, os critérios de natureza fonológica, sintática e morfológica, igualmente, não podem ser aplicados da mesma maneira em todas as subcategorias de nomes próprios; dito de outro modo, eles não são convergentes e não delimitam de uma só vez o mesmo grupo de observáveis. Isso quer dizer que o fato de uma determinada palavra não se adequar a um critério de reconhecimento de nomes próprios, não implica que ela não seja um nome próprio.

Considerando essa problematização no estabelecimento de critérios distintivos, podemos afirmar que estamos diante de dois problemas: o primeiro diz respeito à heterogeneidade dos nomes próprios, e o segundo, por seu turno, à dificuldade de distingui-los dos nomes comuns. Esse segundo problema torna-se ainda mais complexo a partir do momento em que consideramos que um nome comum pode se tornar um nome próprio. Mesmo que isso aconteça, parece ser pertinente afirmar que a categoria dos nomes próprios possui algo que a diferencia dos demais signos. É com o intuito de procurar o que acarreta essa diferença que nos deteremos em algumas supostas características dessa categoria.

A primeira característica que explicitaremos concerne à intraduzibilidade dos nomes próprios. São vários os autores que afirmam que os nomes próprios não podem ser traduzidos de uma língua para outra e, dessa maneira, se distinguiriam dos nomes comuns. Entretanto, Lecuit et al (2011), ao analisarem essa categoria linguística em dez línguas distintas, no artigo *La traduction des noms propres: une étude en corpus*, afirmam que:

Os nomes próprios, de acordo com o seu tipo, seu uso ou ainda de acordo com a língua alvo da tradução, estão submetidos a todos os procedimentos de tradução existentes, da simples relação à tradução enriquecida, passando pela camada, pela modulação, pela equivalência, etc. (Lecuit et al 2011:201).²⁰

Nesse sentido, os nomes próprios estariam submetidos a uma diversidade de procedimentos de tradução da mesma forma que os nomes comuns. Disso decorreria que a intraduzibilidade não poderia ser considerada como um critério de reconhecimento dos nomes próprios nem de distinção entre essa categoria e os nomes comuns. Ainda de acordo com Lecuit et al (2011:214), há casos de ausência de tradução, ocorridos principalmente com antropônimos que, em vez de serem traduzidos de uma língua para a outra, são substituídos por anáforas pronominais e descrições definidas. Neste sentido, podemos afirmar ainda que essa afirmação encontra respaldo a partir do momento em que consideramos os nomes bíblicos – que foram traduzidos em todas as línguas para as quais a Bíblia foi traduzida – e também alguns nomes de cidades e países, como New York/Nova Iorque, New Zealand/Nova Zelândia etc.

A segunda característica consiste nos aspectos gráfico-fonéticos do nome próprio. É senso comum que os nomes próprios são diferenciados graficamente dos nomes comuns pela utilização de letras maiúsculas. Entretanto, esse critério de reconhecimento também é falho, porque a utilização de maiúsculas não é uma regra geral de todas as línguas: em alemão, por exemplo, todos os nomes – tanto comuns quanto próprios – são grafados com letras maiúsculas, enquanto há línguas em que não existem letras maiúsculas,

20 Em tradução nossa do original “*les noms propres, selon leur type, selon leur usage ou encore selon la langue cible de la traduction, sont sujets à tous les procédés de traduction existants, du report simple à la traduction enrichie en passant par le calque, la modulation, l'équivalence, etc.*”

ou ainda, em que a distribuição entre maiúsculas e minúsculas é arbitrária. (cf. Molino 1982:8).

A questão fonética também foi colocada como um dos critérios de distinção entre nomes comuns e nomes próprios. De acordo com Gardiner, o nome próprio é:

uma palavra ou grupo de palavras que é reconhecido como possuindo a identificação como finalidade específica, e que alcança, ou tende a alcançar essa finalidade, por intermédio de sons distintivos, sem considerar qualquer significado possuído por esse som no início, ou adquirido por ele através de associações com o objeto ou objetos assim identificados. (Gardiner 1954:73).²¹

Gardiner (1954) parece defender, então, que os nomes próprios são palavras que possuem como única função a identificação. Entretanto, para esse autor, os nomes próprios alcançam o objetivo de identificar algo ou alguém por intermédio de sons distintivos. Nesse ponto, o que o autor defende é justamente que o sistema fonético dos nomes próprios é diferente do sistema fonético dos nomes comuns e, dessa forma, poderíamos considerar que há um critério fonético de reconhecimento.

Entretanto, mesmo que em alguns casos os sons possam ser considerados como critérios de reconhecimento de nomes próprios, essa ocorrência não parece ser suficiente para torná-los uma regra geral. Em português, por exemplo, os sons não parecem interferir na constituição de um nome próprio, o que já refutaria essa afirmação de Gardiner (1954). Ademais, se tomarmos como exemplo o nome próprio “Clara” e compararmos com o adjetivo “clara” ou

21 Em tradução nossa do original “a word or group of words which is recognized as having identification as its specific purpose, and which achieves, or tends to achieve, that purpose by means of its distinctive sound alone, without regard to any meaning possessed by that sound from the start, or acquired by it through association with the object or objects thereby identified.”

com o substantivo comum “clara”²², não perceberemos nenhuma pronúncia distintiva na utilização dessas palavras, mesmo que pertençam a categorias diferentes.

Alguns autores defendem que essa afirmação de Gardiner (1954) implicaria na existência de um sistema fonético particular dos nomes próprios, o que não teria fundamento, a partir do momento em que consideramos que essa categoria não se restringe somente aos antropônimos ou topônimos, mas sim a vários outros tipos de palavras. Posto isso, é possível constatar que não há diferenças fonéticas substanciais entre nomes próprios e nomes comuns, o que implica em não considerar o som como uma característica distintiva dessa categoria. Essa também é a perspectiva de Molino (1982), segundo quem “os nomes próprios não constituem um subsistema claramente definido do sistema fonológico da língua e os traços de funcionamento distinto são marginais.” (Molino 1982: 9).²³

Para Molino (1982), do ponto de vista morfossintático, é possível estabelecer algumas diferenças entre nomes próprios e nomes comuns. Línguas como o ucraniano e o fidjien²⁴ por exemplo, possuem morfemas característicos para a construção de nomes próprios. Entretanto, em línguas como francês, inglês e português não parecem existir tais morfemas distintivos, mas sim algumas características que não são por si só suficientes para distinguir os nomes próprios dos nomes comuns. Entre essas características, Molino (1966) assinala a atribuição de diminutivos, como nos nomes ingleses Bess (< Elisabeth), Bill (< William), Dick (< Richard), Ned ou Ted

22 A palavra “clara” pode ser considerada como um substantivo comum se levarmos em consideração o sintagma “clara de ovo”.

23 Em tradução nossa do original “*les noms propres ne constituent pas en général un sous-système clairement défini du système phonologique de la langue et que les traces de fonctionnement distinct sont marginales*”.

24 O fidjean ou hindi fijiano é uma língua falada nas ilhas Fiji,

(< Edward), Nell (< Eleanor)²⁵. Além disso, há as formas abreviadas, formadas por uma abreviação rigorosa e convencional de uma raiz do nome próprio que pode ser utilizada sozinha ou acrescida de um sufixo como, por exemplo, “Ed” que seria a raiz hipocorística²⁶ de “Edward” e, acrescida do sufixo *-ie*, formaria o apelido “Eddie”. (cf. Molino 1982: 9).

O que é interessante ressaltar é que, a princípio, não parecem existir características morfológicas inerentes aos nomes próprios que possam ser consideradas como uma regra geral em todas as línguas. Mas isso não quer dizer que não existam **princípios** que regem o funcionamento dessa categoria. Essa é a perspectiva de Molino (1982), que defende a existência de dois princípios morfológicos:

1) *Tudo pode ser um nome próprio*. Isso significa que o nome próprio não é somente um nome, mas pode também ser qualquer parte do discurso, uma frase qualquer, “traduzida” – segundo o vocabulário de Tesnière – e que desempenha o papel de nome. [...] 2) *O nome próprio tem uma possibilidade mínima de produtividade morfológica (morfologia derivacional)*. Se excluirmos os hipocorísticos, frequentemente obtidos – como vimos – de maneira muito original – os nomes próprios parecem ter, menos que os nomes comuns, a possibilidade de acrescentar prefixos, sufixos ou palavras para formar derivados e compostos. (Molino 1982:10).²⁷

25 Essas formas, de acordo com Molino (1982), são formas hipocorísticas originais aceitas pela fala dos adultos.

26 Um hipocorístico é uma palavra utilizada para denotar tratamento carinhoso ou familiar. Nesse sentido, uma raiz hipocorística consiste em uma parte do nome próprio comumente utilizada para a formação de apelidos.

27 “ Em tradução nossa do original «1) **Tout peut être nom propre**. Ce qui signifie que le nom propre n'est pas seulement un nom, mais peut aussi bien être une quelconque partie du discours, une phrase quelconque, 'translatés' - selon le vocabulaire de Tesnière - et jouant le rôle de nom. 2) **Le nom propre a une possibilité minimale de productivité morphologique (morfologia dérivacionnelle)**. Si l'on exclut les hypocoristiques, souvent

É pertinente que nos detenhamos por um momento nesses dois princípios. O primeiro deles consiste na afirmação de que “tudo pode ser um nome próprio”. Há, portanto, certa versatilidade dessa categoria linguística, se considerarmos que ela abarca várias subcategorias e que essas subcategorias, por sua vez, podem ser preenchidas com qualquer palavra ou sentença. Nesse sentido, como aconteceria a transformação de um nome comum para nome próprio? Podemos afirmar que, para que um nome comum se torne um nome próprio, é necessário que ele seja utilizado por um falante que, por meio dele, identifica um objeto determinado no mundo. Após essa utilização, para que esse nome próprio possa se estabelecer, enquanto tal em uma comunidade linguística, é necessário que ocorra o processo de restrição de sentido. Em contrapartida, um nome próprio também pode se tornar um nome comum. Isso seria uma consequência do processo de ampliação do sentido.

O segundo princípio consiste na “possibilidade mínima de produtividade morfológica” do nome próprio. Para Molino (1982), isso significa que o nome próprio possui uma característica distintiva do nome comum, no sentido de que, exceto pelos hipocorísticos e pela formação de apelidos, é mais difícil perceber na língua corrente palavras que foram formadas a partir dessa categoria linguística. Desse modo, esse autor afirma que “o nome próprio tende – e isso mais ou menos de acordo com as línguas – a escapar do sistema morfológico normal do nome comum.”(Molino 1982:10).²⁸ Isso quer dizer que não é comum que se formem pa-

obtenus – comme nous avons vu – de façon très originale –, les noms propres semblent avoir, mais que les noms communs, la possibilité de s'adjoindre préfixes, suffixes ou mots pour engendrer dérives et composés.

28 Em tradução nossa do original “le nom propre tend – et cela plus ou moins selon les langues – à échapper au système morphologique normal du nom commun.”

lavras compostas e derivadas de nomes próprios. Não é comum na linguagem corrente, por exemplo, a palavra “enleandrear” ou “leandrice” que seriam derivadas do nome próprio “Leandro”; ao contrário, palavras como “criancice”, derivada de “criança”, possuem uma ocorrência maior²⁹.

Haveria, ainda, a possibilidade de se depreender características sintáticas do nome próprio. Uma delas é a ausência de artigo e isso porque a presença de artigo antes de nomes próprios em francês e inglês não é recorrente em alguns casos: fala-se “Jean est arrivé” e não “Le Jean est arrivé”.³⁰ Entretanto, se buscarmos exemplos da utilização de nomes próprios precedidos de artigos no português brasileiro, veremos que essa prática é comum. Assim, falamos em algumas regiões do país: “O Gilberto ficou bravo” ou “A Dona Marly sente dor”. Isso nos leva a crer que a ausência de artigos antes de nomes próprios não pode ser considerada como um critério de reconhecimento, principalmente se o que desejamos é pensar em um funcionamento geral dessa categoria linguística.

Nesse sentido, é interessante retomar a afirmação de Molino (1982), segundo a qual,

As conclusões que podemos tirar do estudo morfossintático do nome próprio são as seguintes: não há caracterização definida do nome próprio nem em uma língua dada, e ainda menos em uma perspectiva geral. Podemos perceber uma tensão entre dois movimentos em ação na língua: o movimento que tende a isolar o nome próprio; o movimento que vem da organização gramatical

29 Aqui, cabe uma ressalva. A afirmação de que não é comum o processo de derivação de nomes próprios não implica afirmar que ele seja inexistente. Atualmente, temos, por exemplo, derivações de nomes próprios bastante presentes, tais como: “bolsonarismo”, “bolsominion”, “lulista”, dentre outros.

30 Ao afirmarmos que a presença de artigo antes de nomes próprios em inglês e francês não é recorrente, não queremos afirmar que ela não possa ocorrer. Em inglês, por exemplo, usa-se artigo antes de sobrenomes como, por exemplo, “The Richards”.

do sistema linguístico e tende a integrar morfossintaticamente o nome próprio nesse mesmo sistema. (Molino 1982:12).³¹

Concordamos com Molino (1982), tendo em vista que as características do nome próprio citadas nesse tópico não são suficientes para estabelecer critérios distintivos dessa categoria linguística. Entretanto, o fato de que o nome próprio possui uma produtividade morfológica limitada faz com que pensemos na possibilidade de que essa característica seja decorrente de alguma especificidade de sua natureza. Essa também parece ser a perspectiva de Leroy e Muni Toke (2007), segundo as quais “percebe-se que há uma característica linguística singular, a saber, a resistência da forma do nome próprio às regras habituais da morfologia lexical.” (Leroy; Muni Toke 2007: 125).³²

Além do mais, essa característica é explicitada, de certa forma, por Saussure no *Curso de Linguística Geral*³³. A produtividade morfológica limitada do nome próprio incita-nos a colocar a seguinte questão: Por qual motivo não se produzem formas derivadas e compostas dos nomes próprios da maneira com que se produzem dos nomes comuns?

De partida, isso nos leva a pensar que há “algo mais” no nome próprio e que isso pode justificar a impressão que temos enquanto

31 Em tradução nossa do original “*Les conclusions qu'on peut tirer de l'étude morpho-synthaxique du nom propre sont les suivants: il n'y a pas de caractérisation définie du nom propre ni dans une langue donnée, ni encore moins dans une perspective générale. On peut apercevoir une tension entre deux mouvements à l'oeuvre dans la langue: le mouvement qui tend à isoler le nom propre; le mouvement qui vient de l'organisation grammaticale du système linguistique et tend à intégrer morpho-syntaxiquement le nom propre dans ce même système.*”

32 Em tradução nossa do original “*on voit qu'il y a là une caractéristique linguistique singulière, à savoir la résistance de la forme du nom propre aux règles habituelles de la morphologie flexionnelle.*”

33 As considerações de Saussure sobre o nome próprio serão explicitadas no Capítulo 3 deste livro.

falantes de uma determinada língua: de que os nomes próprios são distintos dos nomes comuns. Mas, como encontrar a causa dessa intuição? No próximo tópico, trataremos do nome próprio de uma maneira que, em certo sentido, pode ser considerada como ontológica: tentaremos apreender a natureza dessa categoria linguística em sua relação com o princípio da arbitrariedade e a fala, evidenciando as questões semânticas e pragmáticas envolvidas nessa constituição.

1.4. UMA POSSIBILIDADE DE DELIMITAÇÃO: O ARBITRÁRIO E A FALA COMO ASPECTOS DISTINTIVOS DOS NOMES PRÓPRIOS

No tópico anterior, explicitamos as características do nome próprio em contraposição aos nomes comuns. Buscamos diferenciar essas duas categorias linguísticas e, conseqüentemente, delimitar os nomes próprios de maneira opositiva. Entretanto, percebemos que há dificuldades, tanto no que se refere à distinção com os nomes comuns, quanto na delimitação de sua natureza. Essa compreensão se deve porque os nomes próprios partilham de características com os nomes comuns e não possuem uma regra que possa ser aplicada de maneira geral a todas as línguas. Disso decorre que, de acordo com a língua analisada, o nome próprio possui determinadas características e, dessa forma, *escapa à generalização*.

Nesse tópico, de outra forma, pretendemos seguir por uma direção um pouco diferente: pensar a relação estabelecida entre o nome próprio, a arbitrariedade e a fala, evidenciando as questões semânticas e pragmáticas envolvidas nessa relação. Isso se justifica na medida em que buscamos encontrar evidências de uma diferença na constituição e funcionamento dos nomes próprios e dos nomes comuns.

Para investigarmos esses aspectos, utilizaremos das considerações de Marc Wilmet (1988), que trata da relação entre arbitrariedade e nomes próprios, das de Gadet (1990), que distingue dois tipos de arbitrário – o linguístico e o filosófico – e das de Strawson (1980), que estabelece que nomes próprios só designam objetos no momento de sua utilização. Por fim, acreditamos que há a necessidade de investigar qual é o tratamento destinado por Saussure aos nomes próprios, tendo em vista que tanto o arbitrário, quanto a fala constituem-se como ponto nodal em sua teoria.

Cabe ressaltar, ainda, que estamos em um domínio tão problemático quanto o âmbito morfossintático dos nomes próprios. O princípio da arbitrariedade e a fala são aspectos complexos que, até hoje, levantam debates sobre suas constituições e os seus modos de funcionamentos. Não obstante, falar dos âmbitos semântico e pragmático também é uma questão complexa e delicada nas Ciências da Linguagem, ainda mais se considerarmos que investigaremos o nome próprio nesses domínios.

Levando esses aspectos em consideração, colocamos a seguinte questão: o nome próprio é arbitrário? Sendo a resposta afirmativa, o que é arbitrário é a relação entre significante e significado ou a relação entre signo e objeto? Da mesma forma, podemos perguntar: qual é a relação entre o nome próprio e a fala?

Iniciemos pelas questões que versam sobre o arbitrário. Para tentar respondê-las, é necessário lembrar que esse princípio e sua relação com os nomes próprios são discutidos desde a Antiguidade Clássica. No diálogo de Platão intitulado *Crátilo*, por exemplo, a discussão gira em torno da natureza das relações estabelecidas entre os nomes e os objetos. No texto do diálogo, enquanto a personagem Hermógenes defende que a relação estabelecida entre língua e objetos é arbitrária, Crátilo afirma que os nomes espelham a natureza das coisas. Há nesse debate duas

posições distintas: a primeira defende que os nomes são dados às coisas de maneira convencional, ou seja, arbitrária; a segunda, por sua vez, defende que há nos objetos características que motivam a sua ligação com os nomes.

Nessa discussão, o arbitrário encontra-se na relação entre nome e objeto. Entretanto, essa não é a única concepção de arbitrário existente. De acordo com Gadet (1990), há duas formas de se considerar o arbitrário, a saber, na perspectiva filosófica e na perspectiva linguística:

O arbitrário filosófico, com efeito, concerne na ligação entre uma coisa e seu nome. Enquanto o arbitrário linguístico é o princípio segundo o qual um significante como [soer] não está relacionado por nenhuma ligação interior ao significado 'soeur' [...]. (Gadet 1990: 37).³⁴

Assim, por um lado, o arbitrário filosófico impõe a relação entre o nome e o referente, encontrando-se no exterior do signo. É esse o arbitrário encontrado na discussão entre Crátilo e Hermógenes. Por outro lado, o arbitrário linguístico situa-se na relação estabelecida entre significante e significado, ou seja, não há na constituição do signo linguístico um lugar para os objetos presentes no mundo.

Até esse momento, podemos afirmar que há a existência de dois tipos de arbitrariedade, mas ainda não podemos afirmar em que lugar a relação é arbitrária na constituição dos nomes próprios. A localização da arbitrariedade é uma questão de difícil resolução e podemos dizer que essa dificuldade foi percebida por Ferdinand de Saussure ao afirmar que “o princípio da arbitrariedade não é

34 Em tradução nossa do original “*L'arbitraire philosophique, en effet, concerne le lien entre une chose et son nom. Alors, que l'arbitraire linguistique est le principe selon lequel un signifiant comme [soer] n'est lié par aucun rapport «interieur» au signifié 'soeur' [...]*”.

contestado por ninguém; às vezes, porém, é mais fácil descobrir uma verdade do que lhe assinalar o lugar que lhe cabe”. (Saussure 1973:82).

Desse modo, inicialmente, partimos do pressuposto de que a relação entre nomes e objetos é arbitrária, quer dizer, não há nada no objeto que motive a atribuição de um determinado nome. Mas, um exemplo poderia ser citado para refutar essa tese: na década de 1950, no Brasil, a Chevrolet lançou no mercado a camionete 3100. Esse veículo, próprio para o trabalho rural, era diferenciado dos outros, tendo em vista que possuía várias curvas na lataria. Logo após o seu lançamento, ela foi batizada como Marta Rocha, em homenagem à Miss Brasil de 1954³⁵. Atualmente, a camionete ainda é chamada por esse nome que, para algumas pessoas, foi motivado pelas suas curvas. Nesse caso, é possível pensar em uma motivação entre o nome e o objeto? Apesar de, a princípio, parecer que sim, pensamos que considerar isso seria cair numa relação entre nome – sentido – objeto anterior à nomeação da camionete, o que nos levaria a um círculo vicioso, já que deveríamos também pensar na motivação da nomeação da mulher que primeiro recebeu esse nome.

Por esse viés, parece-nos mais coerente pensar que, ainda assim, não há motivação, visto que o arbitrário nessa relação se encontra no fato de que sequência de sons “Marta Rocha” não possui nenhuma motivação com o objeto camionete. Desse modo, o arbitrário do nome próprio reside na relação entre significante e objeto e não entre nome e objeto. Essa é a perspectiva de Wilmet (1988) em seu artigo *Arbitraire du signe et nom propre*, segundo o qual é a localização do arbitrário que diferencia os nomes próprios dos nomes comuns:

35 Martha Rocha foi Miss Brasil em 1954 e foi classificada em 2º Lugar no Miss Universo no mesmo ano. Dizem que sua colocação foi uma consequência de suas medidas.

a diferença reside no fato de que o Nome Comum associa um significante a um significado (ou vice-versa um significado a um significante) e o Nome Próprio um significante a um referente. Em outras palavras, o conteúdo significativo do Nome Comum preexiste à denominação. O conteúdo do Nome Próprio resulta imediatamente ou, melhor, institui a denominação em um núcleo semântico irreduzível [...]. (Wilmet 1988:838).³⁶

Essa afirmação de Wilmet (1988) implica no seguinte: tanto nomes comuns quanto nomes próprios referem-se a objetos quando proferidos em uma sentença. Entretanto, há duas diferenças principais na natureza desses dois tipos de nomes: a primeira delas diz respeito ao princípio da arbitrariedade. Enquanto os nomes comuns seriam constituídos pela relação arbitrária entre significante e significado, nos nomes próprios essa relação encontrar-se-ia entre o significante e o objeto. Se, então, aceitamos essa distinção e retomamos a perspectiva saussuriana do signo, podemos afirmar que os nomes comuns estariam submetidos ao sistema da língua, ou seja, possuiriam valor, porque são arbitrários, e se relacionariam com os outros elementos do sistema. Em contrapartida, o nome próprio, na perspectiva de Wilmet (1988), só possuiria um significado a partir do momento em que é proferido, estabelecendo uma relação arbitrária entre o significante e um objeto.

É nesse ponto que se entra nos domínios semântico e pragmático do nome próprio. Semântico porque, como vimos, há um debate, presente principalmente na Filosofia da Linguagem, que versa sobre a existência ou não de significado nos nomes próprios. J. S. Mill, por exemplo, defende que os nomes próprios são designadores

36 Em tradução nossa do original “*la différence réside en ceci que le NC associe un signifiant à un signifié (ou vice versa un signifié à un signifiant) et le NP un signifiant à un référent. Autrement dit, le contenu significatif des NC préexiste à la dénomination. Le contenu des NP en découle immédiatement ou, mieux, institue la dénomination en noyau sémantique irréductible [...].*”

rígidos, ou seja, são associados a um nome por intermédio de um ato convencional e, dessa maneira, não possuiriam significado. Em contrapartida, G. Frege afirma que os nomes próprios possuem um significado ou modo de apresentação do objeto, apreendido por toda uma comunidade linguística determinada,³⁷ e, ainda, pragmático, porque o nome próprio só se referiria a um objeto a partir do momento em que é utilizado por um falante. Assim, há uma relação entre os nomes próprios e a fala. Nesse ponto, é pertinente explicitar a perspectiva de P. F. Strawson (1980), filósofo inglês que, em seu artigo *On referring*, afirma que

Com muita frequência, utilizamos certos tipos de expressões para mencionar ou fazer referência (*refer*) a alguma pessoa individual ou objeto singular, ou a um acontecimento em particular, ou lugar ou processo, ou fazer algo que descreveríamos, normalmente, como a execução de um enunciado (*statement*) acerca daquela pessoa, objeto, lugar, acontecimento ou processo. Chamarei esse modo de utilizar expressões de utilização referencial individualizante. As classes de expressões que com maior frequência se utilizam dessa maneira são: pronomes demonstrativos singulares ('isto' e 'aquilo'); nomes próprios (por exemplo, 'Veneza', 'Napoleão', 'João'); pronomes pessoais e impessoais no singular ('ele', 'ela', 'eu', 'tu', 'ele'); e frases que começam com o artigo definido seguido por um substantivo, qualificado ou não, no singular (por exemplo, 'a mesa', 'o homem velho', 'o rei da França'). (Strawson 1980:261).

Assim, os nomes próprios só efetuam referência quando são proferidos por alguém. Essa utilização é denominada por Strawson (1980) como “utilização referencial individualizante” e é caracterizada pelo uso que fazemos dessas expressões. Afirmar isso implica dizer que a expressão não efetua a referência por si mesma, mas só

37 Esse debate será explicitado de maneira mais detalhada no Capítulo 2.

quando é executada em um enunciado, inserida em um determinado contexto. Dessa forma, “Mencionar’ ou ‘referir’ não é algo que uma expressão faça; é algo que alguém pode fazer ao utilizar uma expressão.” (Strawson 1980:266).

Diante dos aspectos mencionados neste capítulo, parece-nos pertinente reafirmar que o nome próprio é uma categoria linguística heterogênea. Disso decorre que não há uma regra geral de funcionamento dos nomes próprios que seja aplicável a todas as línguas, ou seja, essa categoria parece escapar à generalização. Além disso, é perceptível que os nomes próprios possuem uma estreita relação com o princípio da arbitrariedade e com a fala, entretanto, esses aspectos são alvo de discussões até hoje. Assim, mesmo que o nome próprio seja considerado uma categoria marginal na Linguística, a sua investigação torna-se necessária a partir do momento em que consideramos a problemática que ela evidencia e a complexidade de sua constituição.

Mas, por qual motivo gostaríamos de investigar como os nomes próprios são tratados na teoria saussuriana? A resposta para essa questão parece-nos evidente: tanto o arbitrário quanto a fala ocupam um lugar teórico importante na teoria saussuriana. Ademais, Saussure é o fundador da Linguística moderna e, nesse sentido, torna-se pertinente perguntar qual é a posição adotada por ele ao tratar de uma categoria linguística que levanta tantas discussões.

CAPÍTULO 2

O *CLG*: a negação da nomenclatura e o “isolamento” do Nome Próprio

No capítulo anterior, realizamos um percurso teórico pelas teorias de filósofos e linguistas do século XIX, evidenciando o tratamento destinado por eles à categoria dos nomes próprios. O conteúdo desse capítulo é importante, porque acreditamos que entender a maneira pela qual esses estudiosos tratavam os nomes próprios pode nos ajudar a entender o tratamento saussuriano conferido a essa categoria.

De acordo com Silveira (2007), tratar das semelhanças e diferenças entre Saussure e seus contemporâneos não é uma tarefa fácil. De fato, devemos levar em consideração que, ao mesmo tempo em que Saussure teve uma formação comparatista e desenvolveu estudos importantes nessa área³⁸, ele também se distanciou desses estudos ao se perguntar sobre o funcionamento do sistema linguístico. Assim, é possível afirmar que Saussure possui uma relação bidimensional com o conhecimento produzido no século XIX: ele não ignora a Gramática Comparada, mas também não se restringe a ela. Quanto a isso, a autora afirma ainda que “Saussure teria partido dos estudos históricos e de lá tirado os elementos que lhe teriam permitido supor as bases da sincronia.” (Silveira 2007:55).

38 *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes* (1879).

Nesse sentido, a relação entre Saussure e seus contemporâneos não parece ser pacífica, mas sim repleta de tensão e movimento, e isso porque, apesar de sua formação comparatista, Saussure questionou os estudos sobre a linguagem do século XIX e, a partir desses questionamentos, percebeu a necessidade de se deter no estudo do funcionamento linguístico.

Portanto, a questão que norteará esse capítulo diz respeito à maneira com que as considerações saussurianas sobre os nomes próprios podem se relacionar com o conhecimento produzido sobre essa categoria linguística no século XIX. Dito de modo diferente: A tensão e o movimento encontrados em outras elaborações saussurianas permaneceriam no tratamento destinado aos nomes próprios? Acreditamos que a resposta dessa questão seja afirmativa, ainda que muitos estudiosos, como Gary-Prieur (1991) e Seiler (2007), tenham afirmado que o linguista suíço não teria sequer se dedicado ao estudo dessa categoria linguística.

Gary-Prieur (1991) afirma que Saussure pode ser considerado como um exemplo de uma perspectiva de “marginalização do nome próprio”. De acordo com ela, “uma reflexão sobre o signo linguístico deveria encontrar o nome próprio. Ora, o *Curso de Linguística Geral* é estranhamente mudo sobre esse ponto.” (Gary-Prieur 1991:12).³⁹ Seiler (2007), por sua vez, afirma que “Saussure estava prestes a perceber que os nomes próprios (no sentido amplo do termo) se encaixavam mal em sua teoria da natureza do signo linguístico.” (Seiler 2007:99)⁴⁰.

39 Em tradução nossa do original “*une réflexion sur le signe linguistique devrait rencontrer le Nom Propre. Or le Cours de Linguistique Générale est étrangement muet sur ce point.*”

40 Em tradução nossa do original “*Saussure était sur le point de se rendre compte que les noms propres (au sens large du terme) s'accordaient mal à sa théorie de la nature su signe linguistique.*”

Discordamos tanto de Gary-Prieur (1991) quanto de Seiler (2007), porque partimos da hipótese de que os nomes próprios relacionam-se fundamentalmente com o princípio da arbitrariedade e com a distinção entre língua e fala. Apesar de essa relação não ser explicitada de maneira evidente, há indícios de que ela ocorra e, nesse sentido, não haveria marginalização do nome próprio, mas sim um movimento complexo de delimitação dessa categoria no interior de uma elaboração teórica.

Com o intuito de evidenciar essa complexidade e a relação entre nomes próprios/arbitrariedade/fala, deteremo-nos no CLG e nas edições críticas de Engler (1969) e de De Mauro (1972). Como veremos no decorrer desse capítulo, o nome próprio apresenta-se de duas maneiras distintas nessa obra: i.) de maneira negativa, como negação das concepções que consideravam a língua enquanto nomenclatura; e ii.) de maneira positiva, mencionada apenas uma vez na parte dedicada à Linguística Diacrônica.

Considerando essas duas formas de ocorrência, tentaremos evidenciar a relação estabelecida entre os nomes próprios e o princípio da arbitrariedade do signo, a teoria do valor e a fala.

2.1. A PRIMEIRA CRÍTICA: A NOMENCLATURA E O SISTEMA LINGUÍSTICO

As críticas à nomenclatura presentes no CLG não parecem possuir, em um primeiro momento, uma importância teórica. São poucas as suas ocorrências, sendo que em apenas três passagens Saussure cita a concepção que considera a língua como nomenclatura. De acordo com De Mauro (1972: 427),

Essa crítica permaneceu entre as sombras para os editores do Curso, como também permaneceu para uma boa parte da linguística contemporânea, que não lhe compreendeu o alcance e continua mantendo a concepção de nomenclatura cuja origem remonta a Aristóteles.⁴¹

Como exemplo de linguistas contemporâneos que, apesar das críticas saussurianas, ainda optaram por considerar a linguagem como uma nomenclatura, De Mauro (1972) cita S. Ulmann e L. Antall. Neste ponto, o que é conveniente ressaltar é que, tanto os editores, quanto os linguistas que conheceram a teoria saussuriana não parecem ter percebido que essas críticas relacionam-se intrinsecamente a aspectos importantes da teoria de Saussure, especificamente: o arbitrário, a natureza do signo linguístico e a ordem própria da língua.

Uma das razões para afirmarmos isso é a sua localização no interior do CLG: a primeira encontra-se no capítulo intitulado “Objeto da Linguística”, localizado na Introdução dessa obra; as outras duas críticas encontram-se, respectivamente, no capítulo “Natureza do signo linguístico” e “O valor linguístico”, ambos pertencentes à parte dedicada à Linguística Sincrônica.⁴²

A primeira crítica à nomenclatura é explicitada no CLG no capítulo em que Saussure distingue língua de linguagem e fala. Além disso, é nesse capítulo que Saussure afirma que “o ponto de vista cria o objeto”. De acordo com ele,

41 Em tradução nossa do original “*Cette critique est restée dans l'ombre pour les éditeurs du Cours, comme elle l'est restée pour une bonne partie de la linguistique contemporaine. Qui n'en pas compris la portée et continue de s'en tenir à la conception de la nomenclature dont l'origine remonte à Aristote.*”

42 É interessante ressaltar que a primeira crítica foi realizada em uma aula do segundo curso (1908-1909), enquanto que as demais foram realizadas, respectivamente, no início e no final do terceiro curso (1910-1911).

Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras. (Saussure 1973:15).

Nesse sentido que aponta Saussure, a língua não é dada de antemão, é necessário que se escolha um determinado ponto de vista para analisá-la e, assim, apreender a sua natureza⁴³. Um aspecto que deve ser ressaltado é que não há um ponto de vista superior ou anterior ao outro. É possível, de qualquer maneira, afirmar que estamos diante de uma escolha metodológica e, enquanto tal, essa escolha implica em um redirecionamento de toda a investigação do objeto de estudo.

Essa também parece ser a opinião de Normand (2011), segundo a qual a afirmação de que “o ponto de vista cria o objeto” constitui o primeiro princípio da teorização saussuriana e dominaria todos os demais⁴⁴. Normand (2011:19, grifos nossos) também acrescenta que

Cada ponto de vista define um domínio de observáveis, segundo uma epistemologia, neste estágio, positivista, que só é redutora caso se interprete como uma exclusão definitiva o que é somente um gesto de delimitação necessário em um determinado momento, para esclarecer as confusões e retificar o método.

43 Pode-se encontrar uma discussão detalhada acerca da afirmação “o ponto de vista cria o objeto” e suas consequências epistemológicas em MARQUES, A. C. M. **O enigma do ponto de vista**. 196 f. 2021. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2021.

44 No artigo “Saussure: uma epistemologia da linguística”, Normand (2011) explicita quatro princípios que teriam norteado o pensamento saussuriano: i. o ponto de vista cria o objeto; ii. tudo o que está no sentimento dos sujeitos falantes é fenômeno real; iii. a língua não é uma nomenclatura, pois é forma e não substância; iv. o que é absoluto é o movimento da língua no tempo. É importante ressaltar que não nos deteremos em todos os princípios explicitados por Normand (2011), somente naqueles em que consideramos a possibilidade de relacionar com os nomes próprios.

Assim, optar por um determinado ponto de vista não implica em excluir definitivamente outros pontos de vista e, conseqüentemente, outros aspectos da língua. Há, portanto, a possibilidade de se distinguir “delimitação” de “exclusão”: a delimitação consiste em uma escolha do que deverá ser abordado pelo linguista em um determinado momento, enquanto a exclusão consistiria em afirmar que certos elementos não possuem nenhuma participação no funcionamento da língua.

É no tópico destinado a delimitar o lugar da língua nos fatos humanos e, também, a importância da língua para a Semiologia, que Saussure explicita que até aquele momento a língua só havia sido abordada sob outros pontos de vista. Dentre esses pontos de vista, ele cita a nomenclatura: “Há, inicialmente, a concepção superficial do grande público: ele vê na língua somente uma nomenclatura, o que suprime toda a pesquisa acerca de sua verdadeira natureza”. (SAUSSURE 1973: 25).

Considerar a língua como uma nomenclatura implicaria, então, em não considerar o funcionamento linguístico, mas sim os aspectos exteriores a esse funcionamento, como a relação entre os nomes e os objetos. O “grande público” ao qual Saussure se refere parece ser constituído por filósofos e por outros estudiosos. Isso pode ser confirmado com a anotação de Riedlinger correspondente a essa afirmação:

“<quando se estuda a língua> como a estudam os psicólogos, <os> filósofos, ou mesmo <o grande público: de fato>: 1º eles consideram a língua como uma nomenclatura, suprimindo assim a determinação recíproca dos valores na língua por sua própria coexistência. Todas as grandezas dependem umas das outras: queremos determinar em francês o que é julgamento? Só podemos defini-lo <por> aquilo que o rodeia [...]”. (Riedlinger apud Engler 1968:50 grifos nossos).⁴⁵

45 Em tradução nossa do original “<quand on étudie la langue> comme l’étudient les psychologues, <les> philosophes, ou même <comme le public : en effet> : 1º ils considèrent

Há vários aspectos que devem ser considerados nessa anotação. O primeiro deles diz respeito ao fato de que, apesar de não ser possível verificar se os filósofos aos quais Saussure se referiu nessa aula eram J.S. Mill e G. Frege, a crítica saussuriana se encaixaria perfeitamente nas teorias desses autores. Além disso, é visível que neste trecho a relação entre a negação da língua como nomenclatura e o valor linguístico é evidente: a partir do momento em que se considera que a única função da língua é etiquetar objetos, tem-se que toda a complexidade do funcionamento linguístico é desconsiderada. Não haveria como afirmar que os signos são negativos, opositivos e diferenciais, caso a língua fosse considerada como uma nomenclatura. E isso porque considerá-la dessa maneira implicaria em deter-se nos aspectos exteriores ao funcionamento linguístico e, conseqüentemente, supor algo anterior ao estabelecimento da língua.

Desse modo, é plausível afirmar que a negação da nomenclatura enquanto concepção de linguagem pode ser considerada como um dos aspectos fundamentais para a afirmação de que a língua possui uma ordem própria. Pode-se compreender isso porque essa ordem baseia-se nas relações estabelecidas entre os elementos no interior do sistema linguístico e não nos aspectos exteriores a esse sistema. Nesse sentido, é interessante retomar a comparação entre o jogo de xadrez e a língua:

Mas de todas as comparações que se poderiam imaginar, a mais demonstrativa é a que se estabeleceria entre o jogo da língua e uma partida de xadrez. De um lado e de outro, estamos em

la langue comme une nomenclature suppriment ainsi la détermination réciproque des valeurs dans la langue par leur coexistence même. Toutes les grandeurs dépendent les unes des autres : veut-on ainsi déterminer en français ce qui est jugement ? On ne peut le définir que <par> ce qui l'entoure [...]”.

presença de um sistema de valores e assistimos às suas modificações. Uma partida de xadrez é como uma realização artificial daquilo que a língua nos apresenta sob forma natural. (Saussure 1973: 104).

Em uma partida de xadrez, o material do qual as peças são constituídas não interfere no funcionamento do jogo, conquanto as regras permaneçam as mesmas e que os jogadores as respeitem. Pode-se, por exemplo, utilizar uma tampinha de garrafa como uma peça e, mesmo assim, o jogo não será prejudicado. O mesmo aconteceria com a língua: o que importa são as relações estabelecidas no interior do sistema, não em seu exterior.

Podemos afirmar, portanto, que há uma relação de oposição entre a língua como nomenclatura e a língua como um sistema de valores. Nesse ponto, é importante retomarmos que a língua só pode ser considerada como um sistema de valores a partir do momento em que a natureza do signo linguístico é alterada. De acordo com Normand (2009), a concepção de signo de Saussure transforma totalmente a noção tradicional de signo, visto que ele deve ser compreendido em uma teoria semiológica que associa o social, o arbitrário e o valor. (Normand 2009:69).

Essa afirmação de Normand (2009) leva-nos à segunda ocorrência da crítica saussuriana à nomenclatura que, como veremos, relaciona-se com a constituição do signo linguístico em significante e significado e com a relação estabelecida entre essas duas faces.

2.2. A SEGUNDA CRÍTICA: A NOMENCLATURA, O SIGNO E O ARBITRÁRIO

A segunda crítica presente no CLG encontra-se no capítulo destinado à natureza do signo linguístico. Nesse capítulo, Saussure nega novamente a concepção reducionista de que a língua é uma nomenclatura, para explicar de que maneira o signo linguístico se constitui em sua teoria:

Para certas pessoas, a língua, reduzida ao seu princípio essencial, é uma nomenclatura, vale dizer, uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas. [...] Tal concepção é criticável em numerosos aspectos. Supõe ideias completamente feitas, pre-existentes às palavras; ela não nos diz se a palavra é de natureza vocal ou psíquica, pois *arbor* pode ser considerada sob um ou outro aspecto; por fim, ela faz supor que o vínculo que une um nome a uma coisa constitui uma operação muito simples, o que está muito longe da verdade. (Saussure 1973:79).

Como vimos, era comum no século XIX a concepção segundo a qual o âmago da linguagem era composto pelos nomes e que a principal função da língua era dar nome aos objetos presentes no mundo. Entretanto, caso a língua se restringisse a uma lista de etiquetas que nomeiam objetos, toda a sua complexidade seria perdida e não haveria a necessidade de se estudar o seu funcionamento. Além disso, um aspecto interessante a ser ressaltado nessa citação é a afirmação de que o vínculo entre um nome e uma coisa não constitui uma operação simples. Ao que nos parece, então, Saussure não nega que um nome possa se referir a objetos, mas sim que antes da relação de referência acontecer há todo um funcionamento que é interior ao sistema linguístico. A nota autógrafa correspondente a esse trecho direciona essa crítica especificamente aos filósofos:

Ao capítulo *semiologia*: <a maior parte das concepções que são, ou ao menos que oferecem> os filósofos da linguagem fazem refletir sobre <nosso primeiro pai> Adão chamando para si os <diversos> animais e dando-lhes a cada um seu nome. (Saussure apud Engler 1968:147).⁴⁶

É justamente após essa crítica à nomenclatura que Saussure define o signo linguístico no CLG, concebido como uma entidade composta por significante e significado, que mantêm uma relação arbitrária. Nesse ponto, é plausível afirmar que as concepções que consideram a língua como uma nomenclatura afirmam que a relação estabelecida entre os nomes e os objetos é arbitrária, enquanto Saussure defende que o arbitrário é interior ao signo linguístico.

Isso nos leva à distinção explicitada por Gadet (1990:37) entre arbitrário filosófico e arbitrário linguístico, já citada no capítulo anterior⁴⁷. Para essa autora, o arbitrário filosófico impõe a relação entre o nome e o referente, encontrando-se no exterior do signo. Por outro lado, o arbitrário linguístico situa-se na relação estabelecida entre significante e significado, ou seja, não há na constituição do signo linguístico um lugar para os objetos presentes no mundo. Nesse ponto, é pertinente colocar a seguinte questão: A afirmação do arbitrário filosófico negaria o arbitrário linguístico, ou vice-versa? Essa questão é de difícil resolução e podemos dizer que essa dificuldade foi percebida por Saussure (1973:82), ao afirmar que, apesar de ser uma verdade, é difícil assinalar o lugar que cabe ao arbitrário.

Devido à possibilidade de estabelecer o arbitrário, tanto na relação entre significante e significado, quanto na relação esta-

46 Em tradução nossa do original “Au chapitre sémiologie: <La plupart des conceptions que se font, ou du moins qu’offrent> les philosophes du langage font songer à <notre premier père> Adam appelant près de lui les <divers> animaux et leur donnant à chacun leur nom.”

47 Id.Ibid.: 40.

belecida entre nomes e objetos, esse princípio é, nas elaborações saussurianas, cercado de mal-entendidos provenientes do fato de que a negação da nomenclatura no CLG não teria recebido a devida atenção dos editores:

Comprendemos, portanto, como a noção de arbitrário do signo pôde ficar por tanto tempo obscurecida por um exemplo infeliz e, sobretudo, banal: a noção se fundamenta na descoberta do arbitrário de grupos de significações em significados distintos, descoberta ligada à crítica da concepção de língua como nomenclatura.⁴⁸ (De Mauro 1972: 427)

O exemplo infeliz ao qual De Mauro (1972) se refere é aquele utilizado para explicar o princípio da arbitrariedade:

Assim, a ideia de “mar” não está ligada por relação alguma interior à sequência de sons m-a-r que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra sequência, não importa qual; como prova, temos a diferença entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes: *o significado da palavra francesa bouef (“boi”) tem por significante b-ö-f de um lado da fronteira franco-germânica. E o-k-s (Ochs) do outro.* (Saussure 1973:82 grifo nosso).

De fato, foi esse o exemplo que fundamentou um debate caloroso no século XX sobre o arbitrário na teoria saussuriana. Entre os estudiosos que participaram desse debate, podemos citar Pichon (1937), Benveniste (1939) e Bally (1940).⁴⁹ Tanto Pichon (1937) quanto

48 Em tradução nossa do original “*On comprend donc bien comment la notion d'arbitraire du signe dans le CLG a pu rester si longtemps obscurcie par un exemple malheureux et, surtout, banale: la notion se fonde sur la découvert de l'arbitraire des regroupements de significations en signifiées discrets, découvert liée à la critique de la conception de la langue comme nomenclature.*”

49 Quanto a esse debate sobre o arbitrário linguístico, ver ENGLER, R. *Théorie et*

Benveniste (1939) afirmaram que o exemplo utilizado por Saussure – sobre a diferença entre *boeuf* e *ochs*– evidenciava uma contradição na teoria saussuriana, que seria o fato de Saussure ter recorrido ao objeto exterior com o intuito de verificar o princípio da arbitrariedade. Para De Mauro (1972), esse debate pode ter sido ocasionado pelo fato de que muitos estudiosos consideraram somente as páginas em que Saussure trata do princípio da arbitrariedade⁵⁰, nas quais a concepção de língua como nomenclatura encontra respaldo:

Nas páginas 100 e 101 do CLG (parece que algumas pessoas leem somente essas duas páginas) aflora a noção whitneyana de arbitrário e, com ela, a concepção da língua como nomenclatura. A ambiguidade do termo arbitrário, ainda carregada do sentido whitneyano, pode ter desempenhado um certo papel nessas duas páginas, ou seja, na lição de 2 de maio, um deslizamento, um retorno às concepções criticadas e liquidadas pelo próprio Saussure. (De Mauro 1972:443).⁵¹

Por arbitrário em Whitney, De Mauro (1972) entende que, na teoria whitneyana (1875), a relação arbitrária ocorre no exterior do signo linguístico, em sua relação com os objetos aos quais se refere. Desse ponto de vista, arbitrário não quer dizer “imotiva-

critique d'un principe saussurien: l'arbitraire du signe. **Cahiers Ferdinand de Saussure**. 19, 1962. Já quanto ao debate específico entre Pichon, Benveniste e Bally conferir HENRIQUES, S.M. O princípio da arbitrariedade e a referência em Ferdinand de Saussure. **Revista e-escrita**, vol. 3, n. 1B, p. 189-202, 2012.

50 Na edição brasileira, as páginas as quais De Mauro (1972) se refere são a 82 e a 83.

51 Em tradução nossa do original “*dans les pages 100 e 101 du CLG (il semblerait que certains n'aient lu que ces deux pages) affleure la notion whitneyenne de l'arbitraire et, avec elle, la conception de la langue comme nomenclature. L'ambigüité du terme arbitraire, lourde encore du sens whitneyenne, peut avoir joué un certain rôle en provoquant dans ces deux pages, c'est-à-dire, dans la leçon du 2 mai, un glissement, un retour vers des conceptions critiquées et liquidées par Saussure lui-même.*”

do”, mas sim “convencional”, o que evidenciaria uma concepção de linguagem como nomenclatura. Ao considerarmos somente essas duas páginas, poderíamos afirmar que Saussure, de fato, recorreu ao objeto em sua definição de arbitrário e, conseqüentemente, há uma contradição em sua teoria. Todavia, essa afirmação teria várias implicações para a teoria saussuriana, entre as quais poderíamos afirmar que não seria possível conceber o valor linguístico, o que é explicitado por Saussure na seguinte passagem :

Não só os dois domínios ligados pelo fato linguístico são confusos e amorfos como a escolha que se decide por tal porção acústica para tal ideia é perfeitamente arbitrária. Se esse não fosse o caso, a noção de valor perderia algo de seu caráter, pois conteria um elemento imposto de fora. (Saussure 1973:132).

Dessa forma, a teoria do valor não seria possível se os elementos da língua trouxessem em si mesmos uma positividade ou se as ideias fossem dadas de antemão. Considerando esses aspectos, somos levados a afirmar que a relação arbitrária entre significante/significado possui um papel fundamental na teoria saussuriana e as duas páginas nas quais as formulações saussurianas sobre o arbitrário evidenciam a concepção da língua como nomenclatura devem ser consideradas no conjunto da teoria saussuriana. Assim, concordamos com De Mauro (1972:443), segundo o qual

O sentido profundo do princípio da arbitrariedade, sob a indicação explícita do próprio Saussure, deve ser compreendido não somente pela formulação dessas duas páginas, mas considerando todo o CLG : deve-se considerar antes de tudo a doutrina da língua relacional segundo a qual as diferenças da língua são “independentes” das características intrínsecas da substância semântica e da substância acústica[...].⁵²

52 Em tradução nossa do original “*le sens profond du principe de l'arbitraire, sur*

O arbitrário saussuriano deve ser considerado, desse modo, enquanto pertencente a uma concepção que considera a língua como forma e não substância, ou seja, uma concepção que defenda a constituição da língua por entidades psíquicas que se relacionam e, por meio dessas relações, adquirem valor, sem a interferência de nenhum tipo de substância – objetos ou sons. Deparamo-nos, assim, com uma das afirmações mais categóricas e, ao mesmo tempo, mais fortes da teoria saussuriana.

Em outras palavras, afirmar que a língua é forma e não substância é a conclusão de todo o deslocamento teórico efetuado por Saussure: ela é uma forma, porque o arbitrário não está na relação entre signo e objeto, mas sim entre significante e significado. Além disso, é justamente por serem arbitrários que os signos linguísticos adquirem valor por intermédio das relações que estabelecem no interior do sistema. Tanto a arbitrariedade quanto o valor, aspectos fundamentais da teoria saussuriana, consolidam a negação da língua como nomenclatura. Nesse ponto, é pertinente que nos detenhamos na terceira crítica à nomenclatura, que coloca em jogo a distinção entre significação e valor.

2.3. A TERCEIRA CRÍTICA: SIGNIFICAÇÃO, VALOR LINGUÍSTICO E *PAROLE*

A terceira menção à nomenclatura está localizada justamente no capítulo destinado ao valor linguístico e relaciona-se com a distinção entre significação e valor:

l'indication explicite de Saussure lui-même, doit être compris non pas en regardant seulement la formulation de ces deux pages, mais en regardant tout le CLG: on doit considérer avant tout la doctrine de la langue connexe selon laquelle les distinctions de la langue sont 'indépendantes' des caractéristiques intrinsèques de la substance sémantique et de la substance acoustique [...]."

O valor tomado em seu aspecto conceitual, constitui, sem dúvida, um elemento da significação, e é difícil saber como esta se distingue dele, apesar de estar sob sua dependência. É necessário, contudo, esclarecer essa questão, sob pena de reduzir a língua a uma simples nomenclatura. (Saussure 1973:133, grifo nosso).

A diferença entre valor e significação é algo dificultoso de se estabelecer na teoria saussuriana. De acordo com Coelho (2013:1), “a relação entre esses dois termos não é estabelecida de forma clara, não sendo possível delimitar se o valor é um elemento da significação, ou o contrário”. Se tomarmos essa distinção da maneira com que ela é exposta neste capítulo do CLG, temos que o valor advém da relação estabelecida entre os termos no sistema, enquanto que a significação é a contraparte da imagem auditiva ou a relação entre significante e significado.⁵³

A questão que deve ser colocada aqui é qual seria o motivo de Saussure afirmar a necessidade de se esclarecer essa distinção, sob pena de reduzir a língua a uma simples nomenclatura? Por um lado, uma das respostas a essa pergunta pode ser o fato de que, nas concepções que consideram a língua como um conjunto de etiquetas de objetos, o lado conceitual do signo é, muitas vezes, considerado como o próprio objeto. Assim, não há a relação entre significante e significado, mas sim entre significante e objeto, o que exclui qualquer possibilidade de haver significação e valor linguístico.

Por outro lado, alguns estudiosos afirmam que a diferença entre significação e valor consistiria no fato de que a primeira en-

53 Há várias discussões em torno da distinção entre valor e significação. Entre os autores que tratam dessa problematização, podemos citar COELHO, M. P. Significação em Saussure: os três cursos de linguística geral. In: Anais do SILEL. **Simpósio Internacional de Letras e Linguística**, v. 3 n. 1, Uberlândia: EDUFU, 2013; e MARQUES, A. C.M. Significação: a elaboração de uma noção saussuriana no CLG. In: Anais do SILEL. **Simpósio Internacional de Letras e Linguística**, v. 3 n. 1, Uberlândia: EDUFU, 2013.

contra-se no âmbito da fala, enquanto a segunda encontra-se no âmbito da língua. Entre esses autores, podemos citar Bally (1940) e Burger (1961). Bally (1940) no artigo *L'arbitraire Du signe: valeur et signification*, em que discute sobre o arbitrário saussuriano e também sobre as afirmações de Pichon (1937) e Benveniste (1939), afirma que

Se o arbitrário do signo não parece ser afetado pela crítica exposta acima, ela nos oferece a possibilidade de colocar em evidência dois aspectos fundamentais do signo linguístico, sobre a distinção entre representação sensorial atual e conceito virtual. O reflexo linguístico da primeira será chamado aqui de *significação*; assim **arbre** tem uma *significação*, quando eu falo da árvore que faz sombra em minha casa, quanto ao conceito virtual ligado à palavra na memória, sem nenhum contato com a realidade, chamaremos de *valor subjetivo* ou simplesmente *valor*. (Bally 1940:194, grifos nossos).⁵⁴

Para Bally (1940), há, portanto, uma distinção fundamental entre valor e significação. O valor linguístico, a saber, as relações estabelecidas entre os termos no interior do sistema, não teria, de fato, nenhuma relação com os objetos exteriores. Essa relação seria estabelecida no âmbito da *parole*(fala), a partir do momento em que um falante fala de algo para alguém. Na continuação desse artigo, Bally (1940: 194-195) afirma que,

54 Em tradução nossa do original “Si l'arbitraire du signe ne semble pas atteint par la critique exposée plus haut, celle-ci nous offre l'occasion de mettre en relief deux aspects fondamentaux du signe linguistique, sur la base de la distinction entre représentation sensorielle actuelle et concept virtuel. Le reflet linguistique de la première sera appelé ici *signification objective*, ou simplement *signification*; ainsi *arbre* a une *signification*, lorsque je parle de l'arbre qui ombrage ma maison; quant au concept virtuel attaché au mot dans la mémoire, sans aucun contact avec la réalité, nous l'appellerons *valeur subjective*, ou simplement *valeur*.”

É somente na fala, no discurso, que o signo, por um contato com a realidade tem uma significação (p. ex. 'A árvore que você vê lá em baixo não possui frutas'), e é somente na língua, no estado latente, que esse mesmo signo desencadeia um feixe de associações memoriais que constituem seu valor (p. ex. árvore: arbusto, árvore: tronco, árvore: abeto, faia; árvore: floresta, etc.).⁵⁵

A posição de Bally (1940) parece evidenciar a interdependência entre língua/fala e a possibilidade de se pensar a relação de referência como algo pertencente ao domínio da fala. Nesse ponto, é interessante ressaltar que todos os signos linguísticos estariam submetidos tanto ao valor quanto à significação e não somente os nomes próprios. Na verdade, veremos no próximo tópico que os nomes próprios são considerados por Saussure como palavras isoladas, o que poderia ser entendido como uma ausência de valor, mas não de significação.

Além de Bally (1940), Burger (1961:7) também defendeu que a distinção entre valor e significação envolve a distinção entre língua e fala. De acordo com ele,

se a língua é um sistema de valores, se é do valor que o sentido depende, isso significa que é o valor, entidade puramente virtual, que permite a manifestação, no discurso, de significações diversas as quais dependem das relações entretidas com os outros valores do sistema.⁵⁶

55 Em tradução nossa do original "C'est seulement dans la parole, dans le discours, que le signe, par contact avec la réalité, a une signification (p. ex. "L'arbre que vous voyez là-bas ne porte pas de fruits"), et c'est seulement dans la langue, à l'état latent, que ce même signe déclenche un faisceau d'associations mémorielles qui constituent sa valeur (p. ex. arbre: arbuste, arbre: tronc, arbre: sapin, hêtre; arbre: forêt, etc.)."

56 Em tradução nossa do original "si la langue est un système de valeurs, si c'est de la valeur que dépend le sens, cela signifie que c'est la valeur, entité purement virtuelle, qui permet la manifestation, dans le discours, de significations diverses mais qui toutes dépendent des rapports qu'elle entretient avec les autres valeurs du système."

Assim, para Burger (1961), a significação depende do valor, ou seja, uma determinada palavra pode adquirir várias significações conquanto essas significações sejam possibilidades oferecidas pelas relações dos termos no interior do sistema. Nesse sentido, quando Saussure afirma que é necessário distinguir valor de significação, sob pena de reduzir a língua a uma nomenclatura, somos levados a considerar que a língua só não é uma nomenclatura, porque ela não se restringe às significações que uma palavra pode adquirir.

Depois da análise das passagens em que Saussure critica as concepções que consideram a língua como uma nomenclatura, podemos depreender o seguinte: as críticas à nomenclatura encontram-se presentes em momentos decisivos da teoria saussuriana. Esses momentos são, respectivamente: a definição do objeto língua, o arbitrário linguístico e a distinção entre valor e significação. A importância dessas críticas na teoria saussuriana parece-nos, portanto, evidente e, desse modo, concordamos com Normand (2011:24), para quem um dos princípios epistemológicos que nortearam as considerações de Saussure sobre a língua seria justamente a negação de que ela é uma nomenclatura e a afirmação de que ela é uma forma e não uma substância. Aqui, a relação entre as críticas à nomenclatura, o arbitrário e a teoria do valor torna-se clara, tendo em vista que só é possível negar a língua como nomenclatura ao efetuar o deslocamento do princípio da arbitrariedade para o interior do signo, postulando que ele é negativo, opositivo e diferencial.⁵⁷

Levando em consideração o que foi explicitado, poderíamos então afirmar que Saussure nega a nomenclatura? Antes de res-

57 Nesse ponto, é plausível retomar a distinção efetuada por Gadet (1990), e já explicitada no primeiro capítulo, segundo a qual o arbitrário filosófico consistiria na relação entre o nome e o referente, encontrando-se no exterior do signo linguístico, enquanto que o arbitrário linguístico estaria situado na relação estabelecida entre significante e significado, ou seja, no interior do signo linguístico.

pondermos a essa questão, devemos definir o que entendemos por “negação”. No ramo da Lógica, a negação de uma proposição é a sua contradição. (cf. Blackburn 1997:263). Há, nas considerações saussurianas, a negação das concepções que consideram a língua enquanto uma simples nomenclatura, mas essa negação incide somente sobre a generalização da nomenclatura como modo de funcionamento da língua, ou seja, na restrição de que a única função da língua é nomear objetos do mundo. Isso não quer dizer que o ato de nomear não pertença, de algum modo, ao funcionamento da língua. Nesse sentido, retomamos a afirmação de Chiesa (2008:11), com o qual concordamos:

rejeitar a concepção de linguagem enquanto nomenclatura não implica em rejeitar a nomenclatura enquanto caso particular da linguagem e, por consequência de uma série de palavras, a saber, os nomes, que comportam uma referência aos objetos dos quais os locutores são conscientes. Trata-se, então, de reexaminar a questão da nomenclatura nos escritos de Saussure.⁵⁸

Assim, é plausível afirmar que o que Saussure nega é a redução da língua a uma nomenclatura, como se a sua única função fosse etiquetar objetos presentes no mundo. Não obstante, Saussure não nega a nomenclatura, enquanto caso particular da linguagem, apesar de deixar transparecer que os nomes próprios possuem especificidades que lhes diferenciam dos demais signos. Dessa forma, é interessante que nos detenhamos, agora, na única vez em que o nome próprio é mencionado no CLG, no capítulo destinado ao fenômeno analógico.

58 Em tradução nossa do original “*le rejet de la conception du langage comme une nomenclature n’implique pas le rejet de la nomenclature en tant que cas particulier du langage et par conséquent d’une série de mots, à savoir les noms, qui comportent une référence à des objets dont les locuteurs sont conscients. Il s’agit des lors de réexaminer la question de la nomenclature dans les écrits de Saussure.*”

2.4. O “ISOLAMENTO” DO NOME PRÓPRIO

Nos tópicos anteriores, explicitamos as críticas saussurianas às concepções que postulam a língua como uma nomenclatura. Com a análise dessas críticas, percebemos que elas se relacionam a aspectos importantes da teoria saussuriana. Ademais, tentamos evidenciar que Saussure nega a nomenclatura, enquanto generalização do funcionamento linguístico, e não enquanto caso particular da linguagem.

Neste tópico, na esteira dessas discussões anteriores, pretendemos abordar a única vez que o nome próprio é mencionado nas formulações saussurianas presentes no CLG. Essa ocorrência encontra-se na parte dedicada à Linguística Diacrônica, sendo que nos deteremos no capítulo IV e no capítulo V, nos quais Saussure (1973) faz considerações sobre a analogia e sobre a evolução da língua.

Posto isso, a analogia pode ser definida de maneira opositiva ao fenômeno fonético. De acordo com Saussure (1973), o efeito do fenômeno fonético é contrabalanceado pela analogia, uma vez que ela se constitui enquanto um fenômeno que acarreta transformações normais do aspecto exterior das palavras. Mais do que isso, o fenômeno analógico “supõe um modelo e sua imitação regular. Uma forma analógica é uma forma feita à imagem de outra ou de outras, segundo uma regra determinada.” (cf. Saussure 1973:187).

Para De Mauro (1973:472), a analogia desempenha papel fundamental na formação dos sintagmas,

[...] se se considera o fato de que, para Saussure, os sintagmas não são somente as ‘palavras’, mas também as frases, de modo que a analogia é a fonte de criatividade da língua, a via através da qual a língua gera um conjunto teoricamente infinito de frases.⁵⁹

59 Em tradução nossa do original “*rôle essentiel si l'on tient compte du fait que pour Saussure les syntagmes sont non seulement les ‘mots’, mais aussi les phrases, si bien que l’analogie est source de la créativité de la langue, la voie à travers laquelle la langue*”

Interessa-nos ressaltar que a analogia é um fenômeno regular e não uma irregularidade. Juntamente com as mudanças fonéticas, é ela que proporciona a evolução das línguas, ou seja, “o processo pelo qual estas passam de um estado de organização para outro.” (cf. Saussure 1973:189).

No que diz respeito à natureza do fenômeno analógico, Saussure explicita que a analogia não é uma mudança, tal como o fenômeno fonético, e sim uma criação da língua. Se, na mudança fonética, uma forma nova só surge quando a forma antiga é anulada, na analogia, por sua vez, há a criação de uma nova palavra a partir de outra já existente na língua, sendo que essas duas palavras conviverão juntas. Para ilustrar o fenômeno analógico, Saussure (1973) utiliza-se da quarta proporcional⁶⁰. Assim,

$$\begin{aligned} \text{réaction} : \text{réactionnaire} &= \text{répression} : x \\ x &= \text{répressionnaire} \end{aligned}$$

A fórmula acima nos diz que já existiam na língua as formas “réaction”, “réactionnaire” e “répression”. Pelo fenômeno de analogia, criou-se – utilizando como modelo o par “réaction:réactionnaire” – o par “répression : répressionnaire”. É perceptível que não há a substituição da forma antiga pela nova forma analógica. E isso porque a analogia, diferentemente da mudança fonética, não objetiva substituir uma forma antiga por uma nova.

Saussure (1973) explicita que a analogia possui um caráter duplo, psicológico e gramatical. Gramatical, porque é necessário que

génère l'ensemble théoriquement infini des phrases.”

60 De acordo com Saussure (1973:194), há dois métodos para se ilustrar a analogia: pela quarta proporcional, fórmula matemática, e pela análise e reconstrução dos elementos fornecidos pela língua. Saussure opta pela quarta proporcional, na medida em que as gramáticas europeias utilizam esse método.

haja a consciência e a compreensão de uma relação que une as formas entre si, e psicológico, pois a ideia faz-se necessária no processo de criação analógica. Isso quer dizer que só há a necessidade de se usar uma forma antiga para criar uma nova a partir do momento em que essas duas formas se combinam no espírito⁶¹.

A analogia se resume, portanto, em “um aspecto do fenômeno de interpretação, uma manifestação da atividade geral que distingue as unidades para utilizá-las em seguida. Eis porque dizemos que é inteiramente gramatical e sincrônica.” (Saussure 1973:193).

É na sequência dessa argumentação teórica que o nome próprio aparece no capítulo V, no qual são tratados mais aspectos relacionados à analogia e, ainda, sobre evolução. Saussure (1973) inicia esse capítulo afirmando que “Nada entra na língua sem ter sido antes experimentado na fala, e todos os fenômenos evolutivos têm sua raiz na esfera do indivíduo” (Saussure 1973:196). Aqui percebemos a importância de se distinguir língua e fala e de considerá-las enquanto duas esferas interdependentes.⁶²

As criações analógicas têm, portanto, sua origem na fala, mas nem todas serão adotadas pela língua:

A língua retém somente uma parte mínima das criações da fala, mas as que duram são bastante numerosas para que se possa ver, de uma época a outra, a soma das formas novas dar ao vocabulário e à gramática uma fisionomia inteiramente diversa. (Saussure 1973: 196).

61 Deve-se considerar aqui que “espírito” é utilizado, na esteira do pensamento do século XIX, como sinônimo de razão, intelecto.

62 Apesar de Saussure ressaltar em várias passagens do CLG que o fenômeno analógico possui sua origem no âmbito da fala, é conveniente ressaltarmos que isso não implica que a analogia seja restrita a esse domínio. Aliás, é justamente por intermédio do fenômeno analógico que a interdependência entre língua e fala pode ser comprovada.

O fenômeno analógico e o fenômeno fonético proporcionam, assim, a transformação da língua ao longo do tempo. Aqui, notamos explicitamente a questão da mutabilidade e da imutabilidade do signo, à medida que, de forma concomitante, a língua se conserva e é transmitida por gerações, enquanto se modifica por intermédio da fala dos indivíduos e por estar inserida no tempo.

Poderíamos pensar, com isso, que todos os sintagmas de uma língua, tanto palavras como frases, submetem-se ao fenômeno da analogia. Todavia, esse pensamento é errôneo, porque, de acordo com Saussure, as únicas palavras que não se submetem à analogia são os nomes próprios e geográficos:

As únicas formas sobre as quais a analogia não tem poder nenhum são naturalmente as palavras isoladas, tais como os nomes próprios, especialmente os nomes de lugares (cf. Paris, Genève, Agen etc.), que não permitem nenhuma análise e, por conseguinte nenhuma interpretação de seus elementos; nenhuma criação concorrente surgiu a par deles. (Saussure 1973:201)⁶³.

A afirmação de que os nomes próprios escapam ao fenômeno analógico leva-nos a pensar que o processo de formação dessa categoria linguística não ocorre por analogia. Ao que nos parece, isso se mostra pertinente a partir do momento em que consideramos que a analogia é um processo de criação que utiliza de formas já existentes na língua e que funciona a partir dos mecanismos associativos e sintagmáticos.

Se o mecanismo associativo é necessário para que haja criação analógica, logo é necessário que uma ou mais séries associativas sejam acessadas nesse processo, o que não parece ocorrer com os nomes próprios: ao criar um nome próprio como “Leydianne”, por

63 Deve-se ressaltar que essa passagem não encontra correspondentes nos cadernos dos alunos, podendo se tratar de um acréscimo dos editores.

exemplo, não parece haver uma ideia inerente ao morfema “leydi” e outra ao morfema “anne”. Assim, somos levados a considerar que existe um processo de criação do nome próprio, mas ele não se daria por meio da analogia.

Se assim for, de que maneira aconteceria esse processo? Se levarmos em consideração o conteúdo do CLG, permanecemos em um beco sem saída: é pouco provável, por exemplo, que um nome próprio seja formado por aglutinação, posto que, de acordo com Saussure (1973:205), a aglutinação consiste no fato de que dois ou mais fenômenos diferentes em sua origem estão presentes,

[...] mas que se encontram frequentemente em um sintagma no seio da frase, se soldem em uma unidade absoluta dificilmente analisável, tal é o processo aglutinativo: *processo*, dizemos, e não *procedimento*, pois essa última palavra implica uma vontade, uma intenção, e a ausência de vontade é justamente um caráter essencial da aglutinação. (grifos do autor).

Assim, se o processo de aglutinação necessita de que duas formas sejam encontradas constantemente em um sintagma, para que se unam, um nome próprio não se encaixaria nesse processo devido ao fato de que não parece haver relação com as posições ocupadas pelas formas em um sintagma. Além disso, o processo aglutinativo ocorre de maneira inconsciente, isto é, não há nem intenção nem vontade na constituição de uma forma por aglutinação.

A título de exemplo, à primeira vista um nome como “Mariana” poderia ser considerado como o resultado de um processo aglutinativo. Entretanto, temos dois motivos para negar a aglutinação nesse caso: o primeiro deles diz respeito ao fato de que os morfemas Mari - e - ana não se encontram frequentemente em um sintagma, ou seja, em uma sentença. O segundo motivo diz respeito ao fato de que a aglutinação é um processo inconsciente. Ora, ao batizar uma

criança com o nome de Gleidsmari, com a intenção de homenagear os seus avós, por exemplo, estamos conscientes de que esse nome é a junção de dois nomes já existentes: Gleidson e Maria. E, inclusive, faço essa junção de forma deliberada, considerando aquilo que me soa melhor.

Parece-nos, com efeito, que o nome próprio escapa a esses dois processos de formação de palavras. Saussure teria percebido a produtividade morfológica limitada do nome próprio, tal como foi explicitado no Capítulo 1. Apesar disso, e de não existir um número considerável de formas derivadas de nomes próprios em todas as línguas, é inegável que há a possibilidade de se formar novos nomes a partir de nomes próprios já existentes.

De qualquer forma, essa produtividade limitada ou “isolamento”, nas palavras de Saussure, leva-nos a considerar a possibilidade de entrever uma diferença entre nomes próprios e nomes comuns. Podemos, então, colocar a seguinte questão: Por qual motivo os nomes próprios se diferenciariam dos demais signos ao ponto de oferecerem resistência à analogia e à aglutinação? Seria o nome próprio um caso particular da linguagem? Vejam que essas questões não são novas em nossa argumentação. Elas já foram feitas anteriormente, principalmente no Capítulo 1, entretanto, agora se dirigem a uma formulação teórica específica: a de Ferdinand de Saussure.

Ao que se indicia, no esteio das questões que apontamos, os nomes próprios possuiriam alguma diferença dos outros signos linguísticos, pois não estabeleceriam, do ponto de vista saussuriano, relações com os outros signos da língua. Ora, quais são as implicações de afirmar que os nomes próprios são palavras isoladas em uma teoria que considera a língua como um sistema fundamentado nas relações de seus termos?

Com o objetivo de responder essas questões – ou, pelo menos, tentar respondê-las – convém que nos detenhamos nos ma-

nuscritos saussurianos, a fim de comparar o tratamento dado por Saussure a essa categoria linguística nesses materiais e apreender o movimento de sua elaboração.

CAPÍTULO 3

Nomes Próprios nos manuscritos saussurianos: da Linguística às Lendas Germânicas

No capítulo anterior, explicitamos o tratamento destinado aos nomes próprios no CLG. Percebemos que, nessa obra, há duas formas de ocorrência dessa categoria: de maneira negativa, com as críticas saussurianas às concepções que consideravam a língua como uma nomenclatura; e de maneira positiva, quando o nome próprio é denominado por Saussure como uma “palavra isolada”, que não estaria submetida ao fenômeno da analogia. Além disso, também percebemos que há indícios de uma relação entre os nomes próprios, o princípio da arbitrariedade, o valor linguístico e a *parole* (fala).

A negação da nomenclatura, como generalização do funcionamento linguístico, por exemplo, pareceu-nos um aspecto importante para a consolidação da teoria de Ferdinand de Saussure, tendo em vista que é somente ao negá-la que Saussure pôde alçar o funcionamento da língua a objeto de estudo da Linguística moderna. Entretanto, a afirmação saussuriana de que os nomes próprios são “palavras isoladas” possui algumas implicações teóricas, entre as quais podemos ressaltar a de que essa categoria linguística não estabeleceria relações com os outros signos do sistema.

Neste capítulo, assim sendo, investigaremos qual é o tratamento destinado aos nomes próprios em outros documentos saussurianos, com o intuito de encontrar justificativas para a denominação de “palavra isolada” no CLG. Para isso, deteremo-nos nos seguintes materiais: as comunicações proferidas à Société d’Histoire et Archéologie de Genève, entre 1900 e 1904; o manuscrito *Notes Item. Sôme et sème* que, provavelmente, foi escrito no final do século XIX e início do século XX; e o estudo saussuriano sobre as lendas germânicas, desenvolvido por Saussure entre 1903 e 1910.

Apesar de versarem sobre assuntos diferentes, a tensão nas elaborações saussurianas que tratam sobre os nomes próprios permanece também nesses materiais; tanto que, em alguns pontos, há consonâncias entre eles sobre os nomes próprios, mas em outros há divergências que tocam na própria definição de sistema semiológico.

3.1. AS COMUNICAÇÕES PROFERIDAS À SOCIÉTÉ D’HISTOIRE ET ARCHÉOLOGIE DE GENÈVE

Sabe-se que Saussure se deteve no estudo dos nomes próprios/topônimos no início do século XX, especificamente entre 1900 e 1904. Isso é constatado devido à apresentação, nesse período, de três comunicações à Société d’Histoire et Archéologie de Genève, cujo tema abordado eram os nomes próprios e geográficos: “Le nom de la ville d’Oron à l’époque romaine” (28 março de 1901), “Origine de quelques noms de lieux de la région genevoise”⁶⁴ (29 de janeiro de 1903) e “Les Burgondes et la langue burgonde en pays romance” (15 de dezembro de 1904). O resumo dessas três comunicações foi

64 A comunicação proferida no dia 29 de janeiro de 1903 é a única da qual temos conhecimento do manuscrito, publicado em 1998, no *Cahiers Ferdinand de Saussure* 51.

publicado no *Recueil des Publications Scientifiques de Ferdinand de Saussure*, organizado por Léopold Gautier e Charles Bally, que compreendem as publicações em vida do linguista.

Iniciamos, portanto, com a comunicação intitulada “Le nom de la ville d’Oron à l’époque romaine”, proferida em 28 de março de 1901, na Société d’Histoire et Archéologie de Genève. De acordo com Gauchat (1920)⁶⁵, naquele tempo, o que preocupava Saussure e lhe inspirava a estudar sobre esse assunto era a discrepância entre os dados referentes ao nome da cidade de Oron. Alguns arqueólogos do início do século XX defendiam que essa cidade chamava-se *Promasens*, entretanto, no registro de estações e estradas do Império Romano⁶⁶, essa cidade foi denominada como *Bromagus*. Havia, portanto, a utilização de dois topônimos para designar a mesma cidade.

Todavia, para Saussure, Oron não possuía nem o nome de *Promasens* nem o nome de *Bromagus* na época do Império Romano, sendo essa cidade designada por *Uromagus*. Para provar seu ponto de vista, Saussure teria utilizado um método rigoroso de deduções morfológicas com o intuito de perceber se o nome *Bromagus* tinha relação com o nome Oron. Com o resultado dessa análise, o linguista mostra que *Bromagus* foi uma falha de um copista, sendo que, na verdade, o nome da vila era *Uromagus*, de origem céltica (*Onromagus*).

Tendo em vista que Saussure (1901) utilizou-se de um método de deduções morfológicas, ele finalizou a sua apresentação afir-

65 O resumo dessa comunicação é de autoria de Louis Gauchat, que assistiu à apresentação de Saussure, e foi publicado no *Recueil des Publications Scientifiques de Ferdinand de Saussure*, em 1921. É interessante ressaltar que em 1920, Gauchat publica um artigo intitulado: *Le nom de La ville d’Oron à l’époque romaine*, no qual Saussure é colocado como co-autor.

66 Esse registro é intitulado “Litinaire d’Antonin” e continha as direções para se deslocar entre os povoados do Império Romano.

mando que a queda do elemento *magus* aconteceu em quase todos os topônimos que o possuíam. Gauchat (1920) termina o resumo afirmando que a descoberta realizada por Saussure era de grande interesse para a história local⁶⁷.

A segunda comunicação em que nos determos é intitulada “Origine de quelques noms de lieux dans la région genevoise” e foi proferida em 29 de janeiro de 1903⁶⁸. Saussure (1998:275) inicia o texto afirmando que,

O estudo dos dialetos se vê interpelado por toda espécie de ligações íntimas para adotar em sua esfera o estudo dos nomes de lugar e, reciprocamente, as pesquisas toponímicas têm a necessidade de se apoiar continuamente sobre as investigações que lhe fornece uma dialetologia bem esclarecida.⁶⁹.

Saussure teria, então, iniciado a comunicação afirmando a interdependência dos estudos da dialetologia e dos estudos sobre os nomes de lugares. Ao falar com entusiasmo sobre *Glossaire des Patois Romands* e sobre a importância dos estudos de onomástica das várias regiões da Suíça, o linguista discorre sobre o fenômeno de “destruição dos nomes”:

67 Nesse ponto, é interessante retomar o CLG, especificamente o capítulo II, na parte dedicada à Linguística Geográfica. Nesse capítulo, Saussure explica o fenômeno de coexistência de várias línguas em um mesmo território e cita, como exemplo, o caso do Império Romano, no qual várias línguas coexistiam, tendo em vista a invasão de um povo superior ou a colonização. (cf. Saussure, 1973, p. 226).

68 No caso dessa comunicação, não utilizamos o resumo publicado no *Recueil*, e sim o manuscrito saussuriano referente a essa comunicação, que foi editado por Miroslav Arsenijevic e publicado no CFS 51, de 1998.

69 Em tradução nossa do original «l'étude des patois se voit amenée par toute espèce de liens intimes à embrasser dans sa sphère l'étude des noms de lieux, et réciproquement les recherches toponymiques ont besoin de s'appuyer continuellement sur les reseignements que lui fournit une dialectologie bien éclairée»

Este fenômeno de *destruição* acontece de várias maneiras que não seriam interessantes de acompanhar e estudar, se não fosse sobretudo *deplorável em seu resultado*, e se nós não percebêssemos todos os dias ou um nome antigo esquecido, um bom e velho nome *deformado* que não poderia muitas vezes encontrar o valor exato daqui a alguns anos, quando não é um nome muito conhecido e garantido pela memória de um grande número de pessoas. (Saussure 1998: 276, grifos nossos).⁷⁰

Ao que nos parece, Saussure possui certa afeição pelos nomes de lugares, haja vista que ele acha deplorável o fato de que alguns nomes são esquecidos ou, muitas vezes, deformados. Mas, além disso, podemos depreender dessa citação algo sobre a natureza dessa categoria linguística: ela sofre transformações de acordo com o tempo e com o uso.

Na continuação do manuscrito, são analisados os topônimos Creux de Genthod, Ecogia, Carouge e Jura. Essas análises são de origem puramente etimológica e diacrônica, no sentido de que consideram a origem desses nomes e a forma com que as mudanças fonéticas ocorreram com o passar dos anos. Saussure igualmente aplica o mesmo método utilizado na comunicação de 1901: por deduções morfológicas, baseadas em documentos de diferentes épocas, busca apreender o processo de mudança dos topônimos.

Por fim, em 15 de dezembro de 1904, Saussure profere a comunicação intitulada “Les Burgondes et la langue burgonde em pays romance”, na qual trata do povo burgúndio e de sua língua. É inte-

70 Em tradução nossa do original «Ce phénomène de destruction s'accomplit par plusieurs voies qu'il ne serait pas sans intérêt de suivre et d'étudier, s'il n'était surtout déplorable dans son résultat, et si nous ne voyions tous les jours ou bien un ancien nom oublié, un bien un ancien nom déformé et dont on ne pourrait souvent plus retrouver la valeur exacte d'ici quelques années quand il ne s'agit pas d'un nom très notoire et garanti par le souvenir d'un grand nombre de personnes.»

ressante ressaltar que, nessa comunicação, Saussure faz menção aos *Nibelungen*, uma das lendas germânicas que ele analisava desde 1903 e da qual trataremos adiante. Ainda sobre essa comunicação, o genebrino ressalta que da língua burgúndia sobraram apenas alguns nomes próprios e termos jurídicos e, dessa forma, seria difícil afirmar se essa língua pertencia ao grupo ocidental das línguas germânicas ou ao grupo do gótico. (cf. Saussure apud Gautier; Bally 1922:606).

Sobre esse entroncamento de interesses – topônimos, lendas e história –, Turpin (2003:308) nos esclarece que

Ao mesmo tempo que seus estudos sobre os dialetos, Saussure reflete sobre a relação entre nomeação e eventos históricos, entre história das palavras e história dos homens, mostrando que o estudo dos nomes de lugares da Suíça romana, de suas regras de transformações, pode permitir reconstituir a história desses lugares e as etapas da implantação burgúndia.⁷¹

Deve-se ressaltar, então, que há uma preocupação em investigar a história, a transmissão de poder e de instituição por intermédio dos nomes de lugares nesses estudos. É essa categoria linguística que possibilita a Saussure concluir que a transmissão de poder do povo burgúndio seguia o princípio da hereditariedade e coexistia com a partilha de poder entre diversos príncipes.

O conteúdo dessas comunicações nos leva a concluir que, apesar de tratarem detalhadamente de aspectos históricos e etimológicos dos nomes próprios e topônimos, elas trazem à tona o in-

71 Em tradução nossa do original «En même temps que ses études sur les dialectes, Saussure mène une réflexion sur le rapport entre nomination et histoire événementielle, entre histoire des mots et histoire des hommes, montrant que l'étude des noms de lieux de la Suisse romande, de leurs règles de transformations, peut permettre de reconstituer l'histoire de ces lieux et des étapes de l'implantation burgonde.»

teresse de Saussure por essa categoria linguística. Ademais, o fato de que há uma comunicação que trata dos topônimos burgúndios e do *Nibelungen* já demonstra uma relação entre esses estudos e as elaborações saussurianas sobre as lendas germânicas, nas quais os nomes próprios ocuparão um lugar de destaque.

Após a explicitação desses aspectos, achamos conveniente determo-nos no manuscrito saussuriano *Notes Item. Sôme et sème*, também datado do início do século XX, com o objetivo de procurar nele as considerações sobre a natureza e o funcionamento dos nomes próprios e geográficos que estiveram ausentes das análises apresentadas por Saussure nessas comunicações.

3.2. NOTES ITEM. SÔME ET SÈME: UMA DEFINIÇÃO DE SIGNO E DE NOMES PRÓPRIOS E GEOGRÁFICOS

Em 1955, os filhos de Saussure, Jacques e Raymond de Saussure, doaram duas caixas de manuscritos de seu pai à Biblioteca Pública e Universitária de Genebra, os quais foram catalogados por Robert Godel. É interessante ressaltar que, de acordo com Godel (apud Mejía 1999:237), os editores do CLG tinham conhecimento desses manuscritos:

Os editores do CLG viram essas notas, as quais algumas possuem, no alto da página, à direita, uma breve indicação a caneta da escrita de Bally; mas, desencorajados por não achar lá mais que fragmentos rebeldes a toda classificação cronológica, eles renunciaram a continuar a classificação, e não utilizaram em seu livro mais que excerto dos quais Sechehaye tinha feito uma cópia.⁷²

72 Em tradução nossa do original «Les éditeurs du CLG ont vu ces notes, dont

Os editores, entretanto, desencorajados pela ausência de classificação cronológica, optaram por não utilizar esses documentos na *Collation*⁷³. O manuscrito que analisaremos é denominado *Notes Item. Sôme et sème*⁷⁴ e encontra-se nesse conjunto de manuscritos que não participaram da edição do CLG. Ele possui 23 folhas repletas de notas e aforismos, nas quais os temas tratados variam desde a constituição do signo linguístico até os nomes próprios e geográficos. Um ponto importante sobre esse documento é que, apesar de sua não datação, estima-se que tenha sido escrito no final do século XIX ou início do século XX, devido ao fato de que Saussure menciona a obra *Éssai de Sémantique*, de M. Bréal, publicada em 1897.

O nosso interesse por esse documento justifica-se, porque ele possui algumas considerações saussurianas sobre os nomes próprios e geográficos. Entretanto, não as analisaremos isoladamente, tendo em vista que há aforismos que versam também sobre a

certaines portent encore, au haut de la page, à gauche, une brève indication au crayon de l'écriture de Bally ; mais, découragés peut-être de ne trouver là que des fragments rebelles à tout classement chronologique, ils ont dû renoncer à poursuivre le triage, et n'ont utilisé dans leur livre que des extraits dont Sechehayé avait fait une copie.»

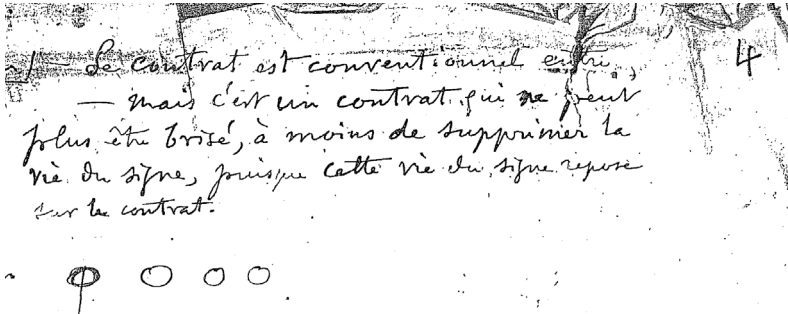
73 *Collation* é o termo utilizado para designar o resultado da edição dos cadernos dos alunos que participaram dos cursos de linguística geral ministrados por Saussure, entre 1907 e 1911. Para uma análise detalhada desse material, sugiro a leitura de a “*Collation Sechehayé*” du ‘*Cours de linguistique générale*, de Ferdinand de Saussure, editado e organizado por Estanislao Sofia.

74 Os manuscritos utilizados nesse trabalho foram selecionados e reproduzidos pela Profa. Dra. Eliane Mara Silveira, durante sua estadia em Génève, entre 13 e 24 de junho de 1999, graças ao apoio financeiro do Fundo de Apoio e ensino à Pesquisa (FAEP-UNICAMP). Os critérios de apresentação adotados foram os seguintes: apresenta-se o excerto do manuscrito e logo após a tradução de sua transcrição, sendo o original disponibilizado em nota de rodapé. A transcrição foi realizada considerando tachado para rasuras, sobrescrito para incisos, itálico para palavras sublinhadas, CAIXA ALTA para palavras em caixa alta e [] para espaços em branco. As palavras ilegíveis foram grafadas com XXX.

constituição do signo linguístico e sobre a proposta de uma nova terminologia para a linguística. Esses pontos nos parecem ser intrinsecamente associados ao tema principal deste livro.

Nas três primeiras páginas desse manuscrito, Saussure trata da questão da elipse, criticando as considerações de Bréal sobre esse fenômeno. Na quarta página, por sua vez, o linguista inicia uma formulação que nos parece tratar da arbitrariedade do signo:

Excerto 1. Notes Item. *Sôme et sème.* Pg. 4



Fonte: (Bibliothèque de Genève. Ms. Fr. 3951).

Signe Item. – O contrato é convencional entre [...] – mas é um contrato que não pode ser quebrado, a menos que se suprima a vida do signo, porque essa vida do signo repousa sob o contrato.⁷⁵

75 Em tradução e edição nossa do original: «Signe Item. Le contrat est conventionnel entre [...] – mais c'est un contrat qui ne peut plus être brisé, à moins de supprimer la vie du signe, puisque cette vie du signe repose sur le contrat».

Só há esse excerto no início da página e o restante encontra-se em branco. Seu conteúdo não é explícito, mas podemos inferir que Saussure refere-se à arbitrariedade do signo. O arbitrário é considerado, nesse ponto, como um contrato convencional e tem a sua importância explicitada quando Saussure afirma que “ele não pode ser quebrado, a menos que se suprima a vida do signo, pois essa vida do signo repousa sob esse contrato”.

Se se coloca o arbitrário como “contrato convencional”, lembramo-nos da discussão explicitada no capítulo anterior, sobre um arbitrário whitneyano e tudo o que isso implica, deve-se tomar a expressão “a vida do signo” muito mais em um sentido de circulação social, como será apontado adiante, do que na concepção organicista bastante presente no século XIX.

De qualquer maneira, o excerto acima merece um pouco mais de nossa atenção e isso por três motivos. O primeiro é a presença do espaço em branco justamente quando Saussure vai explicitar entre quais entidades o contrato é convencional, o que nos é um pouco desconcertante e é algo recorrente nesse documento. O segundo é sobre a utilização da palavra signo, que será conceituada de maneira divergente à forma em que é apresentada no CLG, evidenciando o movimento do linguista em seu processo de elaboração teórica. Em terceiro lugar, a existência do desenho no fim do excerto. Sobre isso, Gandon (1995: 207) afirma que:

O círculo inicial representa provavelmente um signo como negativamente solidário dos outros signos (em sincronia) enquanto está sendo constantemente trabalhado (em diacronia) pela evolução da forma (evolução que também é – mas em qual proporção? – do sentido).⁷⁶

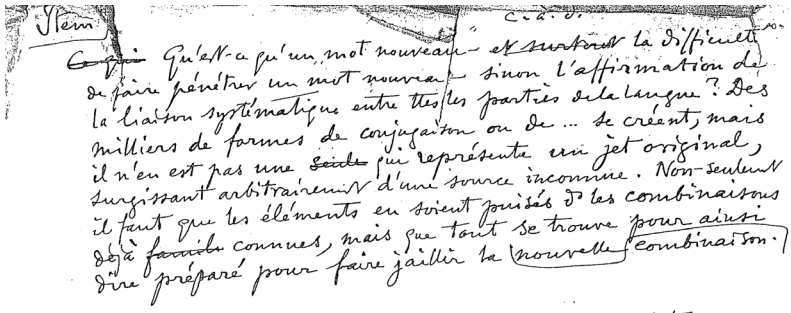
76 Em tradução nossa do original «Le cercle initial représente très vraisemblablement un signe comme négativement solidaire d'autres signes (en synchronie) tout en étant constamment travaillé (en diachronie) par l'évolution de la forme (évolution qui est aussi celle – mais dans quelle proportion ? – du sens).»

A interpretação de Gandon (1995), em nossa análise, é pertinente, entretanto pensamos que esse desenho representa não a distinção sincronia/diacronia, mas as relações sintagmáticas e associativas. Isso se justifica ao considerarmos que o Excerto 1 explicita que o signo é convencional, ou seja, ele é arbitrário – mesmo que nos pareça ser no sentido whitneyano.

Se retomarmos o CLG, na parte dedicada às relações sintagmáticas e associativas, veremos que Saussure afirma uma ligação fundamental entre o arbitrário do signo e o mecanismo linguístico, tendo em vista que é esse mecanismo que limita o arbitrário e permite, dessa forma, a existência do arbitrário relativo.

Logo após essa passagem, Saussure afirma que:

Excerto 2. Notes Item. Sôme et sème. Pg. V. 4



Fonte: (Bibliothèque de Genève. Ms. Fr. 3951).

Item.

Em que O que é uma palavra nova e **sobretudo**, ou seja, a dificuldade de introduzir uma palavra nova, além da afirmação da ligação sistemática entre todas as partes da língua?

Milhões de formas de conjugações ou de [] são criadas, mas não há uma **somente** que represente um jorro original, surgido arbitrariamente de uma fonte desconhecida. Não somente

é preciso que os elementos sejam colocados nas combinações já familiares conhecidas, mas que tudo se encontre, por assim dizer preparado para fazer jorrar a nova combinação.⁷⁷

O Excerto 2 parece corroborar a nossa afirmação de que o desenho com os círculos verticais e horizontais representa os eixos associativo e sintagmático. E isso porque, além de falar em arbitrariedade, Saussure também afirma que “é preciso que os elementos sejam colocados nas combinações já conhecidas”, o que remete ao fenômeno analógico, posto que ele pressupõe o mecanismo linguístico para criar novas formas da língua, utilizando-se de formas preexistentes.

Para que aconteça uma formação analógica, é necessário, portanto, que os eixos associativo e sintagmático sejam mobilizados pelo falante de uma língua e, nesse caso, não podemos afirmar que a nova combinação é fruto de uma arbitrariedade absoluta, mas sim relativa. Além disso, esse “jorro original” pode também remeter a uma concepção de linguagem como nomenclatura, principalmente se retomarmos a ideia de que o “nomoteta” teria sido o primeiro homem a nomear os objetos do mundo.

Algumas páginas após essa afirmação, Saussure substitui o termo “signe” pelo termo “sème” e dá lugar de destaque à noção de sistema “convencional”:

77 Em tradução e edição nossa do original: “Item. ~~En quoi~~. Qu'est-ce qu'un mot nouveau et surtout, c.a.d. la difficulté de faire pénétrer un mot nouveau sinon l'affirmation de la liaison systématique entre ttes les parties de la langue ? Des milliers de formes de conjugaison ou de... se créent, mais il n'en est pas une seule qui représente un jet original, surgissant arbitrairement d'une source inconnue. ~~Non-seulement~~ il faut que les éléments en soient pousés dans les combinaisons déjà connues, mais que tout se trouve pour ainsi dire préparé pour faire jaillir la nouvelle combinaison».

Excerto 3. Notes Item. Sôme et sème. Verso Pg. 5

Différent [] at nouveau terme de Sème sur celui
signo.
Pas essentiel). Signe peut être non vocal. Mais
ussi. - Mais signe peut être = geste direct.
hors d'un système et d'une convention.
= signe faisant partie d'un système
= 1. signe conventionnel.
2. signe faisant partie d'un système
(également conventionnel).
3.
Puis ainsi :
= signe participant aux différents caractères
des signes 1. 2.

Fonte: (Bibliothèque de Genève. Ms. Fr. 3951).

Item. - Diferença [...] do novo termo sema sobre o de signo.
(Não essencial) Signo pode ser não vocal. Mais sema também. -
mas o signo pode ser - gesto direto.
ou seja, fora de um sistema e de uma convenção.
sema = signo fazendo parte de um sistema
sema = 1. Signo convencional.
2. signo fazendo parte de um sistema
(igualmente convencional)
3.
Podemos dizer assim:
Sema = signo participando de diferentes características
que serão reconhecidas como aquelas dos ^{signos} /da língua que
compõem
(vocal ou outra),
As características a marcar primeiro são: [...] ⁷⁸

78 Em tradução e edição nossa do original : «Item. - Différence [...] at nouveau terme de sème sur celui de signe. (Pas essentiel). Signe peut être non vocal. Mais Sème

Deteremo-nos um instante neste trecho. Ao procurar estabelecer uma distinção entre os termos signo e sema, Saussure elenca que uma das diferenças entre eles é o fato de que o signo pode ser tanto pertencente a um sistema convencional quanto um gesto e, nesse sentido, fora de um sistema. Essa possibilidade de remeter a algo assistemático instiga o linguista a procurar um termo que satisfaça a condição de se referir somente ao signo no sistema.

Não é por acaso que isso nos lembra da “absoluta inépcia da terminologia corrente” explicitada por Saussure a Antoine Meillet em uma carta datada de 4 de janeiro de 1894:

Sem cessar, a absoluta inépcia da terminologia corrente, a necessidade de reformá-la e de mostrar para isso que espécie de objeto é a língua em geral vem estragar o meu prazer histórico, embora eu não tenha nenhum desejo mais caro do que não precisar ocupar-me da língua em geral. (tradução nossa) (SAUSSURE apud FEHR 1997:15-16, tradução nossa)⁷⁹.

Essa carta, apesar de ser anterior ao manuscrito que analisamos, já evidencia a insatisfação de Saussure quanto à terminologia corrente na Linguística de sua época. Talvez seja por esse motivo que ele é levado a comparar os termos signo e sema com o intuito de delimitá-los. No excerto 3, a preferência pelo termo sema pa-

aussi. – Mais signe peut être = geste direct.c.à.d. hors d'un système et d'un convention. Sème = signe faisant partie d'un système Sème = 1.signe conventionnel. 2.signe faisant partie d'un système (également conventionnel). 3....On peut dire ainsi :Sème = signe participant aux différents caractères qui seront reconnus être ceux ^{des signes/}de la langue _{qui composent} : (vocale ou autre), Les caractères à marquer dès d'abord sont :»

79 «Sans cesse l'ineptie absolue de la terminologie courant, la nécessité de la réforme, et de montrer pour cela quelle espèce d'objet est la langue en général, vient gâter mon plaisir historique, quoique je n'aie pas de plus cher vœu que de n'avoir pas à m'occuper de la langue en général.»

rece evidente: o termo signo pode designar o gesto direto e, dessa forma estaria fora de um sistema e de uma convenção, enquanto o termo sema está no interior de um sistema e é, portanto, convencional. Assim o “sema” estaria mais próximo com o que, nos cursos de 1907 à 1911, seria denominado como signo linguístico.

Excerto 4. Notes Item. Sôme et sème. Verso da Pg. 5.

Item. — Entre autres, le mot de sème écarte, ou voudrait écarter, toute prépondérance et toute séparation initiale entre le côté vocal et le côté idéologique du signe. Il représente le tout du signe, c.à.d. signe et signification unis en une sorte de personnalité.

Item. Mais du reste il serait faux de dire que nous voyons faisons sema question le capitale de sème au lieu de signe.

Vérité est que parasème et aposème sont des notions capitales. Or, une fois que —

Fonte: (Bibliothèque de Genève. Ms. Fr. 3951).

Item. Entre outras, a palavra sema afasta, ou gostaria de afastar, toda preponderância e toda separação inicial entre o lado vocal e o lado ideológico do signo. Ela representa o todo do signo, ou seja, signo e significação unidos em um tipo de personalidade.

Item. Mas de resto seria falso de dizer que nós vemos fazemos uma questão capital o sema no lugar do signo.
Verdade é que parasema e aposema são noções capitais. Ora, uma vez que [...] ⁸⁰

80 Em tradução e edição nossa do original: “Item. Entre autres, le mot de sème écarte, au voudrait écarter, toute prépondérance et toute séparations initiale entre le côté vocal et le côté ideologique du signe. Il représente le tout du signe, c.à.d. signe

A palavra sema parece eliminar, para Saussure, qualquer tipo de separação entre o lado vocal e o lado ideológico do signo. O objetivo seria, então, encontrar uma palavra que traduza a característica principal do signo linguístico: ser constituído por duas faces que, uma vez unidas, estabeleçam uma relação de necessidade: “uma reclama a outra”. (cf. Saussure 1973:80).

É claro que devemos ser cautelosos nesse ponto, haja vista que se trata de um manuscrito e que há, ali, uma elaboração teórica em processo, mas nos parece possível afirmar, desse conjunto indiciário que estamos a refletir, um desenvolvimento do que seria considerado como ‘significante’ e ‘significado’ nos cursos de linguística geral. Mais ainda, é também nesse trecho que Saussure fala dos termos “parasema” e “apossema”, afirmando que eles são noções capitais enquanto que, talvez, o termo sema não seja tão importante assim. O excerto 5 é dedicado ao termo apossema.

Excerto 5. Notes Item. Sôme et sème. Pg. 6.

Item] L'aposème est l'enveloppe vocale du sème. 6
 Et Non l'enveloppe d'une signification. - Le sème n'existe pas
 seulent par phonisme et signifie mais par correlations
 avec d'autres sèmes.

Item] Je crois que dans le discours on peut parler d'aposèmes.
 (de figures vocales). Le fait est que même ds le langage empiri-
 = que nous ne disons pas: la 2^e forme de cette phrase
 (même qd il n'est pas question des termes logiques, mais des
 mots au pr de vue phon.)

Fonte: (Bibliothèque de Genève. Ms. Fr. 3951).

et significations unis en une sorte de personnalité. Item. Mais du reste il serait faux de dire que nous voyons faisons une question très capitale de sème au lieu de signe. Vérité est que parasème et aposème sont des notions capitales. Or, une fois que”

Item. O apossema é o envelope vocal do sema.

E não o envelope de uma significação. – O sema não existe somente por fonismo+ e significado, mas por correlações com os outros semas.

Item. **Eu creio que no discursivo podemos falar de apossemas.**

(de figuras vocais). O fato é que mesmo na linguagem empírica nós não dizemos: a “2ª forma dessa frase”

(mesmo quando não está em questão os termos lógicos, mas as palavras no ponto de vista fônico).[grifo nosso]⁸¹

No primeiro *Item.*, o apossema é o envelope do sema e não de uma significação, o que implica em considerá-lo não como constituinte do signo, mas algo que o envolve após a sua constituição. No segundo *Item.*, Saussure afirma que no âmbito do discursivo poderíamos falar de apossemas, colocando esse termo como sinônimo de “figuras vocais”.

De acordo com Mejía (1999), um apossema não poderia ser considerado como um significante, já que o primeiro possui uma natureza fônica, e o segundo, por sua vez, psíquica. O apossema situa-se, então, no âmbito da fala⁸², no discursivo, e não no âmbito da língua, do sistema. Isso pode ser atestado pela utilização do termo “linguagem empírica” que, nesse ponto, parece designar a linguagem utilizada pelos indivíduos, ou seja, a fala. É interessante ressaltar aqui que, como veremos adiante, o parassema é designado

81 Em tradução e edição nossa do original : “Item. L’aposème est l’enveloppe vocale du sème. Et non l’enveloppe d’une signification. – Le sème n’existe pas seulement par phonisme + et signification, mais par corrélations avec d’autres sèmes. Item. Je crois que dans le discursif on peut parler d’aposèmes. (de figures vocales). Le fait est que même dans le langage empirique nous ne disons pas : « la 2 forme de cette phrase » (même quand il n’est pas en question des termes logiques, mais des mots au point de vue phonique)».

82 Não queremos afirmar com isso que a fala se restrinja aos sons da palavra somente, mas sim que, como na língua, não há substância sonora, somente na fala é que o apossema – que tem natureza fônica – pode ser concebido.

por Saussure como uma palavra que faz parte de um sistema e se relaciona com as outras palavras.

No Excerto 6, a seguir, Saussure trata do fenômeno da onímica, o qual denomina como “o caso mais grosseiro da semiologia”, expressão que compõe o título deste livro. Esse fenômeno, para o linguista, ocorreria quando há um terceiro elemento na constituição do signo. Esse Excerto é interessante porque ele estabelece uma relação entre a distinção estabelecida entre sema e signo e as considerações sobre os nomes próprios e geográficos contidas nas próximas páginas. Assim, será necessário que nos detenhamos um pouco mais em sua análise:

Excerto 6. Notes Item. Sôme et sème. Pg. 7.

*Signe
apostrophe*

Item. Dès qu'il y a une question d'usage
 d'un mot, ou d'un signe, ou d'un
 le mot et le sens, (ou le type et
 le sème) comme si c'était ce qui résume
 tout, mais en outre toujours des
 exemples de mot comme arbre, pièce,
Vache ~~siècle~~, c'est-à-dire ce qu'il y a de plus
 grossier dans la semiologie: le cas
 où elle est (par le hasard des objets
 d'un dessin) une simple onymique,
 c'est-à-dire, car là est la particula-
 rité de l'onymique dans l'ensemble
 de la semiologie, le cas où il y a
 un troisième élément incontestable
 dans l'association psychologique
 du sème, la conscience qu'il s'applique
 à un être extérieur ~~ou devienant~~
 assez défini en lui-même pour
~~comparer~~ échapper à la loi fon-
 damentale du type.

*Como
Adam
dominante
de*

Fonte: (Bibliothèque de Genève. Ms. Fr. 3951).

Signo apossema † Item. Quando se está y em questão alguma parte da língua nós vemos aparecer a palavra e o sentido, (ou o signo e o sentido) como se isso resumisse tudo mas, além disso, exemplos de palavras como árvore, pedra, vaca, eéu como Adão dando os [...], ou seja, o que há de mais grosseiro na semiologia: **o caso em que ela é (pelo acaso dos objetos que se escolhe para serem designados), uma simples onímica**, ou seja, pois essa é a particularidade da onímica no conjunto da semiologia, **o caso em que há um terceiro elemento incontestável na associação psicológica do sema**, a **consciência** de que ele se aplica a um ser exterior **que se torna** bastante definido em si mesmo para ~~XXXX~~ **escapar** à lei geral do signo.⁸³ [grifos nossos].

Em primeiro lugar, temos que o título do *Item* é “Signo e apossema”. Como analisamos nos Excertos 2 e 3, Saussure demonstrava preocupação⁸⁴ com o termo “signo”, tendo em vista que ele poderia

83 Em tradução e edição nossa do original: “Item. Signe aposème Des qu'il y est question quelque part de la langue, on voit arriver le mot et le sens (ou le signe et le sens) comme si c'était ce que resume tout, mais en outre toujours des exemples de mot comme arbre, pierre, ciel, vache, comme Adam donnent des [...] c'est-a-dire qu'il y a de plus grossier dans la sémiologie : le cas où elle est (par hasard des objets qu'on choisit pour être désignés) une simple onymique, c'est-a-dire, car là est la particularité de l'onymique dans l'ensemble de la sémiologie, le cas où il y a un troisième élément incontestable dans l'association psychologique du sème, la conscience qu'il s'applique à un être extérieur qui deviant assez défini en lui-même pour XXXX échapper à loi générale du signe».

84 No terceiro curso de linguística geral, especificamente na aula do dia 19 de maio de 1911, Saussure afirma que: “<N'importe quel terme on choisira (signe, terme, mot, etc. glissera à cote et será em danger de NE designer qu'une partie).>” (Saussure apud Komatsu 1993:93). Essa citação nos mostra que a preocupação com o problema

designar um “gesto direto” e, portanto, o genebrino preferia utilizar o termo “sema” a “signo” para designar o total resultante da associação entre a figura vocal e o lado ideológico do signo. Além disso, percebemos que o termo “apossema” designa o invólucro vocal do sema e estaria situado no âmbito da fala. Ora, a escolha pelo título desse item não parecer ter sido ao acaso, se levarmos em consideração que, quando Saussure afirma que a onímica consiste no caso em que “há um terceiro elemento incontestável na associação psicológica do sema, a consciência de que se aplica a um ser exterior [...]”, ele se refere à consciência do falante. Nesse caso, a onímica seria um fenômeno que ocorre no âmbito da fala, o que é pertinente se considerarmos que o apossema é o invólucro vocal do sema.

Há, ademais, a afirmação de que, quando existe a consciência de que uma determinada palavra se aplica a um ser exterior, ela escaparia à lei geral do signo. Qual seria essa lei geral? Para Fehr (2000:128), a lei geral do signo consistiria no fato de que ele pode ser transmitido através do tempo. De acordo com ele, as críticas saussurianas direcionadas aos filósofos baseiam-se principalmente no fato de que eles,

(...) não consideram o papel desempenhado pelo processo de transmissão das línguas na constituição do signo. Ora, para Saussure, é precisamente a “transmissão que nos ensina, experimentalmente, isso que vale o signo”.⁸⁵

terminológico em torno da palavra “signo” perdurou durante muitos anos nas considerações de Saussure.

85 Em tradução nossa do original “(...) ne prennent pas en compte le rôle joué par le processus de transmission des langues dans la constitution du signe. Or, pour Saussure, c’est précisément la «transmission qui seule nous enseigne, expérimentalement, ce que vaut le signe.»

De fato, se analisarmos as teorias de J. S. Mill e G. Frege, não perceberemos uma menção ao processo de transmissão do signo. Entretanto, afirmar que os nomes próprios escapam à lei de transmissão dos signos não nos parece pertinente, a partir do momento em que consideramos, por exemplo, os estudos desenvolvidos por Saussure no campo da dialetologia, citados no tópico anterior. Nesses estudos, Saussure afirma que alguns nomes próprios sofrem deformações, porque foram utilizados através do tempo, ou seja, foram transmitidos.

Em contrapartida, Engler (1962:58) afirma que a lei geral do signo seria o arbitrário: “vemos que para ele [Saussure] só os nomes próprios e os nomes geográficos escapam ao arbitrário”.⁸⁶ Nesse sentido, a natureza do signo linguístico é arbitrária e é ela que fundamenta teoricamente todo o sistema saussuriano.

Mas a questão que deve ser colocada é: qual a consequência de um signo da língua escapar ao arbitrário linguístico? Porque, se como vimos neste capítulo, o arbitrário fundamenta as relações de valor estabelecidas entre os termos e os nomes próprios são palavras isoladas que “escapam ao arbitrário”, então essa categoria não adquiriria valor por meio do sistema. Seria isso um indício de que Saussure exclui os nomes próprios da língua? É necessário continuarmos com a análise do manuscrito com o objetivo de buscar respostas a essa questão.

Após o Excerto em que Saussure afirma que a onímica escapa a lei geral do signo, ele insere os nomes geográficos. A inserção dessa categoria linguística logo após a explicitação do fenômeno da onímica implica em considerar que os nomes geográficos fazem parte do “caso mais grosseiro da semiologia”.

86 Em tradução nossa do original «on voit en fin de compte, qu'il n'ya plus pour lui [Saussure] que les noms propres et les noms géographiques qui échappent à l'arbitraire».

Excerto 7. Notes Item. Sôme et sème. Pg. 7.

+ Item | Quoique nous ~~ne~~ voulions aborder
le moins possible le côté idéologique
du signe, il est bien évident que
si les idées de toute espèce offraient
une fixité...
Fixité seulement obtenue par
les noms géographiques

Fonte: (Bibliothèque de Genève. Ms. Fr. 3951).

Item. Embora nós não-queiramos abordar
o menos possível o lado ideológico
do signo, é bem evidente que
se as ideias de toda espécie oferecessem
uma fixidez [...] fixidez obtida
somente pelos nomes geográficos⁸⁷

Nesse trecho, Saussure afirma que quer abordar o menos possível o lado ideológico do signo. Qual seria esse lado ideológico? O fato de que alguns signos possuem em sua constituição a consciência de que eles designam um objeto específico? É possível que sim, ainda mais se considerarmos que ele afirma logo depois que “se as ideias de toda espécie oferecessem uma fixidez [...] fixidez obtida somente pelos nomes geográficos.” Então, ao que nos parece, há casos em que as ideias – consideradas aqui como partes constitutivas

87 Em tradução e edição nossa do original: “Item. Quoique nous ne voulions aborder le moins possible le côté idéologique du signe, il est bien évident que si les idées de toute espèce offraient une fixité [] Fixité seulement obtenue par les noms géographiques».

dos signos – oferecem certa fixidez. Ora, partindo do ponto de vista de que o signo é livre, porque é arbitrário, então a existência dessa fixidez na ideia fere, de certa maneira, o princípio da arbitrariedade.

Entretanto, é óbvio que se todas as ideias oferecessem essa fixidez, uma teoria da língua enquanto sistema não seria possível, uma vez que os elementos teriam em sua constituição algo positivo ou negativo, dado de antemão.

Já no próximo Excerto, Saussure acrescenta os nomes próprios juntamente com a noção de nomes geográficos:

Excerto 8. Notes Item. Sôme et sème. Verso da Pg. 7

Si l'idée invariable et inflexible
pouvant être considérée comme chose
chimérique, les sèmes géographiques
font exception en ce que
— Plus exactement :
La seule chance pour un

des les
noms
propres

Fonte: (Bibliothèque de Genève. Ms. Fr. 3951).

Item. A ideia **invariável e influtuável**

poderia ser considerada como coisa

quimérica, os semas geográficos

e os nomes próprios fazem exceção nesse ... [...]

- Mais exatamente :

A única chance para um [...] ⁸⁸ [grifos nossos]

No Excerto 8, Saussure afirma que a ideia invariável e influtuável poderia ser considerada uma coisa quimérica. Considerando-se a utilização dessas palavras, somos levados a observar que existe, então, uma ideia que é invariável e influtuável e, dessa forma, ela não é uma coisa quimérica.

Logo após, Saussure cita os semas geográficos e os nomes próprios. Essa afirmação, repleta de pausas abruptas, faz-nos considerar, de maneira indiciária, que a ideia influtuável e invariável *poderia* ser considerada como coisa quimérica, mas não o é porque os semas geográficos e os nomes próprios são exceções à variação e à flutuação das ideias.

Nesse sentido, o que está em questão, na constituição dos nomes próprios, é que a sua ideia possui uma natureza distinta das ideias que constituem os outros signos. Enquanto que os demais signos do sistema são constituídos pela união entre ideia e imagem acústica, sendo que uma reclama a outra e a relação estabelecida entre elas é arbitrária, no caso dos nomes próprios essa ideia parece possuir uma capacidade de fixidez.

No próximo Excerto, Saussure parece tentar jogar luz à questão dos nomes próprios:

88 Em tradução e edição nossa do original : «L'idée invariable et influctuable pouvant être considérée comme chose chimérique, les sèmes géographiques et les noms propres font exception en ce que ... [] Plus exactement : [] La seule chance pourun []».

Excerto 9. Notes Item. Sôme et sème. Verso da Pg. 7

[L'idée de tt cela est la question de savoir si de même qu'un apôseme persiste hors du sème, de même un apôseme intellectuel pourrait peut être être constaté. Certain que dans "Rhône" il y a p. à un dir 2 apôsesmes courant parallèles. Mais au fond rien de semblable possible puisque si on avait changé le nom de Rhône, il n'y aurait plus le même sème, et dès lors inutile de discuter des apôsesmes, et ainsi meilleure preuve que le sème a sa base fondamentale dans le type matériel cher Ti.

Fonte: (Bibliothèque de Genève. Ms. Fr. 3951).

[A ideia de tudo isso é a questão de saber se mesmo que um apossema persista fora do sema, um **apossema intelectual** poderia ser constatado em qualquer parte. Certamente que em “Rhône” há, por assim dizer 2 apossemas correndo paralelamente. Mas no fundo, nada semelhante a isso seria possível porque, se o nome de Rhône fosse mudado, não haveria mais o mesmo sema, e então seria inútil discutir os apossemas, a melhor prova de que o sema tem a sua base fundamental no signo material escolhido.⁸⁹ [grifo nosso]

Nesse trecho, Saussure acrescenta a expressão “apossema intelectual”. Sabemos que o apossema é o invólucro vocal do sema e está contido no âmbito da fala. Por “apossema intelectual”, Saussure sugere designar algo relacionado com o lado ideológico do signo, ou seja, com a ideia. Seria uma ideia que estaria localizada fora do signo? Como isso poderia acontecer? Na sequência, Saussure afirma que em Rhône “há por assim dizer 2 apossemas correndo paralelamente.” Isso parece ensejar que é possível constatar um apossema intelectual e um apossema vocal no exterior do signo ou, ainda, que haveria dois apossemas (invólucro vocal) correndo paralelamente.

Nesse sentido, Saussure afirma que se o nome Rhône sofresse transformações, não haveria mais o mesmo sema. A nosso ver,

89 Em tradução e edição nossa do original : «[L'idée dans toute cela est la question de savoir si de même qu'un aposème persiste hors du sème, de même un aposème intellectuel pourrait quelque part être constaté. Certain que dans « Rhône » il y a pour ainsi dire 2 aposèmes courant parallèlement. Mais au fond rien de semblable possible puisque si on avait changé le nom de Rhône, il n'y aurait plus le même sème, et dès lors inutile de discuter des aposèmes, et ainsi meilleur preuve que le sème a la base fondamentale dans le signe matériel choisi».

nesse Excerto, Saussure tenta elucidar suas afirmações anteriores sobre os nomes próprios, quais sejam, a ideia influuável e invariável etc. Mas, analisando criticamente, ele não consegue esclarecer essas questões: há um esforço de delimitação dos termos – em virtude da inépcia da terminologia corrente –, mas há também a constatação de algo que escapa à teorização, que, ao mesmo tempo em que toca no sistema da língua e em seu funcionamento, toca também no discurso e nos objetos físicos, o que abre a possibilidade de o significado/ideia ser dado de antemão no caso particular dos nomes próprios. Sobre isso Engler (1962:60) coloca a seguinte questão:

Mas qual a consequência, se o significado fosse determinado de antemão? O arbitrário da ligação seria reduzido a um arbitrário do significante, como no exemplo *Rhône*, onde Saussure percebe uma mudança no nome. A argumentação lembra aquela que serve para refutar a necessidade da ligação na onomatopéia: malgrado as características de expressividade fônica, o signo material na onomatopéia, não tem nenhuma fixidez. Sempre, há o deslocamento na relação entre significante e significado.⁹⁰

Como podemos observar, caso as ideias fossem dadas de antemão, o arbitrário seria reduzido a um arbitrário do significante, isto é, a relação entre o significante e o objeto seria arbitrária, todavia, mesmo assim, o nome ainda estaria sujeito a modificações, porque pode ser transmitido de geração a geração. A questão é, na verdade, da mesma forma que as onomatopéias, os nomes próprios

90 Em tradução nossa do original : «Mais qu'advierait-il, si le signifié était déterminé d'avance? L'arbitraire du lien serait réduit à un arbitraire du signifiant, comme dans l'exemple Rhône, où S'tient compte d'un changement du nom. L'argumentation rappelle celle qui sert à réfuter la nécessité du lien dans l'onomatopée: malgré les caractères d'expressivité phonique, le signe matériel, dans l'onomatopée, n'a aucune fixité. Toujours, il y a le déplacement du signifiant par rapport au signifié et vice-versa.»

e geográficos constituem-se enquanto uma exceção, porém, ainda assim, não oferecem prejuízo a uma teoria dos signos, pois sempre haverá o deslocamento na relação entre significante e significado.

Levando em consideração os Excertos citados e as considerações saussurianas sobre os nomes próprios e geográficos, podemos afirmar que Saussure percebe as especificidades dessa categoria linguística e a sua relação com a arbitrariedade e a fala – principalmente ao considerar o conceito de apossema.

Agora, considerando que já passamos pelo CLG, pelas comunicações que versavam sobre os topônimos e pelo manuscrito *Notes Item. Sôme et sème*, achamos pertinente direcionar a atenção aos manuscritos sobre as lendas germânicas, que agregam os estudos desenvolvidos por Saussure praticamente no mesmo período dos documentos que analisamos.

3.3. OS MANUSCRITOS SOBRE AS LENDAS GERMÂNICAS E O VALOR DO NOME PRÓPRIO

Segundo Starobinski (1974), os estudos saussurianos sobre os *Nibelungen* estão compreendidos em cerca de dezoito cadernos – além de várias folhas avulsas –, catalogados sob os números Ms. Fr. 3958 e Ms. Fr. 3959. Nosso interesse na pesquisa saussuriana sobre as lendas germânicas justifica-se pelo fato de que esse material possui várias considerações sobre os nomes próprios. Além disso, esse estudo foi realizado concomitantemente às comunicações proferidas à Société d'Histoire et Archéologie de Genève, ao manuscrito *Notes Item. Sôme et sème* e aos dois primeiros cursos de linguística geral (1907-1910), tendo em vista que o interesse de Saussure sobre as Lendas Germânicas inicia-se em 1903 e se prolonga até 1910.

É válido ressaltar que serão analisados nesse tópico trechos de vários manuscritos saussurianos sobre as lendas germânicas. O único manuscrito que temos em mãos é o Ms. Fr. 3958/4⁹¹, intitulado *Nibelungen*, e que será transcrito seguindo os critérios expostos no tópico anterior. Os demais manuscritos utilizados nesse tópico foram retirados da seleção/transcrição realizada por Turpin (2003) e seguem os critérios utilizados por ela.

No que diz respeito aos objetivos de Saussure com o seu estudo sobre as lendas germânicas, é possível inferir que ele pretendia encontrar a prova de que os personagens e acontecimentos lendários possuíam uma origem em personagens e acontecimentos históricos. De fato, se retomarmos o conteúdo da comunicação proferida em 15 de dezembro de 1904, intitulada “Les Burgondes et la langue burgonde em pays romance”, na qual Saussure cita os *Nibelungen*, percebemos que ele já efetuava um estudo comparando os dados históricos com os dados presentes nos *Nibelungen*. (cf. Saussure 1921:606).

Antes de apresentarmos o conteúdo das lendas e as considerações saussurianas presentes nesse material, é importante explicitar que, no que concerne a esse material, houve um debate importante na década de 1970. Essa discussão versava principalmente sobre o estatuto da pesquisa sobre as lendas em relação ao CLG. Entre os estudiosos que participaram desse debate, consideramos como principais Avalle (1973) e Engler (1974-75), mas igualmente Prosdociami (1983), Arrivé (1986), Sungdo Kim (1995) e Turpin (2003) se detiveram nessa questão.

Como este livro aborda tanto documentos no domínio da linguística – o CLG, as comunicações à Société d’Histoire et Archéo-

91 Manuscrito adquirido pela autora na Bibliothèque de Genève, em outubro de 2012, pertencente ao arquivo Ms. Fr. 3958/4, com 240 páginas.

logie de Génève e o manuscrito *Notes Item. Sôme et sème* – quanto documentos no domínio da mitografia – manuscritos sobre as lendas –, é imperativo que nos posicionemos a respeito do estatuto desse material. Para tal, retomaremos brevemente as considerações de Avalle (1973) e de Engler (1974-75), tendo em vista que eles se posicionam de maneira oposta em relação a essa questão.

No artigo *La sémiologie de la narrativité chez Saussure* (1973), Avalle faz a transcrição de alguns trechos dos manuscritos sobre as lendas germânicas, com o objetivo de comparar o conteúdo desses manuscritos com o CLG.

A partir dessa comparação, ele questiona a noção de Semiologia enquanto ciência geral e unitária – que abarcaria tanto a língua, quanto a lenda. Para ele, as analogias entre a língua e a lenda, realizadas por Saussure, não seriam convincentes, mas sim seria mais “[...] fruto de uma extrapolação das propriedades da língua à lenda, do que uma análise visando fundar as bases de uma ciência unitária.” (Avalle 1973:44).⁹²

E aqui cabe um adendo, como veremos no decorrer deste tópico, encontra-se com certa frequência nos manuscritos saussurianos sobre as lendas germânicas comparações entre a língua – tal concebida no CLG – e a lenda, considerando esta última como um sistema semiológico. É curioso pensar que, apesar dessa ocorrência na mitografia, o mesmo não se dá no CLG: não há menção a qualquer lenda ou narrativa histórica na edição.

Considerando esses aspectos, Avalle (1973) parece defender que essa extrapolação das características semiológicas da língua à lenda indicam a inexistência de equidade no funcionamento desses dois sistemas. Entre as consequências desse posicionamento, a

92 Em tradução nossa do original «*L'impression qu'on tire est qu'elles sont le fruit bien plus d'une extrapolation des propriétés de la "langue" à la legend, que d'une analyse visant à jeter les bases d'une science unitaire.*»

principal é a desassociação dessas duas pesquisas – a linguística e a lendária – e a atribuição de uma hierarquia entre elas – como se somente a linguística fosse, de fato, científica. Além disso, essa posição pressupõe a existência de divisões nas elaborações saussurianas, entre as quais a mais famosa é aquela publicizada no colóquio *Les Deux Saussures*, ocorrido em 12 e 13 de abril de 1974⁹³, entre um Saussure diurno e um Saussure noturno.

No caso de Avalor (1973), essa cisão do pensamento do linguista implica quatro subdivisões: um Saussure comparatista; um Saussure da Edição; um Saussure das lendas; e um Saussure dos anagramas. Ressalta-se que nossa perspectiva é totalmente oposta a essa e se aproxima, muito mais, daquilo que defendeu Engler (1974-75) em seu artigo *Sémiologies saussuriennes: 1. De l'existence du signe*. Nesse artigo, além de acusar Avalor (1973) de ser tendencioso em sua interpretação, selecionando excertos dos manuscritos sem método e descontextualizados, afirma que a edição realizada pelo crítico italiano foi realizada de maneira que fosse possível comprovar a sua tese da não-relação entre a língua e a lenda e, ainda, da negação da existência do signo, tal como ele é concebido no CLG.

No que concerne às similaridades entre esses dois sistemas semiológicos, Engler afirma que

Não há extrapolação, mas antes o encontro sob um ponto preciso de plano semiológico entre as duas pesquisas e a teoria do signo lendário é seguida de análises filológicas de detalhes factuais, essa é a nossa primeira conclusão. (Engler 1974/1975:61).⁹⁴

93 Os trabalhos apresentados foram publicados, posteriormente, na Revista *Recherches* 16, 1974.

94 Em tradução nossa do original *Il n'y a pas extrapolation, mais bien plutôt rencontre sur un point précis du plan sémiologique entre les deux recherches, et la théorie du signe légendifère découle d'analyses philologiques de détails factuels, telle est notre première conclusion.*

O que o autor defende é a homogeneidade da teoria saussuriana, mesmo que ela se fundamente em mais de um tipo de análise. Assim, para analisar a lenda, deve-se considerar, como meio de análise, a língua. Isso está em conformidade com o que é explicitado no CLG, tendo em vista que Saussure afirma que a língua é o principal dos sistemas semiológicos e serve como modelo para se investigar os demais.

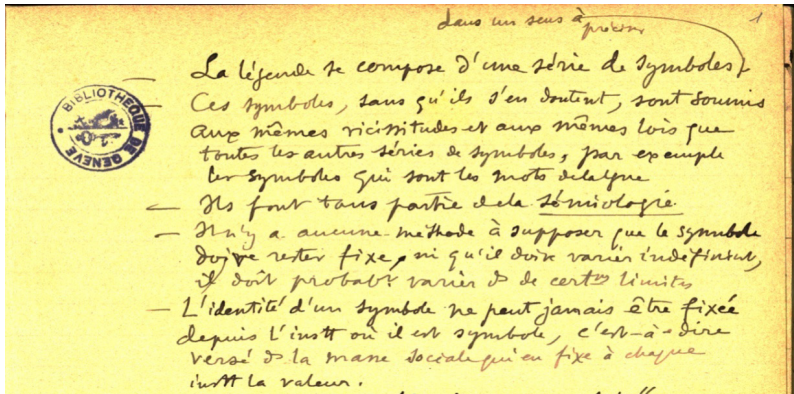
Considerando, então, a própria definição de semiologia presente no CLG e o fato de que essa ciência abarca sistemas de diferentes ordens, mas que seguem os mesmos princípios de funcionamento – em maior ou menor grau –, compreende-se que a pesquisa sobre as lendas germânicas possibilita a constituição de uma reflexão semiológica que pode, em certo sentido, iluminar aspectos do funcionamento da língua, como, por exemplo, o nome próprio. Além disso, é válido afirmar que esse estudo é uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que se aproxima do CLG, também se aproxima dos estudos indo-europeus do século XIX:

a mitologia saussuriana é epistemologicamente falando próxima do CLG, por outro lado, a mitologia era um domínio bastante comum do indo-europeísta do século XIX como era o caso de Saussure. (Sungdo Kim 1993: 17).⁹⁵

É pertinente, então, pensar a relação entre a língua e a lenda nos manuscritos saussurianos sobre as lendas germânicas para, posteriormente, nos determos nos nomes próprios. Iniciamos a nossa análise com a primeira página do caderno intitulado *Niebelungen*:

95 Em tradução nossa do original «(...) la mythologie saussurienne est épistémologiquement parlant proche du CLG, d'autre part, la mythologie était un domaine tout à fait habituel de l'indo-européaniste du 19^{siècle} comme c'est le cas de Saussure.»

Excerto1. Lendas Germânicas Ms. Fr. 3958/4.Pg. 1.



Fonte: (Bibliothèque de Genève. Ms. Fr. 3958).

- A lenda é composta de uma série de símbolos em um sentido a definir
- esses símbolos, sem que se duvide, estão submetidos às mesmas vicissitudes e às mesmas leis que todas as outras séries de símbolos, por exemplo, os símbolos que são as palavras da língua
- Todos eles fazem parte da semiologia
- Não há nenhum método para supor que o símbolo deve permanecer fixo, nem que ele deve variar indefinidamente, ele deve provavelmente variar em certos limites
- a identidade de um símbolo não pode jamais ser fixada depois do instante em que ele é símbolo, ou seja, inserido na massa social que lhe fixa a cada instante o valor.⁹⁶

96 Em tradução e edição nossa do original: “La légende se compose d'une série de symboles dans un sens à préciser

- Ces symboles, sans qu'il s'en doute, sont soumis aux mêmes vicissitudes et aux mêmes lois que toutes les autres séries de symboles, par exemple les symboles qui sont les mots de la langue
- Ils font tous partie de la sémiologie

A primeira afirmação que deve ser ressaltada nesse Excerto é de que “a lenda se compõe de uma série de símbolos em um sentido a definir”. Se retomamos o conteúdo do CLG, temos aqui uma primeira aproximação: o termo “símbolo” é utilizado como sendo um elemento constituído por uma relação motivada e não arbitrária.

Se o signo linguístico é arbitrário, o símbolo possui um vínculo natural de associação com aquilo que representa. Entretanto, se continuamos a leitura do excerto, deparamo-nos com a afirmação de que esses símbolos estão submetidos “às mesmas leis e vicissitudes que todas as outras séries de símbolos, por exemplo, os símbolos que são as palavras da língua”.

Malgrada a oscilação terminológica, temos que o símbolo da lenda, na verdade, não é motivado, mas sim arbitrário. E isso porque para estar submetido às mesmas leis que regem as palavras da língua, ou seja, a arbitrariedade se faz como condição *sine qua non*. Dessa forma, os símbolos da lenda também fazem parte da Semiologia.

Logo após, Saussure afirma que não há como supor que os símbolos possam permanecer fixos, pois eles, provavelmente, devem variar em certos limites. Isso corrobora a afirmação de que os signos estão submetidos às mesmas leis e vicissitudes e, conseqüentemente, são mutáveis e imutáveis ao mesmo tempo.

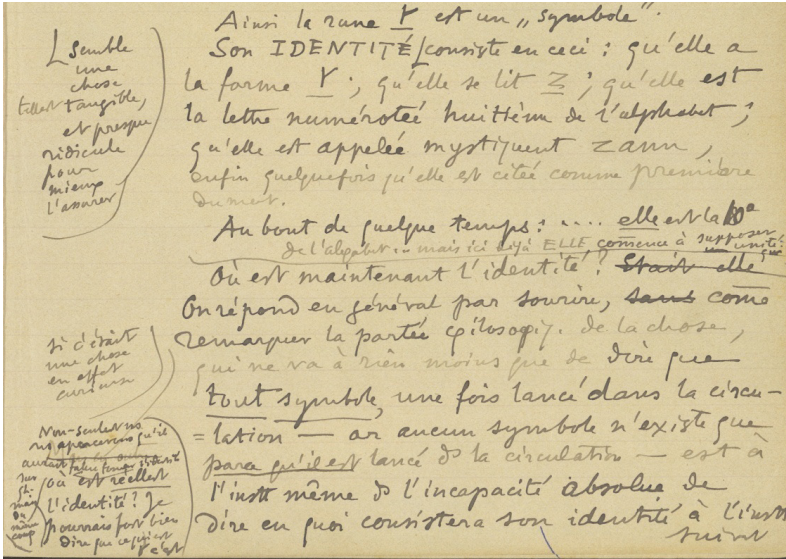
Falar em mutabilidade e imutabilidade do símbolo equivale a falar que ele é utilizado pela massa falante e está inserido no tempo e, por isso mesmo, que não há a possibilidade de se estabelecer uma identidade entre os personagens a partir do momento em que há circulação social.

- Il n'y a aucune méthode à supposer que le symbole doive rester fixe, ni qu'il doive varier indéfiniment, il doit probablement varier dans de certaines limites

- l'identité d'un symbole ne peut jamais être fixée depuis l'instant où il est symbole, c'est-à-dire versé dans la masse sociale qui en fixe à chaque instant la valeur».

Na continuação desse Excerto, Saussure afirma que

Excerto 2. Lendas Germânicas Ms. Fr. 3958/4.Pg. 1.



Fonte: (Bibliothèque de Genève. Ms. Fr. 3958).

Assim a runa Y é um « símbolo ».

Sua identidade parece uma coisa tão tangível e quase ridícula, para melhor assegurar

consiste nisso : que ela tem

a forma Y ; que ela se lê Z ; que ela é

a oitava letra do alfabeto ;

que ela é misticamente chamada de zann,

enfim que algumas vezes é citada como a primeira da palavra.

Depois de algum tempo : ela é a 10ª

do alfabeto ... mas ela começa a supor uma unidade que [] Onde

está agora a identidade ? **Estaria ela**

Respondemos, em geral, com um sorriso, como se isso fosse na verdade uma coisa curiosa

Não somente nós nos percebemos que falhamos em fundar a identidade sob qualquer coisa,

mas ao mesmo tempo onde está realmente a identidade? eu poderia fortemente dizer que isso que é <coisa bem incalculável> que seria em vão se nós experimentássemos querer fundá-la sob o que quer que seja, - mesmo sob uma combinação de características.

Sem observar o lado filosófico da coisa, que não vai dizer nada mais que todo símbolo, uma vez lançado em circulação - ora, um símbolo só existe porque é lançado em circulação - está no mesmo instante na incapacidade absoluta de dizer em que consistirá a sua identidade no instante seguinte.⁹⁷

No trecho acima, a identidade é negada com maior veemência. A explicação sobre o porquê de ser impossível fundar a identidade é mais elaborada aqui do que no fragmento anterior. Para Prosdociami (1983:68), a questão da unidade e identidade é um ponto central na teorização saussuriana, não só no que diz respeito às lendas, mas também em suas considerações sobre a língua. É justamente essa negação da identidade que diferencia Saussure dos indo-europeístas que estudavam as lendas. Além disso, de acordo com Turpin (2003:309), eram várias as teses que se fundamentavam na concep-

97 Em tradução e edição nossa do original : “Ainsi la rune Y est un « symbole ». Son IDENTITÉ semble une chose tellement tangible, et presque ridicule pour mieux l'assurer consiste en ceci : qu'elle a la forme Y ; qu'elle se lit Z ; qu'elle est la lettre numérotée huitième de l'alphabet ; qu'elle est appelée mystiquement zann, enfin quelquefois qu'elle est citée comme première du mot. Au bout de quelque temps ... elle est la dixième de l'alphabet ... mais ELLE commence a supposer une unité qui [] Où est maintenant l'identité? On répond en general par sourire, comme si c'était une chose en effet curieuse

Non seulement, nous nous apercevons qu'il aurait fallu fondé l'identité sur quelque chose, mais du même coup où est réellement l'identité ? Je pourrait fort bien dire que ce qui est c'est <chose bien plus incalculable> qu'il aurait été vain si nous l'avions essayé de vouloir la fonder sur quoi que ce soit, - même sur une combinaison de caractères Sans remarquer la portée philosophique de la chose, qui ne va à rien moins que de dire que tout symbole, une fois lancé dans la circulation - or aucun symbole n'existe que parce qu'il est lancé dans la circulation - est à l'instant même dans l'incapacité absolue de dire en quoi consistera son identité à l'instant suivant».

ção de identidade entre um determinado personagem da lenda e um personagem da história:

Na época de Saussure, quando as lendas eram interpretadas a partir da história, ou daquilo que era conhecido, isso se fazia sem jamais interrogar a propósito das noções de unidade ou identidade sobre as quais repousa a comparação. Assim, a maior parte das pesquisas partia do nome do personagem da lenda para lhe relacionar a um personagem da história, sem interrogar essa noção de personagem quando entra em uma narração. Saussure, ao contrário, mostra que entre a história e a lenda tem lugar várias séries de transformações que estão ligadas ao tempo e à socialização, e que nessas transformações a unidade não é dada jamais.⁹⁸

Assim, para pensar a relação entre a história e a lenda, era necessário que os estudiosos se detivessem nos nomes dos personagens, com o intuito de relacioná-los com os personagens históricos. A partir do momento em que a problematização da identidade é colocada para Saussure, não há mais a possibilidade de se estabelecer essa relação, uma vez que há uma série de transformações sofridas pelos símbolos da lenda quando estão inseridos em uma narrativa.

Em decorrência dessa constatação, seria esperado que os nomes próprios possuísem um tratamento distinto daquele destinado por Saussure no CLG, no *Notes Item. Sôme et sème* e em seus estudos sobre a toponímia genebrina. Quanto a esse último estudo, Turpin (2003:308) afirma que ele se relaciona com o estudos sobre as lendas:

98 Em tradução nossa do original “À l’époque de Saussure, quand les légendes sont interprétées à partir de l’histoire, ou de ce qu’on en connaît, ceci se fait sans que jamais s’interroge à propos de la notions d’unité ou d’identité sur laquelle repose la comparaison. Ainsi la plupart de ces recherches partent du nom d’un personnage de la légende pour le rattacher à un personnage de l’histoire, sans interroger cette notion de personnage quand celui-ci entre dans une narration. Saussure, par contre, montre qu’entre l’histoire et la légende ont lieu diverses séries de transformations qui sont liées à l’épreuve du temps et de la socialisation, et que dans ces transformations l’unité n’est jamais donnée.»

Embora em seu estudo sobre os topônimos, Saussure, com resultados pertinentes, tentava relacionar as denominações de lugares aos fatos históricos a partir do estudo dos nomes próprios e de sua evolução, comparando os índices da história aos índices linguísticos, nos estudos de lendas, ele foi confrontado com uma maior complexidade, sem dúvida porque ele não precisa mais aqui se haver com um grupo especial de nomes de lugares (...)⁹⁹.

Dessa forma, ao se deparar com os nomes próprios nas lendas germânicas, Saussure se viu confrontado com um tipo de nome próprio distinto daquele que fora percebido em seus estudos sobre os topônimos da região genebrina. A relação entre as palavras e as coisas ou ainda, a propriedade de fixidez dos nomes próprios não encontra correspondentes na lenda: “Esse modelo de referência não tem prolongamento na lenda. E isso porque o linguista encontra o insondável da língua – e a mesma vertigem diante da pluralidade das associações possíveis.” (Turpin 2003:309)¹⁰⁰.

Assim, mesmo que o objetivo inicial de Saussure fosse comparar as diferentes versões das lendas com o intuito de verificar as suas relações com dados históricos, ele se deparou com uma complexidade que não era esperada: apesar de as lendas possuírem uma origem histórica, elas são contadas e recontadas durante séculos e, dessa maneira, sofrem transformações que afetam, até mesmo, os nomes dos personagens.

99 Em tradução nossa do original “*Alors que dans ses études sur les toponymes, Saussure, avec pertinence et resultats, avait tenté de rattacher des dénominations de lieux à des faits historiques à partir de l'étude des noms propres et de leur évolution, confrontant les indices de l'histoire à des indices linguistiques, dans les études sur les légendes, il se trouvait confronté à davantage de complexité, sans doute parce qu'il n'a plus à faire ici au groupe particulière des noms de lieux (...).*»

100 Em tradução nossa do original «*Ce modèle de référencement n'a plus cours dans la légende. C'est pourquoi le linguiste y retrouve l'insondable de la langue – et le même vertige devant la pluralité des associations possibles.*»

No arquivo Ms. Fr. 3958/7, em um manuscrito intitulado “Methodica”, Saussure afirma que:

3.Importância subordinada dos nomes próprios.

Desenvolvimento de 3:

Caso de transposição do nome do pai ou avô ao filho, ou de redução de dois personagens a um, ou de redução parcial de []

Caso de desdobramento de um personagem.

Caso de desfiguração e de etimologia.

Uso germânico de compostos.

Aqui nota sobre os elementos constitutivos de um ser lendário.

O nome não tem nem mais nem menos importância que qualquer

outro lado. **Ele não é como com um indivíduo vivo uma etiqueta**

sob a pessoa, mas está no mesmo patamar que as outras coisas,

e desse ponto de vista muito importante; somente isso que com-

penza, é que tanto quanto as outras características do indivíduo

são inseparáveis dele, e permanecem como a base firme de sua

identidade mesmo se ele muda de nome, toda característica do

ser lendário pode se dissipar ao primeiro sopro com tanta facilidade

quando o nome. (SAUSSURE apud TURPIN 2003:391, tradução

e grifo nossos).¹⁰¹

O que Saussure explicita é que os nomes não permanecem estáticos a partir do momento em que estão inseridos em uma narrativa. Eles podem ser trocados, substituídos e desdobrados. E isso acontece com todas as outras características do personagem len-

101 Em tradução e análise nossa do original “3. Importance subordonné des noms propres. Développement de 3 : a) Cas de transport du nom du père ou grand-père au fils, ou de réduction de deux personnages à un, ou de réduction partielle de [] ; b) Cas de dédoublement d'un personnage ; c) Cas de défiguration et d'étimologie ; d) Usage germanique des composés. Ici note sur les éléments constitutifs d'un être légendaire. Le nom n'a ni plus ni moins d'importance que tout autre côté. Il n'est pas comme chez un individu vivant une étiquette sur la personne, mais au même rang que les autres choses, et à ce point de vue plus important ; seulement ce qui compense, c'est que tandis que les autres caractères de l'individu sont inséparables de lui, et restent la base ferme de son identité même s'il change de nom, tout trait de l'être légendaire peut se dissiper au premier souffle avec autant de facilité que le nom.”

dário: físicas, psicológicas, acontecimentos, relações interpessoais etc. É nesse sentido que, nem mesmo fundamentando-nos nas características do personagem, poderemos supor uma identidade.

Além disso, deve-se notar que, no trecho acima, o nome próprio deixa de ser uma palavra isolada – ou que escapa à lei geral – e torna-se uma palavra relacional, ou seja, vai adquirir valor por intermédio das relações estabelecidas no sistema da lenda e estará submetida à transmissão no tempo. Em outro trecho do manuscrito, Ms. Fr. 3958/8, a natureza relacional dos nomes próprios é mais evidente:

Sobretudo ver que o nome não é mais do que um elemento a.b.c.d. colocado exatamente no mesmo nível; porque isso é sem dúvida o que mais cobre a verdade do que estamos tentando afirmar [...] é necessário ver bem, passo a passo, qual é a natureza fundamental dos seres sob [sic] os quais se fundamenta a mitografia. Reconhecer que o nome tem tanto ou tão pouco valor. (Saussure apud Turpin: 388, 2003, grifos nossos).¹⁰²

Como podemos constatar, estamos diante de um sistema semiológico, que possui semelhanças com o sistema linguístico e, além disso, pode ser analisado por intermédio dele. No entanto, esses dois sistemas parecem se diferenciar em um aspecto que diz respeito especificamente ao nome próprio, e esse aspecto consiste no seguinte: por um lado, ao proferirmos a frase “Dona Marly fez o almoço” em um contexto determinado, o nome “Marly” refere-se a

102 Em tradução nossa do original «Surtout voir que le nom n'est qu'un des éléments a.b.c.d placés exactement sur le même rang ; car c'est là sans doute ce qui voile le plus la vérité de ce que nous essayons d'affirmer ; (...) il faudrait bien en venir à voir, de proche en proche, quelle est la nature fondamentale des êtres sur lesquelles [sic] raisonne la mytographie. À reconnaître que le nom a juste autant ou juste aussi peu de valeur».

uma certa entidade que possua esse nome. Há, portanto, uma fixidez e a consciência de que esse nome se aplica a um determinado objeto naquele momento. Por outro lado, se estivermos contando uma lenda, baseada em fatos históricos que ocorreram há dois séculos, e proferirmos a mesma sentença – “Dona Marly fez o almoço” – , não estamos em nenhum sentido nos referindo a uma entidade determinada que receba o nome de Dona Marly. Trata-se, portanto, de um referente que se perdeu a partir do momento em que o fato histórico tornou-se uma narrativa utilizada pela massa falante e inserida no tempo histórico.

Nesse ponto, é interessante explicitar a hipótese de Choi (1997) sobre a maneira com que Saussure lida com a questão referencial em seus estudos sobre as lendas germânicas. De acordo com esse autor, Saussure teria como objetivo tratar do momento em que algo não-semiológico – que seria o fato histórico – torna-se semiológico. Para esse autor, esse momento constitui-se quando:

(...) Saussure observa no ato de contar um momento em que a palavra plena de sentido direto transforma-se em “palavra pura”. Note-se que a “palavra pura” em questão não designa nada mais que uma palavra privada de contaminação referencial. Negada a origem referencial, ela funciona, por assim dizer, como puro significante. (Choi 1997: 205)¹⁰³

A palavra plena de sentido direto seria a palavra que possui uma relação referencial. A partir do momento em que essa palavra é inserida no discurso lendário, torna-se uma palavra privada do

103 Em tradução nossa do original “ [...] Saussure observe dans l’acte de raconter un moment où le mot plein de sens direct se transforme en «mot pur». Précisons que le «mot pur» en question ne désigne rien d’autre qu’un mot privé de contamination référentielle. Délié de l’origine référentielle, il fonctionne pour ainsi dire comme pur signifiant.”

referente. E é justamente por ser privada desse referente que ela se torna uma “palavra pura”, que atenderia aos requisitos de funcionamento de um sistema semiológico.

Dessa forma, ao que nos parece, o nome próprio poderia possuir o estatuto de palavra isolada na língua, porque algo em sua constituição seria positivo, adquirido no momento da fala. O nome próprio seria, nesse sentido, uma palavra contaminada pelo referente. Em contrapartida, ao ser inserido em uma narrativa lendária, o nome próprio nada mais seria do que uma das características de um determinado personagem e, enquanto tal, não é fixo, mas sim passível de mudanças.

Esse movimento só é possível, pois a origem referencial do nome próprio lendário foi esquecida, perdida. Se não é conveniente que se mude o nome de uma cidade com frequência, o mesmo não ocorre com as localidades geográficas presentes na lenda: a transposição ou a mudança de nomes de lugares não afeta a transmissão da lenda e a prova maior disso é a existência de várias versões de uma mesma lenda, recorrentes em territórios diferentes.

Considerações Finais

Neste livro, tivemos o objetivo de explicitar, criticamente, maneiras e formas de como o nome próprio é considerado na teoria saussuriana. Para isso, primeiramente, foi necessário que nos detivéssemos nas características dessa categoria linguística. Por essa via, buscamos evidenciar a existência de dificuldades em delimitar tal categoria, tendo em vista que não há uma regra geral de funcionamento que seja aplicada, de forma plausível e categórica, a todas as línguas naturais.

Nesse gesto de compreensão crítica, percebemos também que os nomes próprios envolvem, em sua constituição, o princípio da arbitrariedade e a fala, o que começa a delinear um lugar curioso nas elaborações saussurianas. Por meio dessa perscrutação, nos deparamos com as teorias de J.S. Mill, G. Frege, W.D. Whitney e M. Bréal. A investigação do tratamento destinado por esses autores aos nomes próprios foi pertinente para o nosso trabalho, porque percebemos qual é o contexto teórico em que Saussure estava inserido no século XIX, o que contribuiu em nossa análise e entendimento, em relação à categoria nome próprio, para além do CLG canônico.

Depois de realizarmos esse percurso pela Filosofia da Linguagem e pela Linguística do século XIX, detivemo-nos no *Curso de Linguística Geral*. Esta obra, editada e publicada por C. Bally e A. Sechehaye, em 1916, foi responsável por atribuir a Saussure o estatuto de fundador da Linguística moderna. Nesse sentido, procuramos apreender de que maneira os nomes próprios foram tratados nessa

obra, considerando a mudança de paradigma que ela provocou nos estudos da linguagem.

Percebemos que há duas formas de ocorrência dessa categoria linguística no CLG: a primeira delas consiste nas críticas às concepções que consideravam a língua como uma nomenclatura; a segunda diz respeito à única menção dos nomes próprios nessa obra. Com a análise das críticas saussurianas à nomenclatura, constatamos que elas se relacionam com aspectos teóricos importantes, tais como: o princípio da arbitrariedade, a distinção entre valor/significação e a *fala*.

Em contrapartida, a afirmação saussuriana de que os nomes próprios são “palavras isoladas” parece implicar que essa categoria linguística não estabelece relações com os outros signos do sistema. Com efeito, dessa interpretação chegamos ao cerne de seria o motivo desse isolamento.

Para responder a essa questão, direcionamos nossa pesquisa para os estudos comparatistas, realizados por Saussure, no início do século XX, o manuscrito *Notes Item. Sôme et sème* e para os estudos sobre as lendas germânicas desenvolvidos por Saussure entre 1903 e 1910.

No âmbito da Gramática Comparada, nossas análises nos apresentam um Saussure que, apesar do interesse histórico e etimológico manifesto, os temas tratados evidenciaram mais um interesse do linguista para os estudos toponímicos e deixaram transparecer uma das características dessa categoria linguística: ela é transmitida de geração em geração e está suscetível de sofrer “deformações”.

Já com a análise do manuscrito *Notes Item. Sôme et sème*, percebemos que há consonâncias entre as considerações saussurianas presentes nesse material e a afirmação de que o nome próprio é uma “palavra isolada”. Isso porque Saussure afirma nesse manuscrito que os nomes próprios escapam à lei geral do signo e, além

disso, que podem ser considerados como o “caso mais grosseiro da semiologia”.

Entretanto, também constatamos que a relação entre nome próprio e fala é mais evidente nesse manuscrito do que no CLG, posto que a utilização do termo “apossema”, definido por Saussure como o “invólucro vocal do sema”, estaria contido no âmbito da *parole*(fala).

Contudo, é ao tratarmos das lendas germânicas que nos deparamos com um problema instigante: nesses estudos, o nome próprio não possui a característica de isolamento, não “escapa” às leis gerais do signo. Pelo contrário, ele é uma palavra relacional, que adquire valor por intermédio das relações estabelecidas no sistema e não possui em sua constituição nenhuma fixidez.

Esse problema consiste, então, em uma diferença evidente entre o tratamento destinado por Saussure a essa categoria no âmbito da Linguística e no âmbito das Lendas Germânicas. Poderíamos aqui colocar a questão do motivo pelo qual essa diferença de tratamento ocorre. Temos uma tendência em considerar que esse motivo seja justamente o fato de a lenda sofrer tantas transformações, a partir do momento em que está inserida na massa social e no tempo histórico. Assim, quando é contada, a origem histórica da lenda está tão distante que já não é possível determinar a relação entre o nome do personagem lendário e o nome do personagem histórico.

Nesse sentido, o sistema linguístico se diferenciaria da lenda, pois, quando proferimos em um determinado contexto histórico uma sentença que contém um nome próprio, referimo-nos a um objeto e predicamos algo desse objeto. Apesar de possuímos essa tendência, achamos que é cedo e que não temos dados suficientes para comprová-la.

Apesar dessa incerteza em relação ao dito alhures, certamente podemos asseverar que, pelo percurso teórico realizado nesse

trabalho, evidenciamos que o nome próprio não somente é um problema complexo, desde sempre, nos estudos da linguagem, mas também que, em si mesmo, e na teoria de Ferdinand de Saussure, igualmente o é.

Dessa forma, para finalizarmos o esforço teórico e analítico aqui apresentado, é inegável que Saussure se deteve nessa categoria linguística, ao contrário do que muitos estudiosos afirmaram, e que ela é, no arcabouço teórico do genebrino, um ponto de tensão que relaciona aspectos fundamentais do funcionamento do sistema linguístico e dos sistemas semiológicos em geral.

Referências

- AARSLEFF, H. Bréal, la sémantique et Saussure. , Paris, v. 3, n. 3.2, 1981. p. 115-133.
- ARRIVÉ, M.. São Paulo: Parábola, 2010. 253 p.
- AVALLE, D'Arco S. La sémiologie de la narrativité chez Saussure. In : BOUAZIS, Charles., AVALLE, D'Arco S. . Paris, Galillée, 1973. p. 17-49.
- BALLY, C. L'arbitraire du signe: valeur et signification. , ano 8, n. 3, juin/juillet 1940. p. 193-206.
- BLACKBURN, S. Mill, Jonh Stuart. In: . Rio de Janeiro : Zahar, 1997, p. 250-251.
- BRÉAL, M. (1897). Tradução de Eduardo Guimarães. São Paulo: Editora Pontes, 1992. 223 p.
- BRITO, A. N. semântica e ontologia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. 208 p.
- CAMPOS, J. na interface lógica/semântica/pragmática. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. 205 p.
- CAPT-ARTAUD, M-C. Bréal, Saussure et Pietro. Toulon, v. XXI, f. 1, 2000. p. 38-52.
- CHIESA, C. Saussure, Aristotel et l'onymique. . Revue suisse de linguistique générale, n.61. Genève: Librairie Droz S.A., 2008. p.5-21.
- CHOI, Y-H. . 1997. 308 f. Tese de Doutorado. (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Université Paris X Nanterre, Paris, 1997.

O CASO MAIS GROSSEIRO DA SEMIOLOGIA

- COELHO, M. P. Significação em Saussure: os três cursos de linguística geral. In: Anais do SILEL. v. 3 n. 1, Uberlândia: EDUFU, 2013.
- DE MAURO, T. Introduction. In: SAUSSURE, F. de. : édition critique par Tullio de Mauro. Paris, Payot, 1986.
- ENGLER, R. Théorie et critique d'un principe saussurien: l'arbitraire du signe. . Revue suisse de linguistique générale, n.19. Genève: Librairie Droz S.A., 1962. p. 5-66.
- FERRÁNDIZ, R. R. La semiología del nombre propio en Saussure : los Nibelungen y los Anagrammes. , n. 1, vol. 3, 2000. p. 181-205.
- FREGE, G. Sobre o sentido e a referência (1892). In: . São Paulo: Cultrix, 1978, p. 59-86.
- GADET, F. . Paris : Press universitaire, 1990. 128 p.
- GARDINER, A. . London : Oxford University Press, 1954. 76 p.
- GARY-PRIEUR, M-N. Le nom propre constitue-t-il une catégorie linguistique?. , v. 92, 1991. p. 4-25.
- GODEL, R. . Genève, Librairie Droz, 1969. 282 p.
- HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano. In: BARONAS, R.L. apontamentos para uma história da noção-conceito de Formação Discursiva. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2011.
- HENRIQUES, S. M. A categoria dos nomes e a referência: um estudo linguístico-filosófico. , v.5, n.1, p. 1-25. Uberlândia, 2011.
- _____. O princípio da arbitrariedade e a referência em Ferdinand de Saussure. . V.3, n. 1 B, Nilópolis, 2012. p. 189-202.
- _____. Le nom propre dans les manuscrits saussuriens. , v.1, 2012. p. 757-771.

- HOBBS, T. . Elementorum philosophiae sectio prima, édition critique, notes, appendices et index par K. Schuhmann, Paris:Vrim, 1999.
- HOMBERT, I. Whitney : notes sur une entreprise théorique pré-saussurienne. , v. 12, n. 49, 1978. p. 112-119.
- JOSEPH, J. E. . Londres : Oxford University Press, 2012. 780 p.
- KIM, S. La mythologie saussurienne: une nouvelle vision sémiologique? (a propos de la continuité de la pensée saussurienne). v. 97, n. 1-2, 1993.
- LECUIT, E, MAUREU, D. VITAS, D. La traduction des noms propres : une étude en corpus. , v. 10, 2011. p. 201-218.
- LEROY, S.; MUNI TOKE, V. Une date dans la description linguistique du nom propre : l'essai de grammaire de la langue française de Damourette et Pichon. , v.27, Paris, ENS Éditions, p. 115-190.
- MARQUES, A. C.M. Significação: a elaboração de uma noção saussuriana no CLG. In: Anais do SILEL. , v. 3 n. 1, Uberlândia: EDUFU, 2013.
- _____. . 196 f. 2021. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2021.
- MEJÍA, C. L'aposème : unité de parole. . Revue suisse de linguistique générale, n.52. Genève: LibrairieDroz S.A., 1999. p. 237-252.
- MILL, J. S. : exposição dos princípios da prova e dos métodos de investigação científica. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Coleção Os Pensadores. p. 82-257.
- MOLINO, J. Le nom propre dans la langue. , Paris, ano 16, n. 66, juin 1982. p. 5-20.
- NORMAND, C. Saussure: uma epistemologia da linguística. In: . Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 11-30.

O CASO MAIS GROSSEIRO DA SEMIOLOGIA

_____, C. . Tradução Ana de Alencar e Marcelo Diniz. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 184 p.

PAVEAU, M-A.; SARFATI, G-E. da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Clara Luz, 2006. 256 p.

PICHON, E. La linguistique en France: problèmes et méthodes. . v.34, Paris, 1937. p. 25-48.

RYAN, A. Jonh Stuart Mill. In: . Toronto University Press, 1998.

SAUSSURE, F. de. . [1916] Editado por Charles Bally & Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução A. Chelini, J. P.Paes e I. Blikstein. 5a. ed. São Paulo: Cultrix, 1973. 279 p.

_____. : édition critique par Rudolf Engler. Tomo 1, Otto Harrassowitz - Wiesbaden; 1968-1989. 515 p.

_____. : édition critique par Tullio de Mauro. Paris, Payot, 1986. 510 p.

_____. . São Paulo: Cultrix, 2004. 296 p.

_____. Manuscrit inédit de Ferdinand de Saussure à propos des noms de Genthod, Écogia, Carouge et Jura. . Revue suisse de linguistique générale, n.51. Genève: LibrairieDroz S.A., 1998. p. 275-290.

_____. Notes Item. Sôme et sème . In , 3951: 'Notes de Linguistique Générale'. Bibliothèque de Genève, 1891.

_____. . Paris : Payot, 1921. 658 p.

SECHEHAYE, A. Les problèmes de la langue à la lumière d'une théorie nouvelle. , v. 84, 1917, p. 1-30.

SEILER, H. Signifiant, signifié et la communication. In: : Mélanges offerts à René Amacker, Genève: Librairie Droz, 2006. 253 p.

STEFANIA MONTES HENRIQUES

SILVA, K. A. . 2008. 145 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SILVEIRA, E. . Campinas: Mercado das Letras/FAPESP, 2007. 168 p.

STAROBINSKI, J. . São Paulo, Perspectiva, 1974. 114 p.

STRAWSON, P. F. In: Coleção Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1980.

TESTENOIRE, P.Y. Le nom propre em débat au tournant du siècle (Whitney –Bréal - Saussure). Histoire, épistémologie, réflexivité. Paris, 2008. Disponível em: <http://www.linguistiquefrancaise.org/articles/cmlf/pdf/2008/01/cmlf08040.pdf>

TURPIN, B. Légendes – Mythes – Histoire : La circulations des signes. In : : Saussure. 2003, p. 307-429.

WHITNEY, W. D. . Tradução de Marcio Alexandre Cruz. Petrópolis: Vozes, 2010. 288 p.

WILMET, M. Arbitraire du signe et nom propre. , v.7, n. 7, 1988. p. 883-842.

Sobre a autora

STEFANIA MONTES HENRIQUES é Mestre em Estudos Linguísticos pelo Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Doutora em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL-Unicamp). É membro do Grupo de Pesquisa Ferdinand de Saussure (GPFdS/CNPq) e do *Cercle Ferdinand de Saussure* e se dedica ao estudo das elaborações de Ferdinand de Saussure presentes tanto no Curso de Linguística Geral, quanto em seus manuscritos de linguística e sobre as lendas germânicas. Atualmente, é Coordenadora do Curso de Letras e Professora de Linguística da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Passos (UEMG-Passos).

EDITORES

Gabriel de Ávila Othero (UFRGS)

Valdir do Nascimento Flores (UFRGS)

CONSELHO EDITORIAL

Adeilson P. Sedrins (UFRPE/UAG)

Adelia Maria Evangelista Azevedo (UEMS)

Ana Paula Scher (USP)

Aniela Improta França (UFRJ)

Atilio Butturri Junior (UFSC)

Carlos Alberto Faraco (UFPR)

Carlos Piovezani (UFSCar)

Carmem Luci Costa e Silva (UFRGS)

Cassiano R. Haag (MPSC)

Cátia de Azevedo Fronza (Unisinos)

Cláudia Regina Brescancini (PUCRS)

Claudia Toldo Oudeste (UPF)

Dermeval da Hora (UFPB)

Eduardo Kenedy (UFF)

Edwiges Maria Morato (Unicamp)

Eliane Silveira (UFU)

Elisa Battisti (UFRGS)

Esmeralda Negrão (USP)

Heloisa Monteiro Rosário (UFRGS)

Heronides Moura (UFSC)

Ingrid Finger (UFRGS)

Jairo Nunes (USP)

Janaína Weissheimer (UFRN)

João Paulo Cyrino (UFBA)

Juciane Cavalheiro (UEA)

Leonel Figueiredo de Alencar
(UFC)

Luiz Francisco Dias (UFMG)

Mailce Mota (UFSC)

Marcelo Ferreira (USP)

Marcos Lopes (USP)

Marcus Lunguinho (UnB)

Maria Eugenia Duarte (UFRJ)

Mariangela Rios de Oliveira (UFF)

Pablo Ribeiro (UFSM)

Plínio Barbosa (Unicamp)

Rafael Minussi (Unifesp)

Renato Basso (UFSCAR)

Ronice Muller de Quadros (UFSC)

Ruth Lopes (Unicamp)

Simone Guesser (UFRR)

Simone Sarmento (UFRGS)

Sirio Possenti (Unicamp)

Sonia Cyrino (Unicamp)

Tânia Maris de Azevedo (UCS)

Ubiratã K. Alves (UFRGS)

Vitor Nóbrega (UFSC)

Viviane de Melo Resende (UnB)

REVISÃO

Samuel Ponsoni

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Estúdio Guayabo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Henriques, Stefania Montes

O caso mais grosseiro da semiologia [livro eletrônico] : o que Saussure pode nos dizer sobre os nomes próprios? / Stefania Montes Henriques. -- Campinas, SP : Editora da Abralín, 2021. -- (Altos estudos em linguística)

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-85-68990-09-4

1. Linguagem e línguas 2. Linguística 3. Linguística - Estudo e ensino
4. Saussure, Ferdinand de, 1857-1913 - Crítica e interpretação
5. Semiologia 6. Semiótica I. Título. II. Série.

21-81232

CDD-410

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística 410

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

DOI 10.25189/9788568990094

A autora põe a categoria da onímica a serviço de um cuidadoso exame da elaboração teórica de Saussure, com foco na arbitrariedade do signo, mas sem ignorar outros fatos da linguagem que passam pelo crivo teórico do linguista genebrino. É assim que o nome próprio implicará a fala como incontornável para a compreensão do seu funcionamento e a teoria do valor é colocada em xeque por essa categoria.

ELIANE SILVEIRA

EDITORA DA **ABRALIN**

editora.abralin.org